

JOSÉ FRANCISCO ANDRADE DOS SANTOS

**ENSINO NOTURNO EM CRISE: UM ESTUDO DE
CASO NA CIDADE DE ARACAJU**

Orientador: Manuel Tavares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Educação

Lisboa

2013

JOSÉ FRANCISCO ANDRADE DOS SANTOS

**ENSINO NOTURNO EM CRISE: UM ESTUDO DE
CASO NA CIDADE DE ARACAJU**

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação, no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Tavares
Co-orientador: Prof. Doutor José Duarte

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Ciências Sociais e Humanas

Instituto de Educação

Lisboa

2013

“Não é a terra que constitui a riqueza das nações, e ninguém se convence de que a Educação não tem preço.”

Rui Barbosa, jurista e político.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Ao nosso Eterno Deus, pela vida e sabedoria para poder elaborar essa significativa obra.

A minha família em especial minha criadora e querida mãe *Terezinha Andrade dos Santos* que tanto torce por mim e pelo meu sucesso.

A Maria, minha filha, menina bela que me fez feliz e ter a certeza da perpetuação da minha existência.

Ao meu orientador-amigo Manuel Tavares, pela inestimável ajuda, intelectualidade, simplicidade, tu és: fonte de sabedoria, paciência e dedicação. Que Deus te abençoe sempre e a tua família. Obrigado por tudo.

Ao meu co-orientador José Duarte, que ratificou a nossa dissertação fazendo a sua análise e ao mesmo tempo aprovando. Que Deus te abençoe sempre e família.

A professora Elza, pela inestimável ajuda e orientação. Que Deus abençoe sempre.

Ao Prof^o. Dr^o. Oscar, pela sua forma firme de ser e ao mesmo tempo de ajudar. Obrigado!

Ao amigo Prof^o e Mestre Neilton, pela sua intelectualidade e presteza nos momentos que eu precisei.

A Valdira Vieira, pela ajuda inestimável.

A Amiga Prof^a. Ione Cardoso, pela inestimável ajuda e paciência no âmbito corretivo desta dissertação.

Os Diretores dos Estabelecimentos que estive presente para confeccionar a pesquisa.

A Técnica da Diretoria de Educação de Aracaju;

A professora Margarida;

A todos entrevistados docentes, discentes que possibilitaram a construção dessa dissertação.

Ao meu amigo Elegiano que nos momentos de angústia tecnológica sempre esteve dando a sua contribuição, auxílio, atenção e paciência.

A todos os professores do Curso de Mestrado, Funcionários, Coordenação e Colegas de curso pelo companheirismo.

Resumo

Santos, José Francisco Andrade dos (2013). *O Ensino Noturno em Crise: Um Estudo de Caso na Cidade de Aracaju*. Lisboa, 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, ULHT.

A Crise do Ensino Noturno mostra-se cada vez mais acentuada. Essa discussão toma ênfase em Sergipe entre os anos 2006 a 2010, período em que o número de matrículas, diminuiu expressivamente. Nesse sentido, pensou-se em analisar as razões que conduziram à crise do ensino noturno das escolas da Rede Pública Estadual de Sergipe, sobretudo da capital Aracaju e sua periferia. A metodologia por meio da qual foi construído este trabalho foi através da pesquisa de campo, que possibilitou uma visão mais ampla e concreta da temática em evidência. O uso do estudo de caso, nesta pesquisa, foi pertinente porque se refere a uma temática contemporânea, específica, em que a observação, a entrevista, a participação e o envolvimento dos sujeitos tornaram-se algo concreto e real. Justificou-se, portanto, o estudo de caso por ser um estudo específico sobre uma realidade pouco estudada e que tem implicações importantes na realidade local. De acordo com a aplicação dos questionários, entrevistas, relatórios recebidos, levantamento bibliográfico, acesso a documentos oficiais e análise dos mesmos, observou-se que o ensino noturno está vivendo uma crise no ensino noturno. A falta de uma política de Estado no âmbito da educação e a evasão escolar são os grandes vilões para a crise do ensino noturno. Caminhos foram apresentados pelos sujeitos envolvidos no processo para buscar uma solução diante da realidade difícil do turno noturno. Portanto, a pesquisa realizada permite-nos debruçarmos acerca do dilema da educação noturna, contribuindo para uma reflexão profunda e emergencial. São vários os problemas do turno em estudo, porém, as alternativas foram apresentadas com a única finalidade, trazer vida e esperança de dias melhores para o ensino noturno.

Palavras- chave: Crise, Ensino Noturno, Política de Estado, Evasão.

ABSTRACT

Santos, José Francisco Andrade dos (2013). *O Ensino Noturno em Crise: Um Estudo de Caso na Cidade de Aracaju*. Lisboa, 185 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, ULHT.

The Crisis of Education Night shows increasingly pronounced. This discussion takes emphasis in Sergipe between the years 2006-2010, a period when enrollment decreased significantly. In this sense, the idea was to analyze the reasons that led to the crisis in education night school Network Public State of Sergipe, Aracaju particularly the capital and its outskirts. The methodology by which this work was built by descriptive. Field research, which enabled a broader thematic and concrete evidence. The use of the case study, this research was relevant because it refers to a contemporary theme, specific, in that observation, interview, participation and involvement of the subjects became something concrete and real. Justified, therefore, the case study to be a specific study on a reality little studied and has important implications for the local reality. According to the questionnaires, interviews, reports received, literature, access to official documents and analyze the same, it was observed that the night school is experiencing a crisis in night school. The lack of a state policy in education and truancy are major villains to the crisis in night school. Paths were presented by the subjects involved in the process to find a solution before the harsh reality of the night shift. Therefore, the survey allows the dilemma by concentrating on education night, contributing to a deep reflection and emergency. Several problems of the shift in the study, however, the alternatives were presented with a single purpose, to bring life and hope for better days to night school.

Keywords : Crisis, Education Night, State Policy Evasion.

LISTA DE SIGLAS

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAEM	Educação de Jovens e Adultos Ensino Médio
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
DEA	Diretoria de Educação de Aracaju
CNE	Conselho Nacional de Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
CPC	Centros Populares de Cultura
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNAC	Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
CONAE	Conferência Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa por amostra de domicílios
PROFIN	Programa de transferência de Recursos financeiros
PNE	Plano Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
MEC	Ministério de Educação e Cultura
IERB	Instituto de Educação Rui Barbosa
SINTESE	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe
DTDIE	Diretoria de Tecnologia e Disseminação de Informações Educacionais.
EJAEF	Educação de Jovens e Adultos Ensino Fundamental
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
PROMATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

Índice Geral

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – PERCURSOS TEÓRICOS DA PESQUISA	12
1.1. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	13
1.2. PERCURSO HISTÓRICO	28
1.3. REVISÃO DE LITERATURA.....	32
1.4. REFERENCIAL TEÓRICO	38
1.5. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	43
1.6. DEFINIÇÃO DE CRISE	47
CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO	58
2.1 . CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA:	59
2.2. TIPO DE PESQUISA	59
2.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA:.....	60
2.4. SUJEITOS DA PESQUISA:	60
2.5. LOCUS DA PESQUISA:	61
2.6. PROCEDIMENTOS:.....	62
2.7. TÉCNICAS DE ANÁLISES DE DADOS:	63
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	65
3.1. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DO ENSINO NOTURNO EM SERGIPE E NO BRASIL	66
3.2. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS ESCOLAS FOCO DA PESQUISA	74
3.3. A CRISE EVIDENCIADA.....	79
3.4. O FECHAMENTO INESPERADO E O DRAMA DISCENTE.....	96
3.5 – ANÁLISES DOS QUESTIONÁRIOS	105
3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS INQUIRIDOS POR ENTREVISTAS APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS:	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS:	139
APÊNDICES.....	I

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Matriz Curricular Turnos – Diurno e Noturno	13
Tabela 2. Sergipe e os Problemas da Educação Básica Envolvidos na EJA	17
Tabela 3. Estruturação da rede de ensino do Estado	19
Tabela 4. Momento EJA na Escola.....	20
Tabela 5. Escolas da Diretoria de Educação de Aracaju - DEA.....	26
Tabela 6. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.....	28
Tabela 7. Ensino fundamental de nove anos	45
Tabela 8. Amostragem dos participantes da pesquisa	63
Tabela 9. Redução de Matrículas da Rede Estadual.....	71
Tabela 10. Redução de Matrícula do Colégio E. John Kennedy	73
Tabela 11. Total dos Alunos do C. E. do Ensino Médio Atheneu.....	74
Tabela 12. Total dos Alunos do I. E. Ruy Barbosa	77
Tabela 13. Quadro demonstrativo das E. do conjunto Bugio.....	79
Tabela 14. Distribuição das E. do Conj. Bugio Ens. Noturno	83
Tabela 15. Resumo da Ata das Escolas no Entorno da DEA	87
Tabela 16. Relatório sobre o Ensino Noturno	90
Tabela 17. Relatório da DEA – Causas da Redução de Alunos	92
Tabela 18. Colégio Estadual Jackson de Figueiredo	97
Tabela 19. Colégio Estadual Tobias Barreto	100
Tabela 20. Programas Sociais.....	110
Tabela 21. Estudar no Ensino Noturno.....	112
Tabela 22. Frequência dos Estudantes.....	114
Tabela 23. Frequência às Aulas	115
Tabela 24. Quantitativo de Reprovações e Motivos.....	116
Tabela 25. A Importância da Escola.....	119
Tabela 26. Identificação dos Entrevistados.	121
Tabela 27. Nucleação da Rede Estadual.....	128
Tabela 28. Formação Continua.....	131

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Taxa de Reprovação	66
Gráfico 2. Taxa de Abandono.....	67
Gráfico 3. Taxa de Aprovação	67
Gráfico 4. Taxa de Distorção Idade-Série	68
Gráfico 5. Taxa de Evasão.....	69
Gráfico 6. Taxa de Promoção	70
Gráfico 7. Taxa de Repetência.....	71
Gráfico 8. Estado Civil e Económico	105
Gráfico 9. Contra ou a Favor da Nucleação	106
Gráfico 10. Trabalho.....	107
Gráfico 11. Razões da Procura de Trabalho	108
Gráfico 12. Benefícios do Patrão para Estudar.....	109
Gráfico 13. Relação entre Educação e Vida Profissional	112
Gráfico 14. Abandono na Escola	118
Gráfico 15. Razões que levaram os Estudantes a Estudar	119

INTRODUÇÃO

O referido estudo tem como intuito investigar as razões que levaram à crise do ensino noturno na Rede Estadual de Sergipe.

A problemática da crise do ensino noturno mostra-se cada vez mais acentuada. Essa discussão toma ênfase em Sergipe entre os anos 2006 a 2010, período em que o número de matrículas diminuiu expressivamente. É neste contexto que o Centro Experimental do Ensino Médio Atheneu Sergipense não tendo alunos suficientes para continuar com o ensino noturno encerra suas atividades neste expediente, enquanto que o Instituto de Educação Rui Barbosa está em processo não só de término do Curso Normal, como também, da instituição como um todo. Atualmente a escola continua com o Curso Pedagógico ou Magistério, tendo o fim do curso no final de 2013, quando termina as últimas turmas existentes na escola.

A pesquisa está orientada pelo seguinte problema: Quais as razões que conduziram à crise do ensino noturno das escolas da Rede Pública Estadual de Sergipe, sobretudo da capital Aracaju e sua periferia?

Tomando como referência o problema de pesquisa, já citado acima, foram elaborados alguns objetivos que nortearam todas as etapas deste trabalho. Diante disso, apresenta-se como objetivo geral:

- Analisar as razões que conduziram à crise do ensino noturno das escolas da Rede Pública Estadual de Sergipe, sobretudo da capital Aracaju e sua periferia.

Como objetivos específicos encontram-se:

- Identificar as variáveis da crise do ensino noturno nas escolas estaduais de Aracaju e sua periferia;
- Levantar as razões que levaram ao fechamento de algumas escolas estaduais de Aracaju e sua periferia;
- Destacar as alternativas que vêm sendo buscadas para superação da crise do ensino noturno.

Os questionários são oriundos dos objetivos, visto que os mesmos apontavam para a problemática, foi aplicado aos discentes das duas escolas focos da pesquisa e aos alunos que tiveram que migrar para outro estabelecimento para continuar estudando à noite. Outro ponto foram as entrevistas feitas com dois docentes das escolas em estudo, o Instituto de Educação Rui Barbosa e o Centro Experimental do Ensino Médio. As duas professoras foram escolhidas por terem participado do processo de discussão acerca do ensino noturno. Os gestores dos estabelecimentos citados acima foram escolhidos por administrarem as unidades escolares e por vivenciarem a crise. As razões fundadoras dessa problemática são o ponto crucial da presente pesquisa.

Ratifica-se que a pesquisa tem como foco principal duas escolas: a primeira fica na periferia denomina-se, Instituto de Educação Rui Barbosa e a segunda o Centro Experimental do Ensino Médio (Atheneu Sergipense), que após reabertura do turno noturno no ano de 2011, oferece Curso Técnico em Informática na Rede Estadual de Sergipe, mais de perto, em Aracaju.

É importante destacar que outras escolas de Aracaju foram observadas através de entrevistas com os docentes e questionário aplicados aos discentes.

Este estudo não tem como objetivo trazer soluções prontas e acabadas em relação às mazelas do ensino noturno. O desejo é fomentar a reflexão dos docentes e discentes que vivenciaram e vivenciam o drama do encerramento do ensino noturno. Percebe-se que o ensino noturno no Brasil precisa ser visto com um olhar diferenciado e profundo, posto que o público atendido é constituído, em sua maioria, por trabalhadores. Não tendo opção de escolha, o discente trabalhador só tem uma única opção para a manutenção do trabalho e do estudo, que é o ensino noturno. Esse ensino se apresenta ao operário como uma possibilidade de qualificação profissional para atender aos anseios do mercado vigente.

É importante destacar que a crise do ensino noturno não se resume a essas duas escolas, outras unidades escolares da capital e do interior do Estado também fecharam o turno noturno. Tomam-se como referência essas duas escolas citadas pela sua importância no cenário educacional sergipano. Portanto, faz-se necessário conhecer os motivos que levaram à crise do ensino noturno na capital do Estado de Sergipe.

O tipo de pesquisa utilizado para construção da citada dissertação baseou-se na pesquisa descritiva, utilizando-se para tal a pesquisa de campo, analisando o pensamento de vários sujeitos envolvidos no processo, tais como gestores, professores, técnico educacional, alunos e sindicato.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário com variado número de questões, tendo em vista os inquiridos e a função que exerce na estrutura, ou mesmo, nos movimentos sociais que tratam da educação. Exporemos o resultado da aplicação do referido questionário a partir de tabelas e gráficos, buscando a clareação dos dados coletados.

O interesse por essa temática deu-se ao vivenciar o fechamento do turno noturno da Escola Estadual John Kennedy, na qual ministrou aulas de história, como também por conta de denúncias, reclamações e preocupações dos docentes, além das reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe, acerca da questão em evidência.

Ao verificar as razões que levaram à crise da educação em Sergipe e, especialmente, na capital do Estado, Aracaju, observou-se uma concentração do problema nas escolas situadas na periferia e no centro da capital. Pode-se constatar essa afirmativa pela proporção de escolas com problemas de manutenção do ensino noturno em relação ao quantitativo de escolas existentes na capital.

A dissertação está estruturada em três capítulos definidos de acordo com o tema em evidência.

O primeiro capítulo intitula-se Percurso Teórico da Pesquisa, que está dividido em seis subtítulos que sintetizam a pesquisa no âmbito do objeto. Assim vejamos: 1. 1. Apresentação do Objeto, 1.2. Percurso Histórico; 1.3. Revisão de Literatura; 1.4. Referencial Teórico; 1.5. Organização e Estruturação do Sistema Educacional Brasileiro; 1.6. Definição de Crise.

O segundo capítulo denomina-se Percurso Metodológico, tem seis subtítulos. São eles: 2.1. Construindo os Caminhos da Pesquisa; 2.2. Tipo de Pesquisa, 2.3. Instrumento da Pesquisa, 2.4. Sujeitos da Pesquisa; 2.5. Lócus da Pesquisa; 2.6. Procedimentos.

O terceiro capítulo é intitulado Apresentação e Análise de Dados e foi dividido em: 3.1. Técnicas de Análises de Dados ; 3.2. Apresentação do Cenário do Ensino Noturno em Sergipe e no Brasil; 3.3. Caracterização e Histórico das Escolas-Foco da Pesquisa; 3.4. A Crise Evidenciada; 3.5. O Fechamento Inesperado e o Drama Discente; 3.6. Análise dos Questionários; 3.7. Caracterização dos Sujeitos Inquiridos por Entrevistas e Apresentação da Análise de Dados.

Espera-se que esta dissertação possa contribuir para uma reflexão sobre o problema do ensino noturno no Estado e que as possíveis soluções tragam, de fato, uma nova realidade para os estudantes que estudam à noite.

CAPÍTULO 1 – PERCURSOS TEÓRICOS DA PESQUISA

1. 1. APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A tabela abaixo apresenta uma Matriz Curricular do EJAEM, em Sergipe.

Nota-se que a Base Nacional abrange as Áreas de Conhecimento como linguagens que tem como componente curricular a Língua Portuguesa tendo na primeira e segunda etapa uma carga horária de 120 horas, totalizando 240. Língua Moderna, 120, Educação Física, 60 e Arte, 40. Nas Ciências da Natureza, Matemática que compõem as disciplinas de Matemática, Química, Física e Biologia. A carga horária é diferenciada sendo que Matemática tem 240, Química e Física: 160. Já Biologia possui uma carga horária menor 140. As Ciências Humanas abrangem as disciplinas, História, Filosofia, Geografia e Sociologia. A distribuição da carga horária divide-se da seguinte forma: História: 80, Filosofia: 40, Geografia: 120 e Sociologia: 40.

É importante relatar, que a matriz curricular é flexível principalmente na carga horária dos docentes.

EJAEM – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO

Tabela 1. Matriz Curricular Turnos – Diurno e Noturno

BASE NACIONAL		1º ETAPA		2º ETAPA		3º ETAPA		4º ETAPA		TOTAL
ÁREAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		CARGA HORÁRIA		CARGA HORÁRIA		CARGA HORÁRIA		
		S	T	S	T	S	T	S	T	
LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	LÍNGUA PORTUGUESA	06	120	06	120	-	-	-	-	240
	LÍNGUA MODERNA	-	-	-	-	-	-	06	120	120
	EDUCAÇÃO FÍSICA	-	-	-	-	03	60	-	-	60
	ARTE	-	-	-	-	-	-	02	40	40
CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	06	120	06	120	-	-	-	-	240
	QUÍMICA	-	-	-	-	08	160	-	-	160
	FÍSICA	-	-	-	-	-	-	08	160	160
	BIOLOGIA	-	-	-	-	07	140	-	-	140
CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	HISTÓRIA	04	80	-	-	-	-	-	-	80
	FILOSOFIA	02	40	-	-	-	-	-	-	40

	GEOGRAFIA	-	-	06	120	-	-	-	-	120
	SOCIOLOGIA	-	-	-	-	-	-	02	40	40
TOTAL DE MÓDULOS-AULA		18	360	18	360	18	360	18	360	1.440
TOTAL DE HORAS		15h	300h	15h	300h	15h	300h	15h	300h	1.200h

OBS: Duração/Etapa – 20 Semanas Letiva, Hora/Aula – 50 Minutos, os conteúdos de literatura e redação estão inclusos na disciplina Língua Portuguesa.

A matriz curricular dos turnos diurno e noturno segue as diretrizes nacionais e a LDB, nela estão inclusos as áreas do conhecimento e os componentes curriculares, divididos em quatro etapas e cada disciplina tem sua carga horária definida. A duração de cada etapa está estabelecida em 20 semanas e a hora/aula equivalente a cinquenta minutos.

O currículo no EJA tem uma abrangência fundamentada na LDB e na Constituição Federal. Segue as diretrizes definidas pelo Parâmetro Curricular Nacional. Tendo como base a relação educação, trabalho e juventude.

A perspectiva curricular é de construção, com referência no campo da sobrevivência material e imaterial dos sujeitos. Reflete a possibilidade de discussão concreta, em abordagem que integre formação geral e formação profissional na EJA. Identificado com a realidade funcional dos sujeitos, considera os aspectos: sócio - econômico e cultural e vislumbra a compreensão das relações entre Educação, Trabalho e Juventude. Considera o trabalho como parte do cotidiano do aluno da EJA e provoca particular interesse na medida em que é importante espaço de socialização, das aprendizagens e construção da identidade pessoal. Por considerar o lócus de convivência dos sujeitos, o currículo é dinâmico e tende a se ajustar às realidades surgidas, acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade, para quem a escola se destina. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento construído com a participação de educadores de todo o Brasil, é referência curricular nacional e, do ponto de vista histórico, aliado aos estudos locais, torna-se parte integrante de uma trajetória incansável pela busca de uma política de EJA no país (MACHADO, 2007, p. 2).

Diante do exposto, fica evidenciado que o EJA segue as Diretrizes Nacionais acerca do currículo definido para tal modalidade.

A Constituição do Estado de Sergipe em seu artigo 215 determina algumas obrigatoriedades que as escolas devem cumprir.

VIII - fixação de currículo e calendário escolar, adequados à realidade socioeconômica de cada região, assegurado, na formação prática, o acesso aos valores culturais, artísticos e históricos nacionais e regionais.

§ 1º Nos programas de áreas de estudo ou disciplinas constantes dos currículos de primeiro e segundo graus, será obrigatória a inclusão de conteúdos referentes à ecologia, educação para o trânsito, educação para a saúde e introdução à ciência política.

§ 2º Nos programas das áreas de estudo ou das disciplinas Geografia, História e Literatura, será obrigatória a inclusão de conteúdos específicos sobre Sergipe.

Portanto, a Constituição do Estado de Sergipe ratifica o que a Constituição Federal determina.

No artigo 26 da LDB, revela como está definido o currículo no âmbito nacional.

Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2o O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. § 3o A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; § 4o O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. § 5o Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição. § 6o A música deverá ser conteúdo obrigatório¹⁸, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2o deste artigo (LDB, 2010, p. 23 e 24).

Percebe-se que, mesmo que o Departamento de Educação de Aracaju (DEA), afirme que as escolas seguem o referencial curricular nacional, isso não impediu a perda de matrícula na rede.

O ensino noturno em Sergipe apresenta um quadro caótico com várias escolas desativadas, o que significa o fechamento de postos de trabalho e do saber. Nota-se que a educação básica é garantida na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei Nº 9.394, de Dezembro de 1996). Segundo seu Artigo 4º,

“ O dever do Estado, com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.”

Percebe-se que, apesar do direito existir, o educando é tratado muitas vezes como aquele que não tem ocupação nenhuma e que vive unicamente para estudar. Essa é uma realidade que fere a LDB, cujo parágrafo VII é claro, quando afirma: “garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

O objetivo do ensino noturno é promover a inclusão social e criar possibilidades de qualificação profissional para melhor inserção no mercado de trabalho, aqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade própria, proporcionando-lhes condições para que, apoderados pelo saber sistematizado, exercitem sua cidadania plena e possam ter acesso a outros níveis de ensino.

É bem verdade, que a legislação tem uma tendência a aproximar a EJA da Educação Compensatória e isso cria uma barreira para se pensar em práticas e currículos que atendam às reais necessidades dos educandos.

Do ponto de vista legal, a educação básica é garantida no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, como direito social de todos e dever do Estado.

Como modalidade de ensino da educação básica, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96. O Capítulo II – Da Educação Básica – traz a Seção V, com dois artigos específicos da Educação de Jovens e Adultos: o artigo 37, que assegura a gratuidade do ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Determina ao Poder Público o dever de viabilizar, estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola. Como também, ações integradas e complementares entre si e o artigo 38 que determina aos sistemas de ensino, manutenção de cursos e exames supletivos, respeitando a base nacional comum do currículo e “habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular”.

A referência legal sobre o currículo da EJA está nas Diretrizes Curriculares Nacionais, explicitada pelo Parecer 11/2000 do conselheiro Jamil Cury, respaldada pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução 01/2001.

Diante do exposto acima a EJA tem amparo legal, entretanto as dificuldades existentes nessa modalidade é algo real e que necessita urgentemente de uma discussão mais profunda acerca dos problemas detectados.

Os principais problemas enfrentados em Sergipe na Educação Básica na Modalidade EJA, reflete um cenário bastante difícil. A crise do ensino noturno é algo real e que necessita urgentemente uma reflexão cuidadosa e séria.

A criação de um fórum para debater e buscar soluções concretas que possam reverter este quadro caótico e de crise do ensino noturno, acredita-se que já seria um passo importante e significativo no combate à referida crise.

Portanto, é preciso aceitar a existência da crise do ensino noturno que é algo que se arrasta há anos, nunca houve um debate específico com todos os segmentos envolvidos para buscar caminhos que tragam um novo horizonte para este turno de ensino.

A tabela abaixo destaca os principais problemas existentes ou identificados na EJA, porém, não apresenta nenhuma solução.

Tabela 2. Sergipe e os Problemas da Educação Básica Envolvidos na EJA

SERGIPE E OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENVOLVIDOS NA EJA
<ul style="list-style-type: none">● Altos Índices de Evasão e Repetência;● Instabilidade no quadro de professores de determinada escola visto a incerteza da formação de turmas (s);● Crescente número de Adolescentes nas turmas de EJA;● Escola com baixo número de matrícula; ● Escola com alto índice de matrícula, mas também de abandono;● Escola com baixo índice de matrícula e alto índice de evasão;● Currículo não adequado para atender as especificidades dos cursos compostos por aluno-trabalhador ocasionando:<ul style="list-style-type: none">-Dificuldades quanto ao cumprimento do horário de início e término das aulas;- A distribuição dos componentes curriculares por etapa (sistema modular) e respectiva carga horária;- Conteúdos estabelecidos, pouco condizentes com as experiências dos alunos que frequentam a EJA.
Fonte: Relatório recebido da Diretoria de Educação de Aracaju - DEA

É preciso ter um olhar mais crítico diante dos dados citados na tabela, a evasão e repetência são questões que acontecem há anos na rede, porém, até o momento não houve um estudo que apontasse como combater tais problemas.

Portanto, é de fundamental importância debater os pontos citados, mas também, definir estratégias e meios para solucioná-los.

O pensamento de Paulo Freire é posto como exemplo, mas o programa não segue o método de alfabetização estabelecido por Freire, tornando-se assim um paradoxo.

Todos nós, independentemente de sermos alfabetizados ou doutores em educação, temos um "**saber de experiência feito**" como se constata no conjunto da obra e na vida de Paulo Freire. Esse saber que precisa ser reconhecido e valorizado, que precisa ser tensionado e superado num processo que é dinâmico e que não se esgota para aqueles que conseguem se perceber como sujeitos de sua história “ (MACHADO, 2007, p. 1).

A citação acima deixa explícito que Freire é um importante e significativo modelo referencial, embora a tal referência não seja utilizada como referência nos currículos da EJA.

No Parecer de 11/2000/CNE, apresentam-se três funções básicas para a Educação de Jovens e Adultos, quais sejam:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado, mas também ao reconhecimento da igualdade comum e inerente a todo e qualquer ser humano de ter acesso à educação como um “bem real, social e simbolicamente importante”. Para

não confundir a noção de reparação com a de suprimento, é indispensável que a EJA tenha um modelo educacional próprio, identificado por situações pedagógicas que atendam às necessidades de aprendizagens específicas, dos alunos jovens e adultos trabalhadores. **Função equalizadora:** relaciona-se ao favorecimento da igualdade de oportunidades de inserção educacional, ao indivíduo que teve sustada sua formação escolar. Refere-se a possibilidades de reabilitação de suas condições para melhor atuação no mundo do trabalho, na vida social, no espaço da estética e nos canais de participação. Permite que uma camada significativa da população brasileira, sem distinção étnica, de gênero ou credo, atualize seus conhecimentos, desenvolva habilidades, troque experiências e tenha acesso a informações sobre as novas dimensões do trabalho e da cultura. Nesta perspectiva, a EJA representa na vida de adolescentes, jovens, adultos e idosos, a retomada da trajetória escolar, rumo ao desenvolvimento social e pessoal. **Função permanente ou qualificadora:** representa mais que uma função ao se configurar como o próprio sentido da educação de jovens e adultos, entendida como processo que se dá por toda vida. “Tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em espaços escolares ou não-escolares” Indica competências para que as instituições de ensino e pesquisa construam material didático adequado, “permanente enquanto processo”, versátil à diversificação de conteúdos e dinâmico ao ponto de permitir acesso aos meios modernos de comunicação.

As funções citadas definem diretamente os objetivos que a Educação de Jovens e Adultos deve trilhar. Como também define que tal programa foi criado com a finalidade de trazer novas oportunidades àqueles que, por algum motivo, não conseguiram terminar os seus estudos na idade prevista.

A proposta curricular busca atender às necessidades que possam surgir e, dessa forma, adequar-se às realidades que possam advir. É importante abordar que o currículo tem esse dinamismo ou flexibilidade, porém não se pode negar que dificuldades estão existindo e que se faz necessário uma discussão mais profunda acerca da proposta em execução da EJA.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais têm no seu bojo uma visão homogênea diante de uma realidade educacional heterogênea no país. A política posta a EJA tem um cunho ainda conservador e tradicional.

Um fator importante e de avanço foi a inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Essa inclusão permite investimento no programa.

Ao integrar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, a EJA foi beneficiada em parte, uma vez que deixou de ser apenas um programa pontual de financiamento. Porém há de se considerar a restrição de não poder ultrapassar a 15% de toda matrícula do FUNDEB em cada sistema. Desta forma, em 2007, apenas 33,33% ou 1/3 das matrículas foram computadas. O texto da Lei nº. 11.494/2007, que regulamenta o Fundo, garante a progressividade e, em 2008, a EJA estava contemplada com 2/3 da matrícula, o que corresponde a 66,66%, para, em 2009, alcançar a isonomia, quando 100% dos alunos matriculados

estavam inseridos no FUNDEB, passando o aluno da EJA a ter financiamento igual ao aluno do ensino convencional.

O ensino em Sergipe estava distribuído da seguinte forma na Rede Estadual no ano de 2011.

A tabela abaixo apresenta de forma explícita como está estruturada ou organizada a Rede Estadual. Abrangendo o quantitativo de escolas, alunos, modalidades de ensino e programas ofertados.

Tabela 3. Estruturação da rede de ensino do Estado

Rede Estadual	
Diretorias Regionais	10
Municípios	75
Escolas	378
Total de Alunos no Estado de Sergipe	
Ensino Regular	
Ens. Fund.	103.795
Ens. Médio	62.216
Ensino Normal	
Normal	2.803
Ensino Especial	
Especial	252
Ensino Profissional	
Profissionalizante	2.372
Escola Ativa	
Escola Ativa	541
EJA	
Ens. Fund. 1º Sem.	9.902
Ens. Médio 1º Sem.	10.286
Ens. Fund. 2º Sem.	4.303
Ens. Médio 2º Sem.	4.983
Programas	
Acelera	848
Se liga	1.193
Total Geral de Alunos Matriculados	203.49
Fonte: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.	

A tabela revela uma análise preocupante na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, que na sua maioria é oferecida no turno noturno. Nota-se que, tanto o ensino fundamental quanto o ensino médio, tiveram uma drástica redução de matrículas. O total dos três turnos revela uma redução de aproximadamente 451 alunos.

As informações veiculadas pelo Sistema de Gestão Acadêmica (SIGA) são preocupantes, pois a população sergipana não diminuiu, pelo contrário, ultrapassou a marca de dois milhões de pessoas em 1º de julho de 2009, de acordo com a contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A quantidade exata de habitantes do estado é de 2.019.679 (dois milhões, dezenove mil, seiscentos e setenta e nove), o que representa um aumento aproximado de 4% em relação à pesquisa de 2007, que apontou uma população de 1.939.426 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e vinte seis), sergipanos. Há um ano, estimava-se que Sergipe tivesse 1.999.374 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e trezentos e setenta e quatro) moradores.

A tabela abaixo do ano de 2008 mostra de forma real o cenário educacional das unidades escolares localizadas em Aracaju. Ao analisar o diagnóstico fornecido pelo Departamento de Educação de Aracaju – DEA observa-se que o problema da educação noturna vem de muito longe e vai passando de governo a governo e as soluções que deveriam ser pensadas não passaram dos relatórios que revelaram os problemas encontrados nas referidas escolas.

Tabela 4. Momento EJA na Escola

PARTE: I	Momento EJA na Escola
Data do Documento: 07/JULHO/2008.	
Unidade Escolar: Escola Estadual Acrísio Cruz	
Objetivo : Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.	
1 - DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:	
<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de suporte didático (livro e material didático/escrito); • Formação das turmas sem a observância da faixa etária, ou seja, a disparidade de alunos com 17, 30 a 40 anos; • Ausência de professores comprometidos, engajados de fato no processo; • O desinteresse por parte do aluno após receber a carteira do passe escolar; • Falta de compromisso dos pais de alunos de 15 e 16 anos. 	
2 - ASPECTOS POSITIVOS	
<ul style="list-style-type: none"> • A duração do curso; 	

- A quantidade de disciplina por módulos;
- A facilidade da própria modalidade.

3 - POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA

- Nos últimos quatro anos temos observado o interesse pela modalidade do EJAEM, em virtude do grande número de matrículas e permanência dos alunos até o final do curso. A gestora sugere a troca do EJAEF/2ª Fase/Seriado por mais turmas do EJAEM.

4 - ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

- A continuidade do EJA, somente na modalidade do EJAEM.

Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA.

PARTE: II **Momento EJA na Escola**

Data do Documento: 31/07/2008.

Unidade Escolar: Escola Estadual Mons. Carlos Camélio Costa

Objetivo:

Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.

1 - DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:

- Professores sem preparo para trabalhar nesta modalidade;
- Alunos com baixo desempenho acadêmico;
- Falta de livros para os alunos;
- Cursos oferecidos em horário não disponível ao professor.

2 - ASPECTOS POSITIVOS

- A localização da Escola;
- O horário oferecido da modalidade EJA;
- Professores qualificados;
- Oportunidade de completar os estudos.

3 - POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA

OBS. Já existe.

4 - ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

- Pela estrutura existente na Escola não haveria possibilidade de um Ensino Profissionalizante o convencional não teria aceitação.

Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju - DEA

PARTE: III **Momento EJA na Escola**

Data do Documento: Não colocado no documento assinado.

UNIDADE ESCOLAR: Escola Estadual D. José Vicente Távora

Objetivo:

Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações, à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.

1 – DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:

- Número reduzido de alunos;
- Falta de compromisso de alguns professores;
- Falta de incentivo como inclusão digital;
- Despreparo do professor para lidar com a inclusão social;
- Escola com baixo índice de matrícula e alto índice de evasão;
- Dificuldade quanto ao cumprimento do horário de início e término das aulas;

2 – ASPECTOS POSITIVOS

- Localização da Escola;
- Bom atendimento ao processo de alfabetização;
- A disponibilidade de tempo para concluir o curso;
- Boas condições de alfabetização para atender as exigências das empresas quando da admissão dos alunos;
- Elevar a auto – estima, principalmente dos educandos mais idosos.

3 – POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA

- A comunidade docente pleiteia a permanência da EJA;
- Essa é a grande oportunidade para os Jovens e Adultos que não tiveram chance quando criança e adolescente;
- É bom a escola está aberta para receber os menos favorecidos de forma abrangente.

4 – ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

- Convencional.

Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA

PARTE: IV Momento EJA na Escola

Data do Documento: 31/julho/2008

Unidade Escolar: Escola Estadual de Ensino Fundamental 8 de Julho

Objetivo:

Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.

1 – DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:

- Grande número de evasão, reprovação e desistência devido a falta de perspectiva de emprego, troca constante de endereço, sobrecarga no trabalho, etc...
- Nossa clientela é formada por empregados domésticos, desempregados, empregados temporários, ambulantes, empacotadores de supermercados, serventes de pedreiros, etc...

2 – ASPECTOS POSITIVOS

A EJA é positiva e necessária porque possibilita aos jovens que estão fora da faixa etária a concluírem o ensino fundamental (5^a,6^a,7^a e 8^a) em dois anos, o que facilita a entrada ou permanência no mercado de já que no ensino regular o tempo dobra e as dificuldades aumentam.

3 – POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA

É possível porque temos o espaço físico, os profissionais capacitados e uma boa procura para essa modalidade de ensino por isso as perspectivas da comunidade para oferta dessa modalidade é muito grande.

4 – ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

Hoje a EJA é a alternativa mais viável, já que o Estado não oferece um curso profissionalizante para os nossos jovens. No momento nossa escola está bastante limitada por conta de uma reforma que nunca foi concluída. Estamos esperando iniciar uma grande reforma, assim que ocorrer as chances serão maiores para qualquer outra modalidade de ensino que venhamos pleitear .

Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA.

PARTE: V **Momento EJA na Escola**

Data do Documento: 24/Julho/2008

Unidade Escolar: Escola Estadual Embaixador Bilac Pinto

Objetivo:

Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.

1 - DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:

- Os alunos da EJA, necessitam trabalhar para a sobrevivência, muitos abandonam a escola, optando pelo trabalho;
- Outros vindos do interior ao se desempregarem retornam para as suas cidades, como é o caso das empregadas domésticas;
- Os adolescentes excluídos do ensino regular, muitas vezes se envolvem com drogas e abandonam o estudo.

2 - ASPECTOS POSITIVOS

- Localização da Escola;
- Bem estruturada, arejada, limpa, com aspecto bem acolhedor;
- A direção é bastante competente e apta para resolver os problemas que surgem;
- O corpo docente é bem preparado, após o reordenamento os professores da 2ª fase tiveram que ser entregues depois de lecionarem por muitos anos aqui, causando um grande impacto.

3 - POSSIBILIDADES/PERSPECTIVAS DA OFERTA DA EJA NA COMUNIDADE

Analisando o resultado do 1º semestre de 2008, onde 53,98% dos alunos evadiram, nos preocupamos com a continuidade da oferta, em virtude da não oferta do EJA, 1ª fase, nesta comunidade, porém temos que pensar nos alunos embora em número restrito, continuaram na escola.

4 - ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

O ensino convencional, mesclado com o profissionalizante, após preparar a escola e os profissionais.

Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA.

PARTE: VI Momento EJA na Escola

Data do Documento: 16/Julho/2008

Unidade Escolar: Escola Estadual "Poeta Garcia Rosa"

Objetivo:

Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.

1 - DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:

- A única fragilidade existente é a matrícula que vem sendo reduzida cada ano. Não sabemos especificar, exatamente a causa, acreditamos que seja a existência de escolas particulares, onde o período de conclusão de curso é reduzido.

2 - ASPECTOS POSITIVOS

- Espaço físico adequado;
- Bons professores;
- Merenda de Boa qualidade e bem preparada;
- Laboratório de Informática;
- Atendimento de qualidade por todos que trabalham na escola;
- Incentivo dos professores;
- Professores presentes e frequentes.

3 - POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA

Existe a perspectiva da continuidade da oferta da EJA, nesta escola em virtude dos aspectos positivos apresentados, não paralelo a isso deve existir também a demanda.

4 - ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA

<ul style="list-style-type: none"> • O Ensino Convencional - não foi aceito • O Ensino Profissionalizante - sim • Outra Possibilidade - Transformar o EJAEF - 2ª Fase de modular para seriado.
Fonte: Dados retirado das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju - DEA
PARTE: VII Momento EJA na Escola
Data do Documento: 11/Julho/2008
UNIDADE ESCOLAR: Escola Estadual Senador Leite Neto
Objetivo: Discutir, com todos os segmentos que formam a comunidade escolar, questões relativas a EJA enfocando os aspectos positivos e os negativos para desenvolvimento da modalidade, bem como evidenciar as condições, aspirações à viabilidade da sua oferta nesta Unidade Escolar.
1 - DIFICULDADES/FRAGILIDADES EXISTENTES:
<ul style="list-style-type: none"> • Evasão dos alunos; • Ausência de Cursos de Capacitação para os professores; • Falta de um Laboratório de Informática; • Grade Curricular, inadequada para o Curso; • Má qualidade do livro didático usado; • Estrutura da escola com problemas; • Mudança do currículo da EJA.
2 - ASPECTOS POSITIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade dos alunos recuperarem a defasagem idade X série em menos tempo; • Boa qualidade de ensino dos professores da escola.
3 - POSSIBILIDADE/PERSPECTIVAS DA COMUNIDADE DA OFERTA DA EJA
As possibilidades e perspectivas são favoráveis desde que a Secretaria de Educação dê um incentivo maior desde o material pedagógico adequado e de apoio até um acompanhamento maior do setor responsável por esta modalidade.
4 - ALTERNATIVA PARA O ENSINO NOTURNO NA ESCOLA
Seria interessante que mantivessem as oportunidades existentes e que ampliassem com o profissionalizante e outras mais.
Fonte: Dados retirados das atas de reuniões da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA.

Portanto, as tabelas acima apresentadas mostram um cenário bastante difícil da educação noturna que sucedeu o ano de 2008 e que nos dias atuais estão sendo revividos. Apesar do reconhecimento do desempenho docente fica explícito na tabela acima que a falta de condições de trabalho, faz com que a qualidade de ensino diminua proporcionando a desmotivação discente e a sua saída da unidade escolar.

Afirmou Arroyo (2003, p.41),

(...) De fato, essa pobre escola tem bastantes semelhanças com muitas escolas de favela, vila e bairro de periferia urbana, onde se amontoam os filhos dos trabalhadores, subempregados, desempregados e boias-frias. Há semelhanças, e grandes, entre as escolas das classes subalternas do campo e da cidade: carência material e humana. Seu fracasso não está em não ser adaptada, mas em ser tão adaptada, tão igual, tão carente e miserável quanto a miséria a que o operariado vem

sendo condenado. A miséria da escola pública destinada aos trabalhadores é bastante generalizada.

Percebe-se que o cenário apresentado pelo autor é uma realidade nefasta que está presente na vida escolar e social dos estudantes da escola pública, seja ele, trabalhador ou não.

É bem verdade, que este contexto educacional não se resume unicamente a Sergipe, é uma realidade nacional, porém, entende-se que não é o fechamento das unidades de ensino que resolverá o dilema da crise do ensino noturno. Até porque existe um número significativo de alunos fora da escola.

A tabela abaixo apresenta o cenário estatístico da realidade da educação especificamente da capital. Os dados apresentados revelam as modalidades de ensino oferecidas e o quantitativo de discentes matriculados. Assim vejamos:

A capital possui 90 (noventa) estabelecimentos de ensino. Tendo 30.890 (trinta mil, oitocentos e noventa) alunos matriculados no Ensino Fundamental e 14.083 (quatorze mil e oitenta e três), alunos matriculados no Ensino Médio. Ensino Normal ¹537 (quinhentos e trinta e sete) alunos. Ensino Especial 153 (cento e cinquenta e três) alunos. Ensino Profissional 2034 (dois mil e trinta e quatro) alunos. Quanto à Educação de Jovens e Adultos, no ensino fundamental, primeiro semestre, houve uma matrícula de 3.553 (três mil quinhentos e cinquenta e três) discentes. Já no 2º semestre o ensino fundamental, teve uma matrícula de 1.990 (mil novecentos e noventa), tendo assim, uma perda de 1563 (mil quinhentos e sessenta e três). O ensino médio do EJA teve, no primeiro semestre, uma matrícula de 3.311 (três mil trezentos e onze). Já no segundo semestre, a matrícula foi de 3.016 (três mil e dezesseis), tendo assim uma diminuição de 295 (duzentos e noventa e cinco).

No programa “Acelera”, a matrícula foi de 299 (duzentos e noventa e nove), enquanto que o programa “Se Liga”, foi de 447 (quatrocentos e quarenta e sete) alunos.

O total de estudantes matriculados na Capital do Estado, segundo a informação do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), é de 60.113 (sessenta mil, cento e treze).

Tabela 5. Escolas da Diretoria de Educação de Aracaju - DEA

ESCOLAS DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE ARACAJU -DEA	90
---	-----------

¹Curso de magistério, formação pedagógica para lecionar do 1º ao 5º ano, porém, esse curso deixará de existir em 2013. O governo do Estado através de portaria nº 8907 / 2010 de 29 de dezembro de 2010 .

REDE ESTADUAL DE ARACAJU – ANO: 2011	
ENSINO REGULAR	
Ens. Fund.	30.890
Ens. Médio	14.083
Ensino Normal	
Normal	537
Ensino Especial	
Especial	153
Ensino Profissional	
Profissionalizante	2.034
EJA	
Ens. Fund. 1º Sem.	3.353
Ens. Médio 1º Sem.	3.311
Ens. Fund. 2º Sem.	1.990
Ens. Médio 2º Sem.	3.016
Programas	
Acelera	299
Se liga	447
Total Geral de Alunos	
Matriculados	60.113
Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica	

Diante do exposto acima, percebe-se que a educação sergipana, está vivendo principalmente no ensino noturno, um cenário de inconsistência na modalidade EJA. Observa-se que de um semestre para o outro, encontra-se uma oscilação significativa na matrícula. Ou seja, a redução no número de alunos no turno noturno de um semestre para o outro é enorme e preocupante. As razões que levam a isso é que se faz necessário que sejam apuradas para serem solucionadas.

O educando noturno chega à escola com esperança de mudar sua realidade difícil, porém, ao vivenciar o dia-a-dia de um estabelecimento escolar, o estudante trabalhador percebe que a sua rotina laboral, na maioria das vezes, não é levada em consideração.

Segundo Caporalini (1991),

(...) O aluno do noturno tem experiência de vida bastante rica, pois geralmente desde a mais tenra idade, assume responsabilidades domésticas, além de cuidar da própria sobrevivência. Leva com ele os afazeres e as preocupações de um estudante e de um trabalhador, mas provavelmente se desencanta quando, na escola, não encontra um ambiente que leve em conta esta sua realidade (CAPORALINI, 1991, p. 78).

Esse cenário é uma realidade constante nas escolas públicas. Outra questão fundamental que precisa ser levada em consideração, é que o corpo discente do ensino noturno não se resume unicamente

ao estudante trabalhador, mas conta também com aqueles que não tiveram possibilidades de concluir seus estudos “na idade própria”

Nota-se que o ensino noturno está também caracterizado com estudantes mais jovens que diante da idade não foi mais permitida sua permanência no turno diurno.

Muitas escolas noturnas estão fechando suas portas e outras apresentam problemas de redução drástica no número de matrícula e de acentuada evasão do alunado. A redução de matrículas abrange todos os turnos, já o fechamento de turno é constatado especificamente no período noturno.

Ao consultar dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), constatou-se uma diminuição significativa nas matrículas da Rede Estadual de Ensino em Sergipe, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 6. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

TOTAL 2006	TOTAL 2007	TOTAL 2008	TOTAL 2009	TOTAL 2010
243.983	234.911	232.303	218.107	203.945

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP

Portanto, as matrículas na rede estadual de 2006 a 2010, tiveram drástica redução. De 2006 a 2007, houve uma perda de matrícula de aproximadamente 9.072 (nove mil e setenta e dois). De 2007 a 2008, a redução foi de 2.068 (dois mil e sessenta e oito). Em 2008 e 2009, a diminuição da matrícula foi de 14.196 (quatorze mil cento e noventa e seis). No período que compreende 2009 a 2010, a diminuição foi de 85.838 (oitenta e cinco mil oitocentos e trinta e oito). O montante de redução de matrículas na Rede Estadual, durante os cinco anos analisados, chega a um total de 111.786 (Cento e onze mil, setecentos e oitenta e seis).

Ratifica-se que os dados analisados referem-se a toda a rede, no entanto, o fechamento de turno, no momento, ocorre em algumas escolas do período noturno. Um ponto preocupante desse cenário é que, se não houver uma medida emergencial por parte da Secretaria de Educação para sanar a diminuição de matrículas, em pouco tempo, esse problema poderá alcançar posteriormente os outros turnos. Os motivos que levaram a isso é o ponto central que precisa de esclarecimento.

1.2. PERCURSO HISTÓRICO

O ensino noturno surge em algumas províncias entre elas Sergipe, no período em que o Brasil vivia o Império. Através do Decreto Nº 7247 de 19 de Abril de 1879, é que o país teve avanços no campo educacional.

Almeida, afirmou:

As primeiras referências ao ensino noturno no País datam dos tempos do Império. Primitivo MOACYR (1936, 1939) registra, entre 1869 e 1886, o funcionamento de escolas noturnas para adultos, nas províncias do Amazonas, Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná. Se esses primeiros registros evidenciam que o aparecimento dos cursos noturnos está associado ao adulto analfabeto, o Decreto nº 7.247, de 19/4/1879, que "reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império", permite inferir que já no Império se pensava no ensino noturno para atender à continuidade dos estudos, pois o referido Decreto estabelece em seu artigo 9º. (ALMEIDA, 1988, p. 18).

Ao analisar o conteúdo do Decreto nº 7.247, de 19/4/1879, constata-se que as crianças pobres cujos responsáveis provassem que não tinham condições financeiras, o governo daria a vestimenta, livros e outros objetos úteis ao estudo.

Segundo Carvalho,

Há referências ao ensino primário de adolescentes e adultos analfabetos ao longo de toda a legislação escolar do Império, das Províncias, e mais tarde dos Estados. Registros de 1870-1880 dão conta de algumas características desse tipo de ensino: destinado "aos que a idade e a necessidade de trabalhar não permitem frequentar cursos diurnos", servem "ao homem do povo que vive do salário", funcionam em locais improvisados ou cedidos, seus professores recebem apenas uma pequena gratificação para se encarregar dessas aulas. Poucos anos após sua instalação, notou-se que as escolas noturnas não estavam produzindo "os resultados esperados" e que a frequência, grande no início das matrículas, diminuía sensivelmente no decorrer do ano letivo. Porém, tais cursos continuaram a ser criados, "pois ainda assim não convém desistir deles". Tais notas documentam como a gênese dos cursos noturnos está associada ao atendimento ao jovem e adulto analfabeto, já engajado em atividades produtivas e que não pode frequentar escola na "época certa" (CARVALHO, 1984, p. 23).

Percebe-se que a história do ensino noturno no Brasil não foi fácil, mas é inegável que esse ensino é de fundamental importância para o filho do trabalhador.

Arroyo deixa claro que a escola surge para beneficiar um segmento da sociedade que é a elite em detrimento da grande maioria que receberá uma educação desqualificada e sem perspectiva de um futuro melhor.

Arroyo afirmou que,

Buscamos saída na prática cotidiana da escola, porém, com a lucidez suficiente para não cair no engano de defender esse sistema escolar como o conveniente e possível para os interesses dos trabalhadores. Temos consciência de que esse sistema escolar nasceu e se estruturou marcado por interesses de classe. Não foi montado para servir às classes trabalhadoras, mas aos futuros dirigentes, executivos, profissionais e teóricos da burguesia. Não caímos na ingenuidade de aderir à "teoria da brecha" ou da "ocupação de espaços". Para as camadas populares, que pensavam ter invadido essa escola, criou-se logo um projeto paralelo e complementar, onde os conteúdos e métodos e a organização escolar foram concebidos mais para formar os cidadãos

como trabalhadores semianalfabetos, submissos e desqualificados, do que ativos e participantes na vida social e na organização do trabalho. Seria ingênuo que a burguesia, seus gestores e pedagogos implementassem um projeto educativo diferente (ARROYO, 2003, p. 18-19).

Diante do exposto, pode-se constatar que a educação brasileira surge com o intuito de ter uma mão de obra barata e desqualificada. As leis educacionais são apresentadas para a sociedade como caminhos e alternativas para sanar o caos educacional do nosso país. Assim, aparece a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade que tem como finalidade atender aqueles que não concluíram seus estudos na “idade própria”.

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, que começa ainda no período colonial e com o passar do tempo mediante as exigências do mercado e política vai evoluindo chegando a ser exigido por lei. Essa modalidade é prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96.

Marquez (2010, PP.8 e 9), historiou a EJA, dizendo que, o surgimento da modalidade começa no período do Brasil Colônia, sendo que o mesmo tinha um “caráter religioso do que educacional”. Já na década de 30, aparece o sistema público de educação, ocasionado principalmente pelas transformações da industrialização que fez com que a população se concentrasse nos centros urbanos. Com o final da ditadura Vargas e o fortalecimento da democracia no Brasil, observou-se que havia um alto índice de analfabetismo. A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), fez com que os países integrantes defendessem a campanha no âmbito da educação dos adultos analfabetos. Já em 1947 surge a 1ª Campanha de Educação de Adultos que tinha como proposta uma alfabetização rápida, três meses e um curso de sete meses em duas etapas para capacitação profissional e comunitária. Foi neste período, segundo o autor, que teve início as políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos. No término da década de 50 e início de 60, aparece o Educador Paulo Freire, que desenvolveu um método de alfabetização que é referência até os dias de hoje. A década de 60 fez aparecer vários movimentos tendo como objetivo atender os educandos analfabetos. Surgiram os Centros Populares de Cultura/CPC, Movimento de Cultura Popular/MCP, Movimento de Educação de Base/ MEB e a Campanha “de pé no chão também se aprende a ler”. O advento do Movimento Brasileiro de Alfabetização/MOBRAL, criado pela Lei nº. 5379 de 15 de dezembro de 1967. Observou-se que tal movimento fazia restrições ao método Paulo Freire. O Mobral tinha como foco o desenvolvimento de mão de obra para o trabalho e a erradicação do analfabetismo. Este movimento não obteve êxito, sendo extinto em 1985. A década de 90 faz surgir várias propostas como o Ano Internacional de Alfabetização (1990), tendo como objetivo erradicar o analfabetismo em dez anos. Surge o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania/PNAC.

Atualmente o país está regido no campo educacional pela Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nela encontra-se a preferência pelos cursos e exames supletivos para a EJA.

Percebe-se que a EJA surge paulatinamente passando por cada momento da nossa história. Da Colônia, à Ditadura e chegando ao período da democratização do país. Porém o principal objetivo da EJA era e é atender os anseios políticos, sociais e econômicos principalmente. O principal nome da educação de Jovens e Adultos no Brasil é Paulo Freire, que por meio do seu método baseado nas chamadas palavras geradoras, no diálogo entre educador e educando, desenvolvendo o senso crítico do aluno e a percepção da sua realidade.

Vista assim, a conscientização não vem antes ou depois da alfabetização. Ela se dá neste como na pós-alfabetização ou em atividades de educação política envolvendo analfabetos e não necessariamente ligadas a um esforço alfabetizador. Voltando à alfabetização, insistiremos em reafirmar que jamais tornamos a palavra como algo estático ou desconhecido da realidade concreta dos alfabetizados, mas como uma dimensão de sua linguagem-pensamento em torno de seu mundo. Por isto, quando eles participam criticamente da decomposição das primeiras palavras geradoras associadas à sua experiência cotidiana; quando identificam as “famílias silábicas” que resultam daquela decomposição; quando percebem o mecanismo de combinações silábicas de sua língua, descobrem, finalmente, nas várias possibilidades de combinações, suas próprias palavras (FREIRE, 1981, p.49).

É de fundamental importância deixar destacado que o método utilizado por Freire foi um sucesso no Brasil e em outros países. Porém, não foi dada continuidade em nosso país. Dessa forma, criou-se uma nova alternativa para solucionar a problemática do analfabetismo e dos alunos em idade avançada. Assim, é votada no congresso nacional uma nova política de educação para Jovens e Adultos que consta na Constituição, cujo artigo 6º deixa claro que “é direito social de todos e dever do Estado”. Como a educação também é contemplada como direito constitucional do cidadão no artigo 208. Encontra-se em outro dispositivo legal, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) – Lei 9.394/96, o Art. 37, que estabelece:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na formado regulamento (LDB, 2010, pp. 32 - 33).

A EJA surge através de uma Lei Federal que tem como princípios básicos a igualdade e o caráter emancipatório da educação. Entretanto, percebe-se que a implantação desse programa de Educação de Jovens e Adultos está praticamente inviabilizando o ensino regular. A evasão é enorme na EJA. Quais motivos propiciam essa desistência dos educandos é um dos pontos de investigação dessa pesquisa. A proposta apresentada pelos dispositivos legais é bem intencionada, mas a prática deixa a desejar, muitas lacunas existem, mas soluções para preenchê-las até o momento não apareceram.

Essa situação não é um fenômeno isolado, pois o documento final do CONAE (Conferência Nacional de Educação) faz um apanhado histórico do cenário educacional no Brasil, em que a realidade é trágica e complicada. O documento relata que, “historicamente, o Brasil tem se caracterizado como um país com frágeis políticas sociais, o que lhe imprimiu dois traços marcantes: uma das maiores desigualdades sociais em convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Com 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza, por isso é fácil constatar sua condição de país injusto por excelência. Além disso, relatório do IBGE (PNAD, 2003) indica que, dos/das trabalhadores/as brasileiros/as com mais de 10 anos, 68% recebem até dois salários mínimos. Essas características, reflexo da ausência de políticas sociais mais efetivas, assumem formas cada vez mais perversas de exclusão social. O panorama excludente tem reflexos importantes, também, no campo da educação. Basta identificar que, da população com mais de sete anos, 11,2% é analfabeto/a, dos/das quais aproximadamente 2,5 milhões estão na faixa de escolaridade obrigatória (7 a 14 anos). Dentre os/as maiores de dez anos, 11,2% não têm escolaridade ou estiveram na escola pelo período de até um ano; 27,5% têm até três anos de escolaridade; e mais de 2/3 da população (60,4%) não possuem o ensino fundamental completo, tendo, no máximo, sete anos de escolaridade (IBGE - PNAD 2003). Para tanto, faz-se necessário garantir condições para erradicar o analfabetismo no País com a colaboração dos entes federados”.

1.3. REVISÃO DE LITERATURA

Nos últimos anos a temática sobre o ensino noturno é abordada em livros e artigos científicos. Nesses estudos, pode-se observar que o cenário apresentado pelos autores que debruçaram-se sobre o turno noturno, é que, a realidade deste turno é caótica e preocupante. Braga (2008) pesquisou a evasão escolar, tendo como sujeitos principais do seu estudo os docentes e discentes.

A autora descreveu que,

Embora a questão da evasão precise ser compreendida, por um lado, no contexto capitalista e não a isolando deste contexto, por outro lado, é legítimo que se pergunte se é possível no âmbito escolar realizar ações que diminuam os índices de evasão escolar. Sabe-se que a escola, muitas vezes, sem se dar conta, faz uso de algumas práticas de ensino que acaba contribuindo com o fracasso escolar do aluno, contribuindo para a sua exclusão. Neste cenário a educação aparece, muitas vezes, como um campo conivente com tais ideais, na medida em que não faz a crítica e reforça as desigualdades acima descritas. (BRAGA, 2008, p. 6).

A autora deixa evidenciado que a escola direta ou indiretamente pode através da sua prática contribuir para a permanência ou evasão do educando. Portanto, é preciso que as unidades escolares sejam ambientes que possam de fato valorizar a autoestima dos discentes. A educação deve proporcionar a possibilidade da descoberta e do saber.

O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal com o intuito de diminuir a miséria popular, como também, diminuir a evasão escolar. Outros programas foram criados para combater a desistência dos educandos. Um exemplo fiel foi o Projovem, destinado aos educandos do 9º ano do ensino fundamental. Nesse programa o educando recebe um incentivo para manter-se na unidade escolar de 100,00 (Cem Reais).

Braga (2008) destaca que,

Portanto, estas políticas sociais, tanto na esfera nacional como na estadual, têm ajudado na permanência do aluno na escola, contudo, faz-se necessário que se efetive a obrigatoriedade de políticas que garantam a formação até o ensino médio (2008, p. 7).

Os Programas apresentados pelo Governo Federal tem sua importância, serviram, como paliativo e não conseguiram erradicar por completo a evasão escolar. Pois é necessário priorizar nas gestões públicas uma política de Estado que possa de fato possibilitar aos discentes uma escola de qualidade em todos os aspectos.

Analisando ainda Braga (2008, p. 12), a escritora afirma que o fracasso escolar tem uma maior abrangência no sexo feminino. As razões apresentadas pela autora são “ trabalho, filhos, gravidez e casamento”. O percentual dos alunos evadidos está dividido da seguinte forma:

(...) 53% são alunas e 47% são alunos. Porém, o que chama a atenção é o número de alunas menores de idade que se afastam tão cedo da escola: 20%, contrapondo-se a porcentagem de meninos que foi de 5%. Percebe-se que a maioria das alunas (69%) e 31% dos alunos são casados, isto significa que as meninas casadas desistem mais que as solteiras (BRAGA, 2008, p. 12).

Nota-se que as meninas evadem em maior número do que os meninos, as razões são variadas, mas, a principal está relacionada ao casamento e a gravidez precoce.

(...) Na sequência será visto que este é um dos fatores que influencia na desistência escolar de algumas delas, pela sobrecarga de situações vividas como: emprego, cuidado com a casa e os filhos. O casamento, a gravidez e cuidar dos filhos contribuem também para a evasão em 16% dos casos, porém o casamento traz com ele inúmeros motivos para acontecer à desistência, haja vista, que não é tarefa nada fácil, principalmente para uma adolescente cuidar da casa, dos filhos, do trabalho e conciliar estas tarefas como estudo. (BRAGA, 2008, p. 12).

Várias outras razões foram postas pela pesquisadora no que tange à questão da desistência e abandono da escola. Porém, um ponto que precisa ser abordado e discutido por ser um fato recorrente é que a escola na sua grande maioria não entra em contato com os educandos desistentes. A desmotivação é uma das razões que segundo a autora leva os educandos a desistirem de estudar. Muitas vezes essa desmotivação é oriunda do grande número de reprovação. A violência na escola é outro estopim para a desistência destes alunos.

Reis (2009), na sua dissertação de mestrado intitulada **O Ensino Fundamental Noturno: Gestão e Funcionamento**, que tem como foco o cotidiano da instituição educativa, seus alunos e o trabalho pedagógico realizado pelos gestores e professores.

A pesquisadora faz sua análise no turno noturno, por entender que este turno tem recebido pouca atenção dos diferentes órgãos encarregados da gestão educacional e segundo ela, possivelmente dos próprios profissionais que trabalham nesse período.

Na parte introdutória a autora destaca que a característica marcante do discente noturno de educação básica é que ele é aluno – trabalhador. Que tem uma vida dura para conciliar estudo e trabalho. Aborda também, que alguns docentes do turno noturno geralmente estão na sua terceira jornada e que a escola parece funcionar da mesma forma que no diurno.

Ao justificar a pesquisa a autora faz uma afirmativa em relação a realidade do ensino diurno e noturno.

Em geral, as classes diurnas estão cheias de jovens que parecem demonstrar

A maioria dos alunos do ensino médio noturno, formada por jovens trabalhadores, quando vai para a escola já está na 3ª jornada, cansados, muitas vezes com fome, sendo reféns de uma trama que os coloca na condição de desfavorecidos, de carentes e por isso, tem um tratamento escolar mais flexível, menos rígido. A escola faz de conta que cuida da formação destes jovens, trabalhando o mesmo currículo dos cursos diurnos, ajeitando-os de forma que essa população passe pela escola certifique-se, e continue marginalizada, seja pela não apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente, seja por uma falsa ideia de que estão preparados para o mundo do trabalho (GONDO , 2009, p. 13).

Portanto, fica evidenciado na citação acima o descaso com a educação dos filhos e filhas dos trabalhadores. Está posto que a educação para a classe pobre deve ser revista e que de fato a Constituição Federal seja cumprida no que propaga que todos perante a lei são iguais.

Vê-se, desta forma, a perpetuação da exclusão, já que na idade devida esses alunos não tiveram a escolaridade a que tinham direito. Sendo assim, a escola em nada contribui para modificar esse círculo vicioso já que as políticas educacionais apenas expandiram o ensino noturno, em todos os níveis da educação, sem darem conta de resolver e recuperar a possibilidade de uma formação integral a que todos têm direito. Repensar um currículo que seja adequado ao perfil e às necessidades dos jovens trabalhadores é um desafio urgente para a educação brasileira, por se tratar de uma parcela muito significativa de alunos que são trabalhadores e que só têm possibilidade de formação escolar em cursos noturnos (GONDO, 2009, p. 13).

É necessária uma política de Estado que possa de fato ver o ensino noturno não como um entrave, mas como um meio de formação qualificada em que o objetivo maior seja o crescimento do país e do seu povo.

Portanto, é preciso que todos que fazem parte da comunidade escolar estejam imbuídos para exigir melhores condições de trabalho e valorização profissional.

O professor que atua no ensino noturno precisa ter clareza das relações que configuram o mundo do trabalho e como essas relações interferem na organização do processo de ensino. Percebe-se que quando a escola facilita as condições de ensino, com práticas de flexibilização do conhecimento, do que é ensinado, está deixando de cumprir a tarefa educativa para reafirmar a exclusão social aos alunos (GONDO, 2009, p. 15).

Observa-se na citação acima que os docentes ao descumprir a sua função de educador reproduzem também a exclusão social dos educandos. Pois os mesmos vão à escola com a esperança de adquirir o conhecimento sistemático e obter um futuro melhor.

O poder público deve proporcionar condições para que os profissionais que trabalham na unidade de ensino possam de fato desenvolver o seu trabalho dignamente e assim oferecer um ensino de qualidade para os discentes do turno diurno e noturno.

Pode-se constatar diante da visão do autor que mudanças precisam ser feitas para alcançar uma escola pública em que o filho e a filha do trabalhador tenham condições de aprender e sonhar com um futuro mais promissor.

A autora deixa claro que o papel do educador do ensino noturno não deve ser de “facilitar o ensino”, pois, agindo assim estará “deixando de cumprir a tarefa educativa”, ocasionando assim, a “exclusão social” dos educandos.

Kuenzer (2010, p.852), no seu artigo intitulado, O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: Superando a Década Perdida? A autora tem como finalidade ao elaborar este artigo ofertar algumas contribuições para o debate sobre o ensino médio “a ser realizado no processo de elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011- 2020, uma questão de fundo, já apontada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no documento elaborado para subsidiar o novo PNE”.

Uma questão colocada pela escritora é que a estruturação do novo PNE, no que tange ao ensino médio, destaca a “universalização com qualidade social” oferecendo a “inclusão de todos no processo educativo”. E por fim, o “desenvolvimento da gestão democrática”.

Segundo a escritora o ensino médio noturno no ano de 2007 tem na sua maioria estudantes trabalhadores.

Em 2007, 41,3% das matrículas foram feitas no turno noturno; como aproximadamente a metade dos matriculados tem 18 anos e mais, elas provavelmente referem-se, em sua expressiva maioria, a alunos que trabalham ou procuram trabalho (KUENZER, 2010, p. 860).

Ao observar as estatísticas de matrículas no ensino médio no país, contatou-se uma oscilação preocupante, principalmente no período de 2000 a 2008.

Assim é que, se as matrículas no ensino médio cresceram 32,1% entre 1996 e 2001, passando de aproximadamente 5,7 milhões para 8,4 milhões, no quinquênio seguinte cresceram apenas 5,6 %, passando a decrescer a partir de 2007, de modo a configurar crescimento negativo de -8,4% de 2000 a 2008, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esta retração se acentua entre 2008 e 2009, atingindo um percentual de -3,2%, sendo que, em 2008, foram 8.369.389 matrículas contra 8.337.160 em 2009; ou seja, em apenas um ano, uma diferença de 32.229 matrículas (KUENZER, 2010, p. 859).

Portanto, a realidade do ensino médio no país é difícil e que é preciso urgentemente uma política que possa trazer uma nova realidade e modalidade de ensino, caso contrário, poderá chegar ao fim do ensino médio noturno.

1. 4. REFERENCIAL TEÓRICO

A falta de uma política de estado faz com que a educação sergipana chegue ao ponto de viver movida por pacotes educacionais como “Se Liga”, “Acelera” e “Alfa Beto”, além de programas educacionais como EJA (Educação de Jovens e Adultos), que abrangem o ensino fundamental e médio, são oferecidos na forma presencial, educação a distância e exames. Com o “Projovem”, destinado aos jovens entre 18 e 24 anos que tenham parado de estudar na 4ª série do ensino fundamental, sem trabalho formal e moradores de capitais dos Estados ou do Distrito Federal, a juventude pode voltar a estudar e se profissionalizar. No Brasil, 35,5% dos jovens entre 18 e 24 anos (cerca de 5,4 milhões) não chegaram a completar o ensino fundamental e esse baixo nível de escolaridade diminui significativamente as chances de ocupação profissional. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a taxa de desemprego nessa faixa etária é de 17%, quase o dobro da média nacional (9%). Pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e do Instituto Polis (Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais), aponta que, em fevereiro deste ano, 27% dos brasileiros de 15 a 24 anos estavam sem ocupação. As ações do Projovem têm como finalidade melhorar esse quadro. Criado em 2005, compreende um curso de 12 meses, período em que os jovens completam o ensino fundamental e recebem qualificação profissional, inclusão digital e aulas de inglês. Para frequentar as aulas, cada aluno recebe, por mês, R\$ 100,00 (cem) reais.

Essa forma de atrair o jovem à escola revela que as políticas educacionais estão mais voltadas ao mercado, tanto é que o educando é visto como mercadoria. Todas essas ações são frutos da chamada política neoliberal.

Sader (2009) afirmou que,

As maiores conquistas do neoliberalismo não aconteceram no plano econômico, campo que canalizava suas maiores promessas, mas nos planos social e ideológico. A combinação entre políticas de “flexibilidade laboral” – que, na realidade, se trata de precarização laboral, de expropriação do direito ao contrato formal de trabalho -, desemprego resultante de ajustes fiscais em nível governamental e demissões maciças no setor privado, enfraqueceu profundamente os sindicatos e a capacidade negociadora dos trabalhadores, fragmentou e atomizou a força de trabalho, deslocou os temas do trabalho e das relações de trabalho para o debate público. (SADER, 2009, p. 51).

O neoliberalismo tem como finalidade atender aos interesses dos grandes empresários, para tanto os ajustes são apresentados, tais como a redução de empregos, diminuição do investimento educacional e na desvalorização do trabalhador.

Refletindo ainda segundo Sader (2009), pode-se constatar que,

O continente americano é o de maior grau de desigualdade no mundo – e, portanto, de injustiça -, situação que só se acentuou com a década neoliberal, mas os duros golpes sofridos pelo campo, tanto com as ditaduras quanto com as políticas neoliberais, não faziam pressagiar uma mudança tão rápida e profunda. Buscaremos

compreender as condições que permitiram uma virada tão radical e transformaram o paraíso neoliberal num oásis antineoliberal (dentro de um mundo ainda dominado pelo modelo neoliberal), assim como o potencial e os limites dessa virada, num marco continental e mundial (SADER, 2009, p. 33).

A educação está sendo inserida dentro da política do capitalismo financeiro e neoliberal, em que o educando é visto como mercadoria. Percebe-se que a preocupação não está voltada para a qualidade, mas sim para a quantidade de matrículas.

Olga Pombo (2003) fez a seguinte afirmação:

Há hoje dois discursos educativos de sinal contrário: um centralizador, estatizante, que aponta para grandes reformas planejadas pelos organismos centrais, discurso orientado por uma lógica intervencionista de regulação da vida das escolas que todos os dias recebem nova legislação, novos esclarecimentos, novas interpretações das leis existentes, a indicação de novos agrupamentos disciplinares, novas modalidades de trabalho, novos programas, novas formas de avaliação, novos regimes de horários etc. ; outro, descentralizador, liberal, hoje triunfante e invasor embora nunca vitorioso, que dá “prioridade às escolas e não ao sistema”, que defende que: “a inovação educacional não pode ser determinada por despacho”. Ou seja, um discurso para o qual têm que ser as próprias escolas e os próprios professores a construir inovações, criando soluções locais, ao nível de escola, ao nível de turma; inclusive promovendo soluções regionais (em alguns casos, mesmo regionalistas) que visam, como se diz, “devolver a escola à comunidade” (MARTINS, 2003, p. 27).

O cenário descrito pela filósofa e escritora portuguesa Olga Pombo está sendo reproduzido em Sergipe, principalmente o centralizador, em que o governo do Estado, apesar de ter prometido a democratização da escola pública estadual na campanha eleitoral, instaura modelos de intervenção indiferentes aos anseios da comunidade escolar. A dominação proposta pelo paradigma neoliberal lança mão de um currículo que se torna instrumento de reforço dessa construção. Nesse sentido, o currículo, segundo os escritores Moreira e Silva, (2001) no livro intitulado “Currículo, Cultura e Sociedade”, afirmam:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA/SILVA, 2001, pp. 7 - 8).

A importância do currículo é que ele é a espinha dorsal da educação. É nele que os governos buscam introduzir a sua ideologia. É ele também que diz aos discentes o que eles precisam saber. Por isso, que ele tem relação de poder.

Moreira e Silva (2001) afirmam que as alianças estão sendo feitas com o intuito de enquadrar a educação de acordo com os interesses da política neoliberal.

Conforme salientam os autores,

O poder dessa aliança pode ser constatado em uma série de políticas e propostas educacionais: 1) programas de “opções”, como, por exemplo, plano de vale – educação e créditos fiscais para tornar as escolas parecidas com a idealizadíssima economia de livre mercado; 2) o movimento generalizado, em âmbito nacional e estadual, para “elevar o nível” e para regulamentar, tanto para professores quanto para alunos, “competências”, metas e conteúdos curriculares básicos, sobretudo agora, através da implementação dos sistemas de avaliação estaduais e nacionais; 3) os ataques, cada vez mais eficazes, ao currículo escolar por suas “tendências” antifamília e antilivreempresa, seu suposto descaso em relação ao conhecimento e aos valores da “tradição ocidental” e ao “verdadeiro conhecimento”; e 4) a crescente pressão para que as necessidades observadas nas empresas e nas indústrias passem a ser as metas primordiais da escola (MOREIRA/SILVA, 2001, P. 68).

Essa reflexão revela como a política educacional vai sendo pensada sob a ótica do mercado. Assim surgem os cursos técnicos e empresariais. Esses cursos vão diluindo o ensino regular, principalmente o noturno. Os currículos escolares vão sendo mudados para adaptar-se aos anseios do mercado. Esse movimento cria uma noção de educação pragmática, reducionista, pois trabalha a dicotomia entre o conhecimento e a sua utilidade, daí a ideia de trabalhar a competência e a habilidade. Os discentes não serão vistos como sujeitos, mas como mercadoria, mão de obra para ser treinada, formada a partir da necessidade do mercado, além de ser um exército de reserva para as eventuais necessidades. A escola é analisada pelo grupo dominante não como um ambiente de formação de cidadãos, mas como uma empresa que tem que atender ao interesse do mercado, local, nacional e internacional.

Em outras palavras, a escola foi transformada em um celeiro de mão de obra barata para o mercado nacional e internacional.

Frigotto (1986), destacou que,

No contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado intervencionista assume a função de gestor das crises do capital e utiliza o sistema escolar, não apenas como um lócus de reprodução da ideologia burguesa, mas também como lócus de um tipo de consumo que, embora improdutivo, é necessário para o ciclo de realização de mais valia, a questão da ampliação das verbas em educação tem de ser devidamente avaliada. O problema não é simplesmente ampliar as verbas para a educação, mas ampliá-las dentro de uma nova função social do próprio sistema educacional.(FRIGOTTO, 1986, p.160).

A construção discursiva de Frigotto remete-nos à constatação de que a educação não pode ser reprodutora da ideologia burguesa, por isso é preciso mudar e repensar a política educacional. Acredita-se que só através do envolvimento direto da comunidade escolar e os demais segmentos sociais, é que a educação poderá ter uma nova realidade.

A realidade do jovem sergipano em relação à educação, segundo Bernard Charlot (2000, p. 173), reside no fato de que a educação, para a maioria dos alunos do meio social popular, é uma

obrigatoriedade imposta pelos pais ou responsáveis para que eles possam ter um futuro melhor. Porém, os educandos entendem o aprender como um sacrifício e punição, caso não tenha êxito.

Ao elaborar um relatório sobre os Jovens Sergipanos, Bernard Charlot destacou que “a sociedade sergipana não está parada, acompanha o movimento dos costumes e normas no mundo.” Ao fazer uma avaliação qualitativa entre a sua geração e a geração de seus pais, os jovens disseram que “a vida melhorou em tudo, fora das condições básicas da sobrevivência: segurança, trabalho e renda. Melhorou a possibilidade de estudar, de divertir-se, de participar da vida política, a liberdade religiosa e sexual”. A pesquisa feita estuda a relação dos jovens, entre 15 e 29 anos, que compõem cerca de 50% da população do estado de Sergipe (em torno de 270 mil pessoas), como estudo, o trabalho, a família e a saúde, assuntos que formam 80% dos motivos pelos quais um jovem sergipano diz estar satisfeito ou não em relação à vida. O pesquisador apresentou, no seu relatório, que apenas 6% dos jovens sergipanos frequentaram ou frequentam o ensino superior, e 52% destes (na faixa de 20 a 24 anos, chegando a 74% com 25-29 anos) também trabalham ao mesmo tempo em que cursam a faculdade. Nas respostas à pergunta “por que e para que vão à escola? Prazer ou necessidade?”, a maioria disse que vai à escola para conseguir um bom emprego, e muitos usaram a expressão “para ser alguém na vida”. Em particular, quanto às jovens, algumas declararam que, antes mesmo do sonho de casar, a formação profissional e a independência é colocado em primeiro lugar. A maioria das mulheres declara que não trabalha por falta de indicação, e não por opção ou por cuidar do lar. 66% das moças não trabalham e 36% nunca trabalharam. “Em outras palavras, o desemprego das jovens sergipanas é desemprego mesmo, não é vocação de dona do lar”. Cerca de 40% dos jovens sergipanos entre 15 e 29 anos está trabalhando, 30% já trabalhou, mas não está trabalhando e 30% nunca trabalhou.

As três qualidades fundamentais consideradas necessárias pelos jovens sergipanos, segundo o relatório, para encontrar um emprego são: o nível de escolaridade, experiência profissional e a recomendação de pessoas influentes. Ao serem indagados sobre as razões para não conseguirem emprego os jovens responderam: 18% afirmaram que não estudaram o suficiente, 13,1 alegaram que a idade dificulta; 13% indicaram a situação atual do país e 12,1% mencionaram a falta de experiência profissional somados a 13% que disseram “porque apenas estudam”

Um ponto curioso levantado pelo pesquisador é que o jovem da classe rica não pensa em casar enquanto não terminar seus estudos e depois conseguir um emprego. Já os jovens da classe pobre pensam em casar mais cedo, bem como em ter mais filhos. Cerca de 30% dos jovens sergipanos entre 15 e 29 anos têm filhos. A polícia aborda os jovens de todos os graus de escolaridade e classes sociais, o que é democrático, porém, quanto menos instruídos e mais pobres, mais a polícia tende a desrespeitá-los. Segundo o escritor Bernard Charlot, esse é um problema do mundo inteiro.

O relatório apresentado revela que os jovens sergipanos não ficaram estagnados no tempo e que o Estado evoluiu tanto na educação, saúde, segurança e relativamente em trabalho. Porém, não poderia deixar de frisar que, apesar de os números mostrarem avanços, os retrocessos ainda existem, inclusive atestados pelos próprios depoimentos dos jovens quanto ao grau de escolaridade, entre outros. Isso atesta que o fechamento de escolas do turno noturno e a crescente queda de matrículas, tanto nas escolas de Rede Estadual como da Rede Municipal de Sergipe, devem ser observados como relevantes e significativos para o estudo do fenômeno.

Mendes (2009) informou que

O colégio tinha 39 anos e nunca tinha passado por uma reforma. A quadra de esporte estava desde 2008 interditada por manifestar condições de perigo. Paredes pichadas e com rachaduras em muitas partes. Muitas janelas, bureau e carteiras danificadas. Na sala de informática, só poderiam ligar alguns computadores devido à sobrecarga de energia. Falta de pessoal de limpeza, de merendeira, de auxiliar...enfim, estávamos sem condições de trabalho. Depois de reuniões com o pessoal do colégio, responsáveis dos/das estudantes e alguns membros da Secretaria de Educação, o colégio entrou em reforma, fomos lotados para outros prédios: o turno diurno foi pra um prédio de uma escola particular na mesma cidade a uns 5km de distância do local e o turno noturno foi “jogado” para um colégio estadual a uns 2km do local. Para o turno da noite “trocou seis por meia dúzia”, o colégio estadual que fomos lotados também se apresentava em condições precárias ou até piores que o nosso (MENDES, 2009, pp. 10- 11) .

A educação é negada aos menos favorecidos, os educandos do turno noturno muitas vezes precisam não somente superar as adversidades que eles sofrem para poder estudar. Escolas com estruturas terríveis, professores esgotados com várias demandas de trabalho, o educando desmotivado, cansado e sem perspectiva de futuro.

Arroyo (2003) afirma:

A negação da educação escolar para as classes subalternas interessa a quem? Não a essas classes que demandam escola, que se sacrificam como podem para manter seus filhos na escola e que voltam aos cursos noturnos e supletivos após a longa jornada de trabalho. A negação do saber interessou sempre à burguesia que vem submetendo o operariado ao máximo de exploração e de embrutecimento. Interessou ao Estado excludente que prefere súditos ignorantes e submissos. O povo percebe sua condição de ignorância, os motivos porque é mantido ignorante, e tenta sair de sua condição. A história de cada escola que se abre é feita de luta e de reivindicações dos moradores de cada bairro, vila ou povoado. Foram necessárias muitas lutas dos profissionais da educação para que se garantissem condições mínimas de trabalho na escola. Até na velha Europa das revoluções burguesas, a extensão da escola pública ao povo nunca foi uma dádiva da burguesia republicana, mas uma necessidade de se opor aos resquícios organizados da aristocracia que se apegava ao controle do poder e também do saber (Arroyo 2003, p. 12).

A realidade da educação pública é difícil, existem vários vieses que são postos para justificar a exclusão e a subalternização de uma grande camada da população, reforçando a dominação. É preciso fazer cumprir o direito à cidadania, que, muitas vezes, fica só no papel. O desrespeito à lei torna-se corriqueiro, fazendo com que o fechamento de escolas torne-se algo banal, inclusive sem a significativa resistência do ministério público, seja ele, estadual, municipal ou federal. Mantendo-se tal realidade, os desmandos administrativos continuam solapando o direito à educação de qualidade social, fundamental para a emancipação da classe trabalhadora e a sua consequente ocupação dos espaços de poder. O resultado da negação de um direito tão fundamental é a marginalização daqueles que mais precisam do suporte estatal.

Enfim, espera-se a transformação da cidadania textual em acesso concreto e direto ao direito constitucional, para que se permita o nascimento de uma nova categoria de cidadãos, que vivenciem uma cidadania plena que instrumentalize a sua completa emancipação e resulte no surgimento de um sujeito da sua história. A ação direta no campo da educação levará à abertura de possibilidades que se apresentarão como instrumentos de resolução dos problemas enfrentados pelo ensino noturno, possibilidades que serão efetivadas pelo diálogo e pela participação direta de todos os envolvidos na concretização da utopia geradora e transformadora.

1.5. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

A educação brasileira a princípio foi estruturada na pedagogia católica tradicionalista, através dos jesuítas, até 1759, ano da expulsão dos jesuítas do Brasil. Segundo Saviani (1992, pp. 91- 94), nesse período os jesuítas “exerceram o monopólio da educação”. Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marques de Pombal, a questão educacional é posta à luz da pedagogia tradicional leiga, ou melhor, na pedagogia inspirada no liberalismo clássico. Cujas visões apoiadas na concepção iluminista, ação que não quebra a influência da igreja na educação, e sim o monopólio da mesma. A década de 20 é influenciada pelo Escolanovismo ou a pedagogia da Escola Nova, inspirada na concepção humanista moderna de filosofia da educação. No ano de 1932 é lançado o manifesto dos pioneiros da Educação Nova. Em 1934, com a Constituição, os Escolanovistas e os católicos defenderam a posição tradicional em educação. Na verdade a polêmica era “Educação Pública versus Educação Confessional”. Porém, com a Constituição de 1934 a Escola Nova vai tomando espaço, chegando à Constituição de 46, que determinou ser atribuição da União fixar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, criando assim uma comissão composta pelos principais educadores da época em que o maior número de participantes defendia o pensamento escolanovista. Essa visão vai até 1960. Com a crise da Escola Nova, aparece em 1969 uma nova tendência denominada Pedagogia Tecnicista que através da Lei 5.540 reestrutura o ensino superior que por meio do parecer 252/69 reformulou o curso de Pedagogia. O curso é organizado mais à base de formação de técnicos

e de habilitações profissionais e volta àquela formação básica, formação geral, que era a marca do curso de Pedagogia. Em 1971 vem a Lei 5.692, com a tentativa de profissionalização universal em nível de 2º grau. A influência tecnicista, então, se impõe; é na década de 70 que o regime militar tenta implantar uma orientação pedagógica inspirada na assessoria americana, através dos acordos MEC-USAID, centrada nas ideias de racionalidade, eficiência e produtividade, que são as características básicas da chamada Pedagogia Tecnicista. Muitos educadores não aceitaram a educação oficial, articulando assim, críticas ao regime militar, autoritário e tecnocrático. Essas críticas que ecoaram na década de 70 fez surgir uma concepção chamada Crítico-reprodutivista de Educação. Essa concepção tem como influência a visão de alguns autores franceses como Bourdieu e Passeron, Althusser, Baudelot e Establet. Porém, esta concepção ficou só na crítica à educação oficial não apresentando assim uma alternativa. Logo, generalizou-se entre os docentes a expectativa em torno da busca de alternativas.

Saviani destaca como alternativa a concepção Pedagogia Histórico – Crítica, na qual, relata que,

(...) “Em suma, a passagem dessa visão crítico-mecanicista, crítico-a-histórica para uma visão crítico-dialética, portanto histórico-crítica, da educação, é o que queremos traduzir com a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação” (SAVIANI, 1992, P. 96).

Nota-se que a trajetória educacional brasileira proporcionou várias mudanças na concepção pedagógica. Entretanto, continua reproduzindo a visão dominante.

Saviani (1992) fez um apanhado histórico que é a transição do feudalismo para o mercantilismo. “os meios de produção passam assumir a forma de capital, o qual inclui não apenas a terra, mas também, os demais instrumentos de trabalho”.

Esse processo fez surgir uma nova sociedade, “moderna ou burguesa”. Assim o eixo econômico é modificado do “campo para a cidade, da agricultura para indústria”. Desse modo, surge uma nova classe social que é a “burguesia”, que tem uma visão de mundo diferente da apresentada pelos “proprietários de terra, dos senhores de escravos da Antiguidade e dos senhores feudais da Idade Média. Aparece uma classe social “empreendedora” que tem como meta angariar cada vez mais riquezas aumentando o capital. Assim a Burguesia “revoluciona as relações de produção e passa a dominar a natureza através do conhecimento intelectual, uma potência espiritual, em potência material, através da indústria”.

Conseqüentemente, a partir da época moderna, o conhecimento sistemático – a expressão letrada, a expressão escrita – se generaliza dadas as condições da vida na cidade. Eis porque é na sociedade burguesa que se vai colocar a exigência de universalização da escola básica. Há um conjunto de conhecimentos básicos que envolvem o domínio dos Códigos escritos, que se tornam importantes para todos.

Com o advento desse tipo de sociedade, vamos constatar que a forma escolar da Educação se generaliza e se torna dominante. Assim, se até o final da Idade Média a forma escolar era parcial, secundária, não generalizada, quer dizer, era determinada pela forma não escolar, a partir da época moderna ela se generaliza e passa a ser a forma dominante, à luz da qual são aferidas as demais. E é esta a situação em que nos encontramos hoje (SAVIANI, 1992, p. 99).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a época moderna trouxe um novo horizonte na sociedade principalmente no campo econômico, científico, intelectual e social. A escola torna-se uma “forma dominante”.

A educação Brasileira teve significativos avanços, principalmente com a nova LDB, porém, o resquício do tradicionalismo, do reprodutivismo e da dominação vigente ainda está presente na escola. A Lei de Diretrizes Bases da Educação define como deve ser a organização e estrutura do ensino. A educação básica está distribuída da seguinte forma: ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Outras modalidades de ensino são ofertadas, tais como a Educação de Jovens e Adultos (ensino fundamental e ensino médio), a Educação Profissional ou Técnica, a Educação Especial e a Educação à distância (EAD). Finalizando com a Educação Superior, sendo que, tal modalidade é incumbência da União.

Na tabela abaixo está sintetizado o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE), que definiu normas nacionais para a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração, estabelecendo a organização do Ensino Fundamental de nove anos e da Educação Infantil até 5anos de Idade. A Creche até 3 anos de idade. E a Pré-Escola de 4 a 5 anos de idade.

Tabela 7. Ensino fundamental de nove anos

LDBEN. 9.394/96	LEI 11.114/05	LEI 11.274/06
Art. 6º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.	Art. 6º - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (NR)	Art.6º.....(mantido)
Art. 30 – A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade.	Art. 30 -(mantido) I.....(mantido)	Art. 30 - (mantido) I - (mantido)

<p>II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.</p>	<p>Vetado o inciso II por inconstitucionalidade.</p>	<p>Vetado o inciso II</p>
<p>Art. 32 – O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:</p>	<p>Art. 32 – O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:..... (NR)</p>	<p>Art. 32 – O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) Anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:..... (NR)</p>
<p>Art. 87 – § 2º - O Poder Público deverá recensear Os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.</p>	<p>Art. 87..... (mantido) § 3º - I – matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos, no caso das redes escolares públicas; e c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de 06 (seis) anos de idade;</p>	<p>Art. 87 – § 2º - O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de seis a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade. § 3º - I – matricular todos os educandos a partir de seis anos de idade no ensino fundamental. a) (Revogado) b) (Revogado) c) (Revogado)</p>

		Art. 5º - Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal terão prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade para o ensino fundamental disposto no art. 3º desta lei e a abrangência da pré-escola de que trata o art. 2º desta Lei.
--	--	--

FONTE: Informações retiradas do livro Ensino Fundamental de Nove Anos: Passo a Passo do Processo de implantação.

É importante destacar que a reestruturação do ensino teve como objetivo melhorar a qualidade do mesmo possibilitando um ingresso mais cedo dos educandos da educação infantil à escola de nível fundamental que sofreu um acréscimo de 1 ano a ser cursado.

1.6. DEFINIÇÃO DE CRISE

O ensino noturno em Sergipe chega a um período existencial de crise, em que várias escolas estão encerrando o turno noturno, gerando problemas para a manutenção de postos de trabalho, além de não assegurar aos alunos o direito à educação, principalmente para aqueles que trabalham.

Diz-nos Mendes (2005):

Olhando a definição mais corrente de crise, ela significa fase grave, complicada, difícil, um momento de tensão ou de impasse na vida de uma pessoa, de um grupo social, na evolução de determinadas situações. Mas tal definição face à perspectiva tomada torna-se insuficiente. Sabendo que crise vem do grego *krisis* e *krinein* que significam, respectivamente, discriminação e decisão (com examinação), sentimos que ao sentido moderno do termo foi retirada uma significativa parte do seu potencial explicativo da realidade. Consideramos crise um momento no qual o sentido de um processo se manifesta e que exige que ações determinadas de escolha, julgamento, decisão e interpretação sejam realizadas para que ele, processo, se desenvolva e esclareça até o fim e que a ação a ser realizada seja aquela que permita a compreensão e conclusão do processo. Uma crise indica, então, uma capacidade de distinguir, julgar, escolher e decidir numa situação de conflito e de contradição inerente à ação humana (MENDES, 2005, p. 766).

Portanto, a crise do ensino noturno é um dilema que precisa ser desvendado, pois as diversas facetas que alimentam a dita crise têm origem em diversos fatores que necessitam ser analisados com profundidade, buscando a compreensão desse fenômeno.

A realidade do ensino noturno no Brasil precisa ser vista com prioridade, pelo poder público. No livro “Ensino Noturno: Realidade e Ilusão” Carvalho (1984), busca discutir a relação trabalho noturno e escolarização. Como também, reavaliar a concepção de trabalho produtivo em nossa sociedade.

Para a autora,

Se pensarmos no ensino noturno, esse cotidiano vai apresentar um conjunto de características singulares, pois recebe um alunado que já está inserido na produção capitalista e que chega à escola já esgotado pelas lides do trabalho que o explora e avilta. Resultado disso, é o grande índice de evasões, reprovações, desistências, fato que contribui para a formação de um contingente de força de trabalho cada vez mais desqualificado, pois o que se aprende na escola nada tem a ver com o que se vive no mundo do capital (CARVALHO, 1984, p. 5).

Percebe-se que, diante da exploração posta ao trabalhador, ele tem cada vez menos oportunidade de estudar e os que ainda avançam têm uma formação precária e, muitas vezes, fora do seu campo de atuação profissional.

Pode-se notar que a qualidade do ensino noturno é uma questão que não pode ficar sem uma análise profunda e urgente.

Marques afirma que

Qualquer diretriz democratizadora da escola pública deve resgatar a discussão político-pedagógica da qualidade do ensino noturno na direção de um novo projeto para este curso que não signifique, a exemplo do que vem ocorrendo em alguns programas de educação básica para jovens e adultos, o aligeiramento ou a banalização das finalidades básicas do ensino de 1º grau. Um modelo próprio para os cursos noturnos só será construído a partir de uma avaliação mais densa, sistemática e objetiva da sua prática e das representações dos seus principais atores: os professores e alunos (MARQUES, 1995, p. 64).

Sabe-se, contudo, que os programas que estão sendo introduzidos no ensino noturno têm como pano de fundo o “aligeiramento” da formação, colocando como segundo plano a qualidade do ensino.

Para Carvalho (1984, p.13), “a escola é quase exclusivamente um “aparelho de distribuição” dos indivíduos em categorias sociais predeterminadas. Favorece os já favorecidos, exclui, repele e desvaloriza os já desvalorizados. Esse “aparelho” oculta sua natureza, apresentando-se como tecnicamente determinado. Dessa forma, a divisão social do trabalho em duas redes de ensino que levam à reprodução do proletariado e à reprodução da burguesia em redes distintas”.

Esse cenário caótico da escola, que há anos é reproduzido, precisa sofrer mudanças, a partir de uma nova roupagem para a escola do povo. Arroyo (2003) acredita numa escola em que os bens culturais sejam distribuídos igualmente para todos, de forma que,

Nesta perspectiva, quando se pensa em caminhos para uma escola para o povo, surgem como medidas centrais a redução das taxas de repetência e evasão ou a permanência no sistema escolar único para se alimentar satisfatoriamente dos bens

culturais, numa mesa onde o cardápio e o tempo para a comida sejam iguais para todos. É evidente que isso implica, como questão central, defender a mesma competência em todos os mestres na arte de distribuir um cardápio cultural igualmente rico para todos (ARROYO, 2003, p. 17).

O pensamento de Arroyo pode ser visto como algo difícil de ser realizado, diante de uma sociedade dividida por classes sociais e movida pelo capitalismo selvagem. Entretanto, os caminhos estão sendo apresentados não como receitas prontas, mas como meios que precisam ser postos em prática.

Marques (1995, p.64) revela que é preciso ter um olhar específico para o ensino noturno, analisando todos os pormenores que rodeiam o ambiente escolar noturno. Segundo a autora, “acreditamos também, que ao tentarmos decifrar suas angústias, esperanças e sonhos podemos contribuir para que estes jovens sejam portadores de uma nova utopia, construtora de um novo projeto pedagógico para a escola brasileira, em particular para a escola noturna”.

É importante destacar a visão de Medeiros (2007), que analisa de forma profunda os escritos de Bourdieu e Passeron (1973), com ênfase na obra “A Reprodução”.

A escritora ratifica o pensamento de Bourdieu e Passeron, que destacam que “no interior do sistema de ensino, toda ação pedagógica é objetivamente uma violência simbólica enquanto uma imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”.

Conforme Medeiros,

Mesmo que a violência simbólica seja definida como uma violência velada, dissimulação que lhe confere poderes particulares e uma especificidade peculiar, é importante salientar que no fundo permanece a forma de violência responsável pela imposição de uma arbitrariedade, mas que é invisível e facilmente esquecida enquanto tal. Esse arbitrário é imposto a partir de um poder originário de uma relação de força que impõe seu conteúdo (crenças, comportamentos, cultura) também arbitrário, já que é fruto de uma seleção realizada, levando-se em consideração os interesses dos grupos dominantes (MEDEIROS, 2007, p. 22).

A autora, diante das críticas feitas por Bourdieu, deixa evidenciado que a escola necessita desarraigar-se da reprodução dominante que paira no universo escolar, seja ele diurno ou noturno.

Destaca-se que alguns autores contestavam as obras de Bourdieu para justificar suas teses da divisão de classe. O teor da crítica que autores fizeram à concepção de educação de Bourdieu respalda-se na limitação da argumentação bourdiana em atestar o caráter reprodutor da educação escolar, enquanto para os mesmos, seria preciso identificar os motivos de tal reprodução, inclusive apontando o papel dos educadores. (Medeiros, 2007,p.29).

Considerando a realidade da existência de uma escola voltada para a classe trabalhadora, Arroyo é categórico ao descrever a realidade da educação brasileira e da escola dita dos filhos dos trabalhadores:

É bastante funcional para as classes dominantes a imagem que os compêndios de história passam aos educadores: trata-se de um projeto educativo único, para todos, e de um sistema de educação escolar único. Apenas haveria a lamentar seu caráter elitista. Para os filhos dos ricos, as escolas ricas; para os filhos dos pobres, as escolas pobres (ARROYO, 2003, p. 17).

Fica evidenciado que a escola, no Brasil, não é vista de forma igualitária, a divisão de classe é algo real. É inegável que muitos pensadores da educação defendam uma escola única para todos. Porém, esse desejo ainda não se concretizou.

Bourdieu e Passeron, (2009), afirmaram:

Seria necessário reconhecer no sistema de ensino a autonomia que ele reivindica e consegue manter face às exigências externas, a fim de compreender as características de funcionamento que ele retém de sua função própria, todavia, a levar-se ao pé da letra suas declarações de independência, resultaria expor-se a não perceber as funções externas e em particular as funções sociais que preenchem sempre por acréscimo a seleção e a hierarquização escolares mesmo quando elas parecem obedecer exclusivamente à lógica, e mesmo à patologia próprias do sistema de ensino (BOUDIEU/ PASSERON, 2009, p. 186).

Diante do exposto, Bourdieu e Passeron deixam claro que existe no sistema de ensino uma “seleção e hierarquização escolares”, a escala social e a escolha são reproduzidas fielmente.

Como descreveu Arroyo (2003),

Buscamos saídas na prática cotidiana da escola, porém, com lucidez para não cair no engano de defender esse sistema escolar como o conveniente e possível para os interesses dos trabalhadores. Temos consciência de que esse sistema escolar nasceu e se estruturou marcado por interesses de classe (ARROYO, 2003, p.18).

Arroyo afirma que o sistema escolar é movido por interesse de classe e que, ao se constituir dessa forma, fica distante dos anseios da classe trabalhadora. Na verdade, o sistema escolar está ainda estruturado em uma visão dominante e autoritária.

Estabelecendo os marcos dessa reflexão, Saviani reitera que

Esta visão crítico-reprodutivista desempenhou um papel importante em nosso país, porque de alguma forma impulsionou a crítica ao regime autoritário e à pedagogia autoritária desse regime, a pedagogia tecnicista. De uma certa forma, estas teorias alimentaram as reflexões, as análises daqueles que em nosso país se colocavam na oposição à pedagogia oficial e à política educacional dominante (SAVIANI, 1992, p. 71).

Compreende-se que o pensamento de Bourdieu e de outros escritores foram de fundamental importância para o nosso país, principalmente no âmbito da reflexão crítica no que tange ao campo educacional e social.

Bourdieu/Passeron (2009) buscou analisar através do chamado “arbitrário cultural”, o contraste entre a cultura dominante e dominada.

Percebe-se que a crítica dos autores revela-nos que a escola reproduz direta ou indiretamente a divisão de classes. Legitima uma cultura colocada como padrão, excluindo a outra denominada de “cultura popular”.

É bem verdade, que esta visão de cultura superior é plantada desde o período das conquistas coloniais. Em que, os “conquistadores” impunham sua cultura sobre os povos conquistados. Pode-se dizer que esse foi um dos maiores “arbitrário cultural”.

(...) Assim o testemunham a ideologia e mesmo a política cultural das classes ou das nações outrora dominadas, que oscilam entre a intenção de recuperar a herança cultural legada pelas classes ou as nações dominantes, e a intenção de reabilitar as sobrevivências da cultura dominada (BOURDIEU/ PASSERON, 2009, p. 46).

Esta visão citada acima deixa claro, que a “cultura dominada” é desprezada pela “cultura dominante”, a qual o autor define como cultura legítima. Ao chegar à escola o filho do trabalhador é modelado, modificado e obrigado a se adequar à “cultura dominante”, ou melhor, legitimada. Portanto, os seus valores, os seus códigos linguísticos, sua realidade, seus conhecimentos advindos da sua realidade, são vistos como algo de menor monta.

Outro problema vivenciado pelo ensino noturno está anotado por Gramsci (2001), ao afirmar que existe uma crise no princípio cultural educativo entre a escola humanista tradicional e a escola técnica profissional. Essa crise se arrasta até os dias atuais. O tempo passou, mas a história se repete, ainda não saímos por completo do estigma do tradicionalismo.

Para Gramsci (2001), existe uma maneira de superar a crise, que é

(...) a escola única de cultura geral humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou de trabalho produtivo (2001:36).

Constata-se que a escola única é um caminho apresentado por Gramsci para a solução da crise entre a escola humanista tradicional e a escola técnica profissional. Na verdade, Gramsci defendia que fosse excluída a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Em resumo, Gramsci desejava ao mesmo tempo uma escola única que abrangesse a todas as classes sociais e unitárias, aquela que não faz mais a separação entre o manual e o intelectual.

Atualmente, esse dilema persiste, pois não são raras as vezes em que os diversos fóruns de escola noturna apontam para a necessidade da recuperação do caráter utilitário da educação de jovens e adultos, sendo muito comum a busca da relação entre trabalho e educação.

Outro pensador que deu uma contribuição enorme para educação no nosso país foi Paulo Freire, que fez uma crítica forte à chamada educação bancária, escrevendo o seguinte:

O que não percebem os que executam a educação “bancária”, deliberadamente ou não (porque há um sem-número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o “bancarismo”) é que nos próprios “depósitos” se encontram as contradições, apenas revestidas por uma exterioridade que as oculta. E que, cedo ou tarde, os próprios “depósitos” podem provocar um confronto com a realidade em definir e despertar os educandos, até então passivos, contra a sua “domesticação” (FREIRE, 1987, p. 35).

Evidencia-se, nessa citação, que o educador que desenvolve seu trabalho em sala de aula por meio do “bancarismo”, como diz Freire, está praticando um desserviço, e quando os educandos despertarem do sono da domesticação poderão modificar a realidade de submissão.

Freire destacou ainda que

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1987, p. 38).

Pode-se constatar que o educando não é uma tábula rasa ou uma folha que constantemente precisa ser preenchida. Na verdade, Freire entende que o educando deve ser visto como um ser pensante e que deve ser trabalhado através da problematização/provocação. Em suma, o educando deve ter a liberdade de indagar, de fazer caminhos, de construir, conjuntamente com os outros, o conhecimento.

Esse tipo de crítica atinge violentamente a política neoliberal implantada no Brasil, tendo como objetivo estabelecer metas que devem ser cumpridas. O fato de estabelecer metas não tem relação direta com a emancipação do discente numa relação dialógica com os seus mestres. Nesse sentido, a educação preconizada pelo neoliberalismo não ultrapassa os ditames da educação bancária criticada por Freire, ao contrário, claramente a educação defendida pelos neoliberais reforça a subordinação e a conformação, o que se aproxima fortemente da crítica “bourdiana” à educação como instrumento de reprodução das estruturas sociais dominantes.

Reforçando o presente argumento, Santos/Bertoldo/Lima, escreveram:

O ensino noturno no Brasil apresenta características muito próximas ao que entendemos atualmente como políticas de correção e ajustes ao modo de produção capitalista, que vem se dando ao longo da história brasileira; elas não se firmam apenas na educação, mas também no atendimento à saúde, à segurança, ao lazer etc. Contudo, no caso da educação, a política de reajuste neoliberal tem impactado com maior intensidade o aluno trabalhador. Estas políticas públicas têm sido gestadas pelos vários governos e não chegam sequer a atender à população” (1981, pp. 4- 5).

A política neoliberal não admite que seu agir educativo reforça *status quo* social vigente. Diante disso, as possibilidades para o estudante trabalhador tornam-se cada vez mais complicadas.

Segundo Caporalini:

Tem-se que optar entre continuar tratando o estudante que trabalha como carente crônico que precisa ser alimentado, informado, integrado, educado sob formas compensatórias e paliativas, ou passará a tratá-lo como um cidadão trabalhador historicamente excluído dos direitos básicos que, através de uma educação de boa qualidade, precisa tomar consciência dessa exclusão e se organizar na reivindicação de seus direitos (1991 pp.32-33).

Fica evidenciado, na citação acima, que o educando trabalhador, dentro da política que está sendo posta no país, não é visto como prioridade, tendo inclusive os direitos básicos não respeitados, nem cumpridos.

Frigotto afirmou:

Evidencia-se, pois, que é pelo trabalho que o ser humano se produz a si mesmo e responde, portanto, à sua necessidade imperativa com ser da natureza. Diferente das demais espécies da natureza, porém, produz de forma consciente, prevendo, organizando e alterando as formas de produção. Dentro dessas circunstâncias o trabalho aparece como um valor de uso, ou seja, como atividade que produz os elementos necessários à vida dos seres humanos na sua dimensão mais elementar de animal (inteligente) da natureza. De outra parte, aparece delimitado pela esfera da necessidade e não da liberdade (FRIGOTTO, 2000, p.343).

Constata-se que o ser humano se diferencia dos demais animais pelo trabalho, pela produção consciente. Entretanto, a necessidade é alçada à condição de primeiro lugar, sendo os estudos algo secundário. Em resumo, o aluno trabalhador, na sua grande maioria, opta pelo trabalho sacrificando, muitas vezes, o seu futuro estudantil.

A realidade do ensino diurno é diferente do noturno. Logo, é preciso uma política pública educacional que perceba que o currículo diurno não deve ser igual ao da noite. Antes de tudo, o estudante do turno diurno, na sua grande maioria tem como única profissão ser estudante. Já os alunos do noturno, na sua grande maioria, estudam e trabalham, tendo assim, uma jornada mais puxada do que os alunos que estudam no período do dia.

Kuenzer (2008), busca através da sua pesquisa compreender as características e da necessidade de enfrentamento da problemática do Ensino Médio Noturno.

A autora relata que,

O aluno do Ensino Médio Noturno é, muitas vezes aquele que conviveu com o estigma do fracasso escolar. Consta-se que diversos motivos esses alunos procuraram o turno da noite, normalmente, são caracterizados por: sucessivas reprovações, histórico de evasão, geralmente uma pessoa com mais idade e que trabalha o dia todo, chega atrasada à escola,

enfim, um aluno que possui características adversas do estudante do curso diurno (KUENZER, 2008, p. 5).

Fica evidenciado na citação acima que o aluno do turno noturno tem um histórico e uma característica diferenciada do educando do turno diurno. Seu cotidiano escolar é movido pela adaptação entre escola e trabalho. Diante desse prisma, está inserido o sucesso algo muitas vezes raro neste turno e o insucesso realidade dolorosa e corriqueira no ambiente escolar noturno.

A autora através da sua pesquisa de campo constatou que a transferência do diurno para o noturno é maior e sua motivação da mudança é a busca do trabalho. Observou que os docentes diurnos são mais rigorosos que os docentes noturnos. As avaliações diurnas são mais rigorosas e mais bem elaboradas que do turno noturno.

A função da escola para autora é,

A função da escola não deve ser a formação para o mercado do trabalho, onde o trabalhador é visto como mercadoria, portanto é preciso superar a visão dos alunos como capital humano, mercadoria, a ser capacitada para as demandas do mercado. É importante que a escola, como espaço de transformações sociais, discuta e reorganize seu currículo de forma a propiciar uma formação plena, capaz de inserir o sujeito no mundo do trabalho e que este possa ter ciência e clareza de sua importância e assim seja efetivamente ativo nas decisões e transformações sociais em busca de uma sociedade mais justa (KUENZER, 2008, p. 16).

Portanto, a escola deve formar o educando para a vida e transformá-lo em um ser crítico e social.

Para a autora caminhos e propostas foram apresentadas com a finalidade de organizar o ensino médio noturno, o ponto de apoio é não fugir da realidade dos educandos e respeitar a heterogeneidade, as diferenças dos discentes noturnos.

Na dissertação intitulada de Juventude e Escola: Reflexões dos Jovens em Torno da Relação Professor/Aluno, 2009, a autora tem como objetivo analisar a relação entre alunos e professores em uma escola de ensino médio noturno. Em síntese seria analisar juventude/escola e relação professor/aluno.

Ao ler a dissertação pode-se destacar que no capítulo denominado: A inclusão Excludente: O Processo de Expansão Escolar na Escola de Ensino Médio.

A autora faz um apanhado histórico da escola pesquisada e a precariedade da mesma no presente. Esse histórico tem algumas semelhanças com as duas escolas que estão sendo o alvo da minha pesquisa. Assim vejamos, o passado das duas escolas pesquisadas foram gloriosos eram referências da Educação em Sergipe. Hoje, a realidade é de declínio e fim.

No tópico o glamour do passado e descaso do presente, a autora faz um estudo minucioso do cotidiano escolar, estrutura e hábitos dos educandos. A autora deixa de forma clara que a escola com o decorrer do tempo foi perdendo a sua referência do passado.

Portanto, apesar de todo o imaginário construído em torno do passado que circundava aquela escola como uma instituição que oferecia qualidade aos seus alunos, quer no quesito estrutura, ou no pedagógico, esses alunos estavam, na realidade, chegando a uma escola diferente, que apresentava uma grande precarização física e pedagógica. Nessa circunstância, tornava-se bem nítido que a abertura dos portões dessa instituição pública de ensino médio para os alunos provenientes de meios populares, nesse processo de expansão de matrículas, não foi acompanhada, dentre outras, da manutenção da qualidade e do prestígio de outrora (SILVINO, 2009, pp. 29 e 30).

Nota-se que a educação ainda não é tida como prioridade, principalmente quando o ensino começou a ser democratizado e a classe menos favorecida começou a ter acesso. Diante disso, constata-se que a escola do passado era pensada para a elite, porém quando ela torna-se uma escola popular perde em investimento, manutenção e qualidade. Em outras palavras, a escola popular não é pensada para funcionar adequadamente e enquanto se pensar assim haverá uma educação pobre em todos os sentidos.

Disse a autora que,

Como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) n. 9.394/96 prevê que os municípios terão de ofertar, prioritariamente, o ensino fundamental e o estado, o ensino médio, grande parte das escolas de ensino médio na rede pública de ensino do Brasil se encontra na rede estadual, com 15.678 escolas, seguida da rede municipal, com 832 escolas, e da rede federal, com 162 estabelecimentos. Ou seja, a rede estadual concentra o maior número de matrículas nessa modalidade, com 96,76% delas. Observe-se que a rede privada também possui uma parcela das matrículas nesse nível de ensino, mas ainda está bem distante dos números da rede estadual, tendo em vista que esta, em 2007, recebeu 86,5%, enquanto que a rede particular, 10,72%. O fato desse número de matrículas na rede privada ser bem menor que o da rede pública revela umas das consequências da inclusão dos jovens populares à escola pública de nível médio. Até porque, esse sistema, que era para ricos, mudou de caráter e o sistema público de ensino no Brasil ficou caracterizado como “[...] uma escola para pobres” (DAYRELL, 2007, p. 4).

Percebe-se que apesar das transformações existentes no sistema público de educação no Brasil as mudanças ainda são tímidas em todos os aspectos. É preciso que de fato a escola pública possa ser democratizada de verdade.

Silvino (2009, p. 31) descreve que mesmo havendo uma certa expansão de matrículas no ensino noturno, “alguns problemas precisam ser analisados, como a questão da evasão escolar, já que o aumento na oferta de vagas não tem significado, garantia de permanência e continuidade”.

Para a escritora, é preciso se pensar em uma política que possa garantir a “permanência e a conclusão dos estudos”

De acordo com dados coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), (MEC, 2009), 34% dos jovens que deveriam estar no ensino médio ainda se encontram no ensino fundamental e 17% não estudam. Conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), (NÉRI, 2009), houve uma pequena queda no índice de evasão escolar no ensino médio entre 2004 e 2006, sendo

que, no primeiro ano, o índice de evasão era de 18,07% e, em 2006, caiu para 17,79%. Contudo, mesmo com essa redução na taxa de evasão, esses números do ensino médio ainda são bem maiores que no ensino fundamental, pois, em 2007, a taxa de evasão de 5ª a 8ª séries foi de 6,7%. (SILVINO, 2009, p. 31).

Fica evidenciado na citação acima que um dos grandes problemas do ensino noturno é, de fato, a permanência e a conclusão dos estudos pelos estudantes trabalhadores.

A autora destacou uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas em que constatou através de respostas dadas pelos jovens e familiares que estes não se sentem motivados para ir à escola. 40,29 % dos jovens pesquisados em 2006 afirmaram esse problema e 27,0 % disseram que desistiram de estudar pela necessidade de trabalhar. Outro ponto é não gostar da escola que tem sido ofertada.

Outra questão levantada pela autora no seu artigo é que em 2004, houve expansão de matrículas, porém após este ano houve decréscimo de 2,9 % em todo o país, segundo dados do MEC. Esse decréscimo teve a região Sudeste como a que teve maior número de redução de matrículas chegando a 8,7 %.

Para o MEC, essa redução foi motivada pelo número grande de reprovação e evasão que atinge o ensino fundamental, fazendo com que a demanda de educandos para estudar no nível médio seja pequena.

A autora coloca como outro agravante que fez diminuir a matrícula no ensino médio, a qualidade do ensino e a estrutura física das escolas que deixam a desejar.

Por fim a escritora descreve que os recursos destinados para a manutenção das escolas são insuficientes. O MEC informou que o gasto por per capita de aluno chega por ano a mil reais e tendo uma previsão que com os recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o gasto per capita chegue a 1.400 reais anuais.

Diante do exposto acima, pode-se concluir que o cenário da educação no Brasil é caótico e que a realidade noturna é preocupante. Precisa-se urgentemente de uma política pública que venha de fato apresentar uma nova roupagem para a educação noturna. O índice de evasão é enorme e a cada dia aumentar mais. O estudo apresentado por Braga (2008), Kuenzer (2008), Gondo (2009) e Silvino (2009). Revelam que a educação pública noturna, principalmente, necessita de um novo pensar em que o educando possa não só permanecer na escola, mas aprender.

A pesquisa de Silvino teve um cunho mais minucioso, curioso do cotidiano escolar, revelou que com o decorrer do tempo a escola e o ensino vão sendo postos como algo secundário e não prioritário. A educação é vista como gasto e não como investimento.

Portanto, os estudos apresentados acima, levam-nos a uma conclusão de que a situação da educação brasileira é de crise, tendo uma ênfase maior no período noturno, no qual, escolas tidas como tradicionais e que outrora eram escolas de referência, hoje fecham as portas por falta de alunos.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 . CONSTRUINDO OS CAMINHOS DA PESQUISA:

Está dividido em três capítulos, cujo objetivo é o de revelar os caminhos utilizados para a construção da referida dissertação.

2.2. TIPO DE PESQUISA

A metodologia por meio da qual foi construído este trabalho foi através da pesquisa descritiva. Gil (2002, p. 42), “São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”.

Utilizando-se entrelaçado à pesquisa descritiva a pesquisa de campo, que possibilitou uma visão mais ampla e concreta da temática em evidência.

Pesquisa de Campo ou “de Terreno”, como dizem os pesquisadores portugueses. Ela diz respeito à “empíria”, isto é, vamos a um determinado universo buscar dados que, coletados, selecionados, tabulados e interpretados, comprovarão as nossas hipóteses (ROMÃO, 2005, p. 27).

A pesquisa utilizou uma abordagem quali quantitativa, segundo Navarro (2005) que descreve:

A abordagem quantitativa se mostra apropriada quando existe a possibilidade de medidas quantificáveis, de variáveis e interferências a partir de amostras de uma população. Esse tipo de pesquisa usa medidas numéricas para testar hipóteses ou buscar padrões numéricos relacionados a conceitos cotidianos. Em contrapartida, a pesquisa qualitativa caracteriza-se, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, examinando aspectos mais profundos e subjetivos do tema em estudo. Embora distintas, essas abordagens são complementares; sua combinação tem por finalidade realizar um mapeamento das características e das percepções dos sujeitos.(NAVARRO, 2005, p. 16).

No âmbito quantitativo buscam-se fontes por meio de dados estatísticos do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) a respeito do ensino noturno, no período de 2006 a 2010. Como também, se recorre ao IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a fim de analisar os dados do censo escolar de 2006 a 2010, das escolas tomadas como referencial empírico. Visitas à Secretaria de Educação do Estado para obtenção de informações estatísticas das escolas que funcionam e daquelas em que não funcionam mais o ensino noturno. Visita à inspeção escolar do Estado para obtenção de estatísticas sobre o ensino noturno.

2.3. INSTRUMENTOS DA PESQUISA:

No âmbito da abordagem qualitativa, foram utilizadas as entrevistas semiestruturadas gravadas junto aos docentes, representantes da secretaria de educação, sindicalista, diretores das escolas.

Entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados. Nesse caso, se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados (DUARTE, 2004, p. 2015).

Fica evidenciado, na citação acima que a entrevista permite ao pesquisador um suporte a mais e a legitimação diante da temática em estudo.

Portanto, o método definido foi a pesquisa de campo, através de fontes como: levantamento bibliográfico, análise das legislações, artigos, decretos, relatórios, entrevistas e questionários.

2.4. SUJEITOS DA PESQUISA:

A população ou sujeitos foram selecionados de acordo com os acontecimentos ocorridos durante o processo de construção da dissertação. A abordagem qualitativa traçará, por meio de um estudo de caso no turno noturno das escolas denominadas como Centro Experimental do Ensino Médio (no centro da cidade) e o IERB.

A princípio foi focado todo o trabalho em duas escolas, o Centro Experimental do Ensino Médio (Atheneu Sergipense), dessa escola, dos 9 docentes que trabalhavam no turno noturno, 1 professor foi escolhido para representar os demais mestres da escola, a opção desse professor, foi motivada por ele ter participado do processo de discussão do fechamento do turno noturno da escola e também vivenciado a crise. A outra escola foi o Instituto de Educação Rui Barbosa que também possuía 9 docentes. Foi selecionada 1 professora para representar os demais docentes, a escolha foi feita porque a educadora participou direta ou indiretamente do processo de luta pela continuidade do Curso Pedagógico, nesta instituição. Foram entrevistados 2 gestores das Instituições citadas acima. A escolha dos mesmos foi feita por viverem a crise do ensino noturno nas instituições que

administram. A escolha dos discentes não ficou restrita somente a essas duas escolas. Foram aplicados questionários específicos a 14 estudantes que tiveram que sair das suas escolas de origem por causa do fechamento. Foram aplicados 41 questionários aos estudantes do turno noturno do Colégio Estadual Atheneu Sergipense. O mesmo questionário foi aplicado no IERB, o qual responderam 42 discentes desta instituição. Com o surgimento da Portaria nº 7.731/2012 de 29 de Novembro de 2012, que estabelece a Nucleação da Rede e define o encerramento do ensino noturno em algumas escolas da Rede Estadual de Aracaju, o turno noturno de algumas escolas foi fechado. Dessa forma, selecionou-se para a pesquisa 3 (três) escolas que estavam fazendo a resistência à referida Portaria e foi aplicado 1(um) questionário semelhante ao anterior, porém, com o acréscimo de uma pergunta aos educandos se eles eram a favor ou contra a portaria expedida pela Secretaria de Educação do Estado. As escolas escolhidas foram: Colégio Estadual Tobias Barreto, em que, 71 estudantes responderam o questionário. Já na Escola Estadual Joaquim Vieira Sobral foram aplicados 53 questionário aos discentes. Na Escola Estadual Francisco Portugal, responderam 20 alunos. O total de estudantes que responderam aos questionários foi de 227 discentes das 5 escolas onde foram aplicados. Foi escolhido 1 representante da Secretaria de Educação, mas especificamente da DEA (Departamento de Educação de Aracaju). A escolha dele (a) justifica-se por acreditar que o mesmo (a) tenha conhecimento acerca do dilema do ensino noturno. Já a escolha do representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE, foi entrevistado 1 (um) representante, o Diretor Executivo de Educação, com a finalidade de saber do mesmo qual a visão e posicionamento do sindicato acerca da questão em evidência.

2.5. LOCUS DA PESQUISA:

Realizar-se-á um estudo de caso no turno noturno das duas escolas: Centro Experimental do Ensino Médio; Instituto de Educação Rui Barbosa; A primeira fica no centro da cidade, a 2ª na periferia, A escolha de uma escola da periferia é justificada pelo fato de que precisamos determinar a ocorrência de variáveis específicas que sejam condicionantes da crise do ensino noturno.

A pesquisa foi realizada no Centro Experimental do Ensino Médio (Atheneu Sergipense) e no Instituto de Educação Rui Barbosa (Escola Normal). Observou-se um cenário caótico também nos colégios de rede estadual: Tobias Barreto, Escola Estadual Joaquim Vieira Sobral, Escola Estadual Francisco Portugal e o Colégio Estadual Jackson de Figueiredo.

2.6. PROCEDIMENTOS:

O número de sujeitos docentes selecionados foi de acordo com o seu tempo na unidade escolar e na rede estadual. Como também, por terem participado no processo de discussão sobre a temática da crise do ensino noturno.

Foram acrescentados para algumas escolas perguntas referentes à portaria, o que justifica-se por acreditar que o mesmo (a) tenha conhecimento acerca do dilema do ensino noturno.

Portanto, a escolha dos segmentos citados acima foi motivada por serem sujeitos e atores que viveram e vivem a problemática do ensino noturno. Diante disso, podem contribuir, responder e esclarecer sobre as razões que ocasionaram a crise do ensino noturno nas escolas da Rede Estadual de Sergipe, especificamente em Aracaju.

Realizou-se um estudo de caso no turno noturno das duas escolas: Centro Experimental do Ensino Médio; Instituto de Educação Rui Barbosa; A primeira fica no centro da cidade, a 2ª na periferia, A escolha de uma escola da periferia é justificada pelo fato de que precisamos determinar a ocorrência de variáveis específicas que sejam condicionantes da crise do ensino noturno.

Ratifica-se que a curiosidade do tema em discussão foi motivada também por fazer parte do quadro efetivo da Escola Estadual John Kennedy, que é uma das escolas que, sumariamente, fechou o turno noturno.

O uso do estudo de caso, nesta pesquisa, é pertinente porque se refere a uma temática contemporânea, específica, em que a observação, a entrevista, a participação e o envolvimento dos sujeitos fizeram com que se tornasse algo concreto, real.

Yin (2001, p. 21) destacou:

(...) Em resumo, o estudo permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

Portanto, o estudo de caso, como diz Yin (2001, p. 27), é uma “estratégia escolhida”, que conta com muitas técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas. Porém, um ponto singular do estudo de caso que serve como diferenciador da pesquisa histórica é a “observação direta e série sistemática de entrevistas”. Outro ponto diferenciador é a “capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências”, como “documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional”.

Justificou-se, portanto, o estudo de caso por ser um estudo específico sobre uma realidade pouco estudada e que tem implicações importantes na realidade local.

A tabela abaixo revela uma amostra dos participantes da pesquisa em que estão inseridos discentes, gestores, representante da Secretaria de Educação, docentes e representante do sindicato. O total da amostra chega a 247 (duzentos e quarenta e sete) sujeitos pesquisados.

Tabela 8. Amostragem dos participantes da pesquisa

SUJEITOS	FONTES	QUANTIDADE
Discentes	Questionários	227
Discentes que tiveram que sair da unidade escolar pós-fechamento.	Questionários	14
Diretores das escolas referenciais da pesquisa.	Entrevistas	02
Representante da Secretaria da Educação.	Entrevista	01
Docentes envolvidos ao processo.	Entrevista	02
Representante do sindicato.	Entrevista	01
	TOTAL	247

A amostra que foi aplicada é a Amostragem Não Probabilística por Conveniência ou Acidental, ela foi escolhida pela sua facilidade de selecionar amostras, como também analisar dados e reduzir erros de amostragem.

Para Spiegel (1977, p.218) “a validade das conclusões sobre uma população depende do fato de a amostra ter sido escolhida adequadamente, de forma a representar a população suficientemente bem; um dos problemas importantes da inferência estatística é precisamente o da escolha da amostra”.

A escolha da Amostragem Não Probabilística por Conveniência ou Acidental, foi definida por entender que a mesma pode dar o suporte necessário para analisar os dados pesquisados e assim chegar a uma resposta mais concreta do estudo em evidência.

Portanto, a escolha dos segmentos citados acima foi motivada por serem sujeitos e atores que ao longo de suas existências viveram a problemática do ensino noturno. Diante disso, podem contribuir, responder e esclarecer sobre as razões que ocasionaram a crise do ensino noturno nas escolas da Rede Estadual de Sergipe, especificamente em Aracaju.

2.7. TÉCNICAS DE ANÁLISES DE DADOS:

As técnicas de análise de dados dar-se-ão por meio da análise de conteúdo, das entrevistas colhidas dos docentes, dos representantes da secretaria de educação do Estado e do sindicalista.

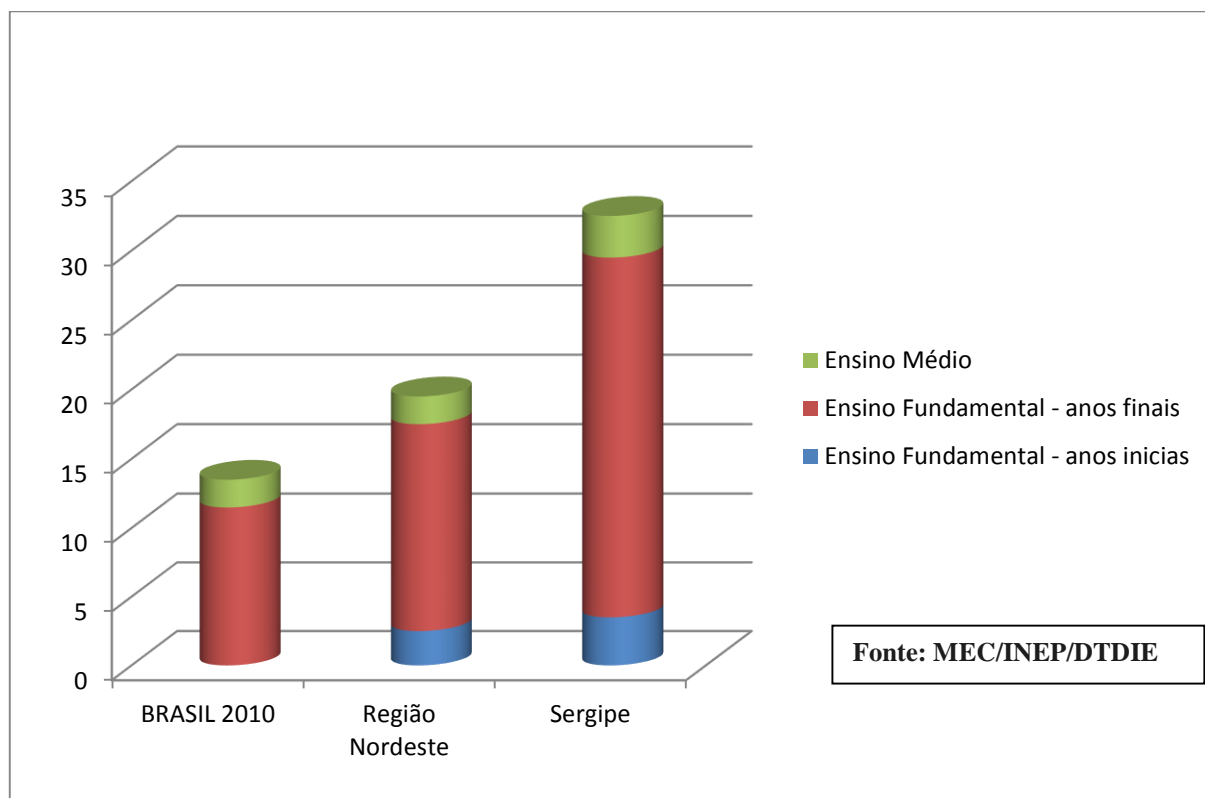
Já para os educandos, utilizar-se-á o questionário, no qual foi feita a análise quantitativa estatística com a elaboração de relatório crítico e de tabelas e gráficos que ilustrem os dados de percentagem e estatísticas.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

3.1. APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO DO ENSINO NOTURNO EM SERGIPE E NO BRASIL

Os gráficos abaixo apresentam um número significativo de crianças, jovens e adultos fora da sala de aula. Foram analisados os casos de reprovação, abandono, excessiva evasão e repetência.

Gráfico 1. Taxa de Reprovação

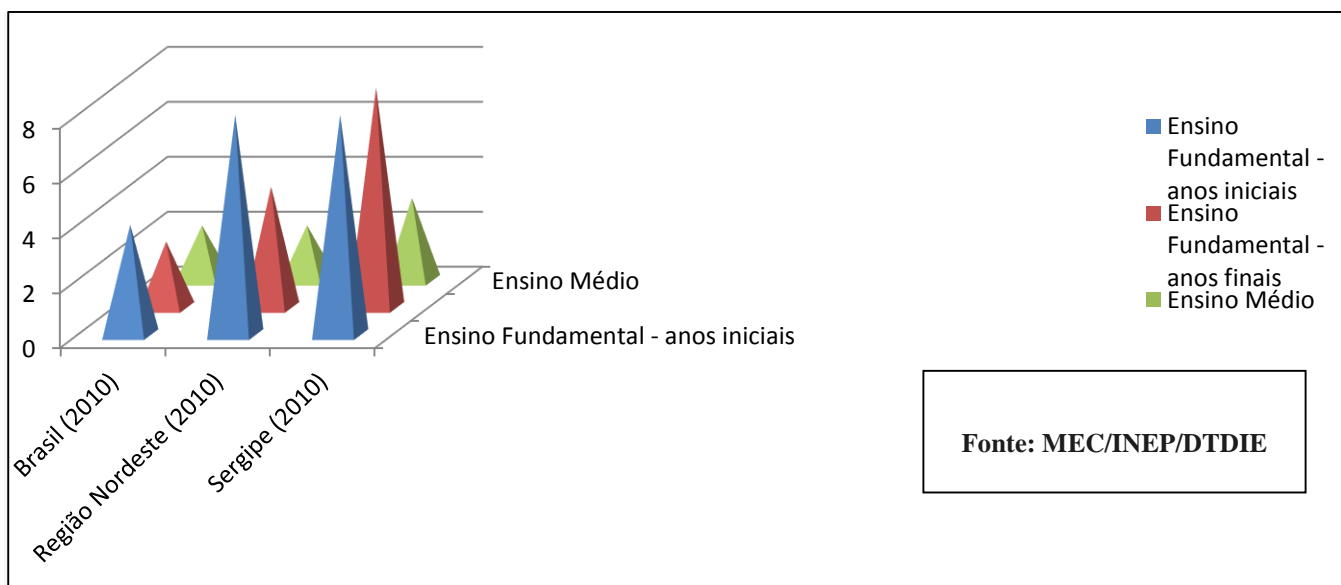


No gráfico acima, percebe-se que a taxa de reprovação é maior no Ensino Fundamental nos anos finais. Depois, nos anos iniciais e por fim com um percentual menor o ensino médio.

Fica claro que o ensino médio tinha um índice de reprovação baixo, porém, com o passar dos anos esta realidade vai mudando tendo um aumento significativo.

Já no gráfico abaixo destaca a taxa de abandono escolar, questão preocupante que tem uma abrangência em todos os turnos. Porém, de acordo com os dados abaixo fica evidenciado que o abandono escolar tem incidência maior no ensino médio principalmente no turno noturno.

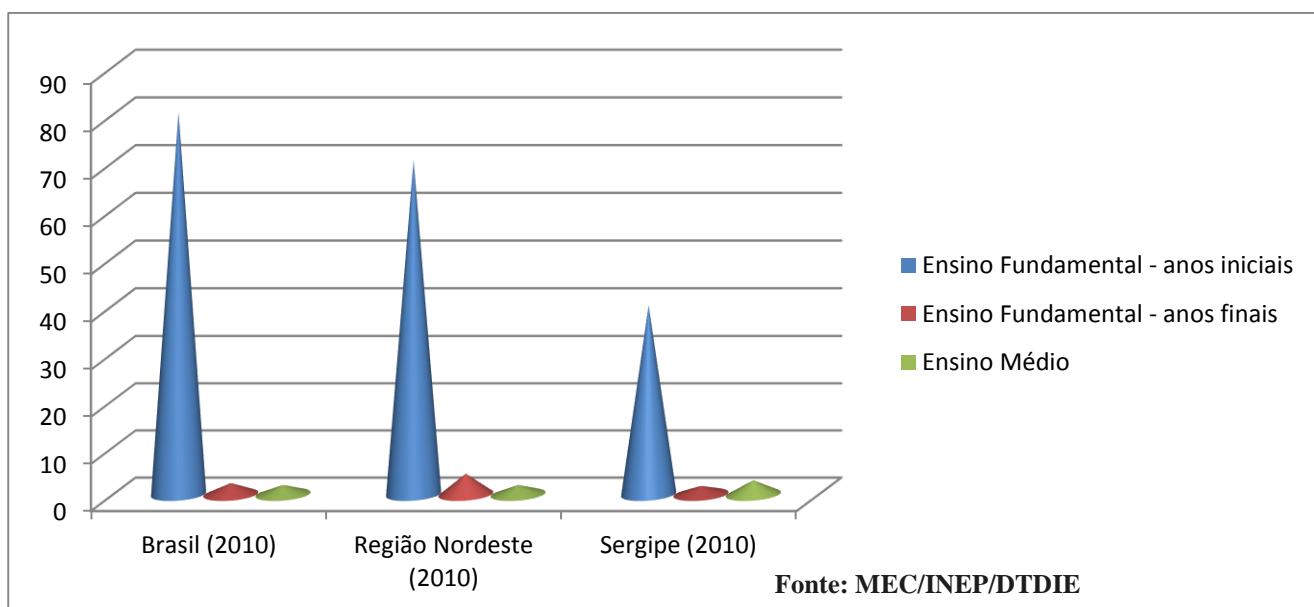
Gráfico 2. Taxa de Abandono



Nota-se no gráfico acima que a taxa de abandono é maior no Ensino Médio, depois vem o Ensino Fundamental, anos finais e em um menor percentual encontra-se o Ensino Fundamental, anos iniciais.

A taxa de aprovação tem recentemente adquirido uma realidade mais satisfatória do que no passado. O número de aprovação escolar está tendo um resultado mais promissor. As razões são variadas, como a melhoria na qualificação docente e discente que tem ao seu redor um universo de informações, principalmente oriundas dos meios de comunicação, etc...

Gráfico 3. Taxa de Aprovação



O gráfico acima mostra o índice de aprovação, sendo que, o melhor aproveitamento de acordo com o gráfico está no Ensino Fundamental nos anos iniciais. Em seguida o Ensino Médio. Porém, o Ensino Fundamental, em seus anos finais, tiveram um número pequeno de aprovação.

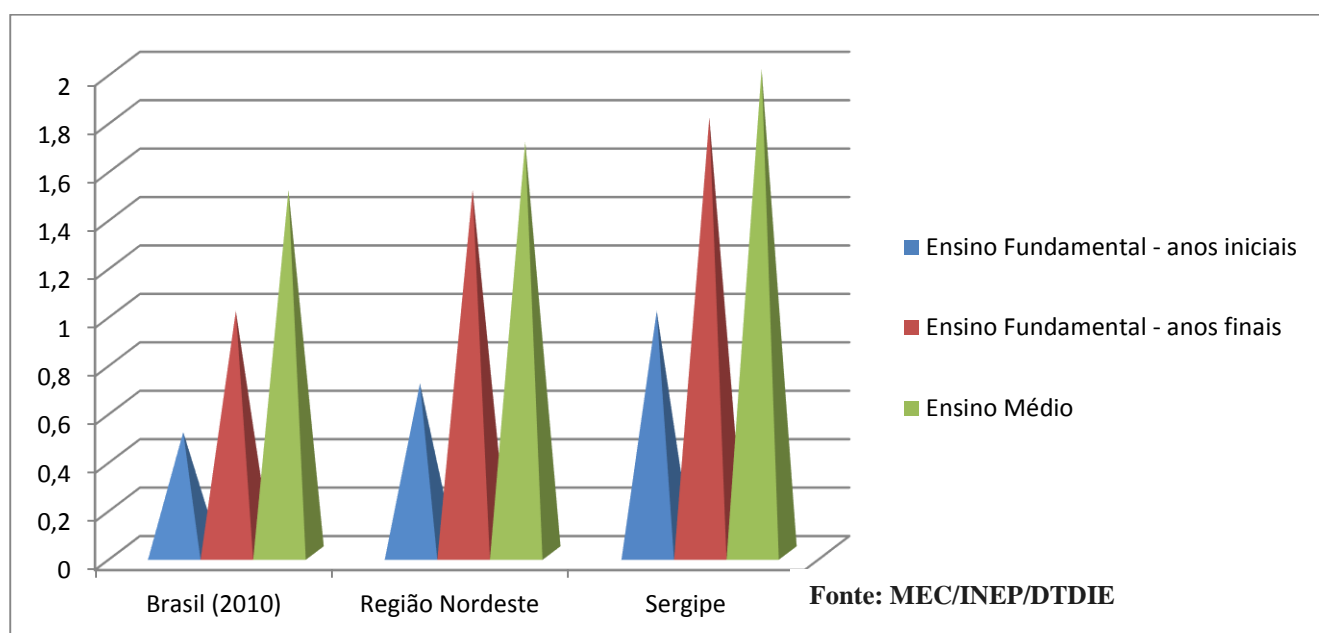
No gráfico abaixo pode-se constatar a taxa de Distorção Idade-Série. Essa distorção é provocada principalmente por causa do alto índice de reprovação, evasão e desistência.

É bem verdade, que hoje o Ensino Médio Noturno, tem um grande contingente de alunos com distorção idade – série.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dá a “possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar”;

Portanto, o gráfico abaixo mostra que a taxa de distorção idade – série no Brasil e especificamente em Sergipe é grande e que precisa de um olhar mais cuidadoso.

Gráfico 4. Taxa de Distorção Idade-Série



A taxa de distorção idade série encontra-se em maior número no Ensino Médio, principalmente no EJAEM. Depois esta distorção passa pelo Ensino Fundamental, anos – finais. Tendo um percentual menor nos anos iniciais.

Essa problemática é uma questão que precisa de uma análise profunda, afinal esses educandos são aqueles que mais necessitam da escola e do seu acolhimento.

Diante disso, é prioritária a criação de um Fórum Estadual para que sejam debatidos e de forma coletiva possam encontrar as soluções para as questões levantadas.

Abaixo, observa-se o gráfico sobre a taxa de evasão, nota-se que no ano de dois mil e cinco (2005) a realidade de evasão era menor no ensino médio, algo que modificou nos dias atuais.

Um dos problemas identificados na educação e principalmente no ensino noturno é a questão da evasão escolar.

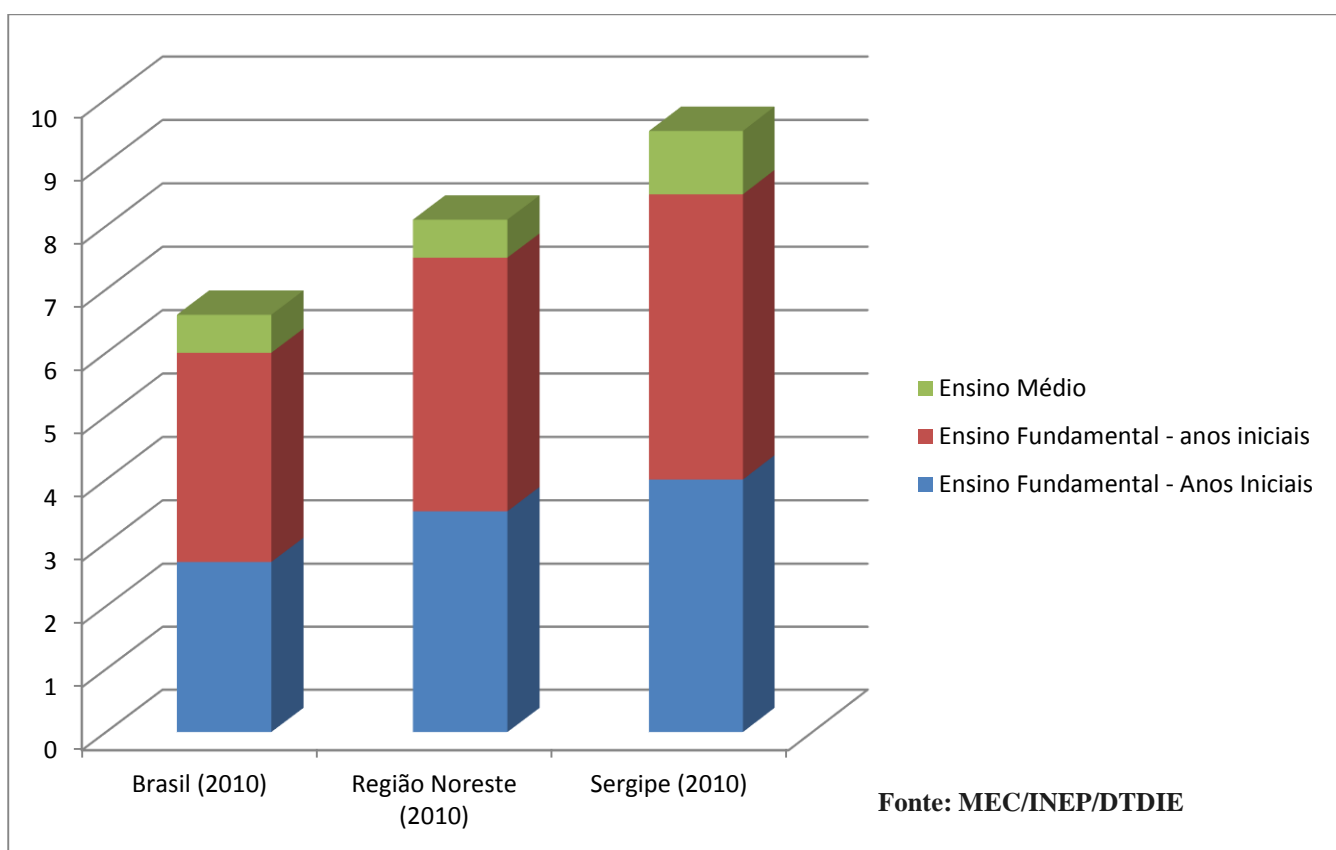
Compreende-se que este é o grande desafio da escola, combater a evasão escolar.

Haddad/Franco/Silva (2011), afirmaram que,

Torna-se necessário destacar que as políticas públicas ao longo da história brasileira sempre representaram os interesses dos grupos que estão no poder e que o ensino público de qualidade não tem sido o foco destas políticas. O Estado ao longo da história brasileira tem assumido uma atitude de desresponsabilização. Portanto estes aspectos devem ser considerados na análise da evasão escolar (HADDAD/FRANCO/SILVA, 2011, p. 285).

Portanto, a evasão escolar é um fenômeno que se arrasta há muitos anos e que necessita urgentemente de uma política de Estado que busque caminhos e meios para erradicar por completo o abandono, a desistência e a evasão dos educandos.

Gráfico 5. Taxa de Evasão



O gráfico acima apresenta a evasão no ano de 2005, em que a incidência maior está no Ensino Fundamental, anos finais, logo em seguida, o Ensino Fundamental, anos iniciais, tendo uma evasão menor neste período no Ensino Médio.

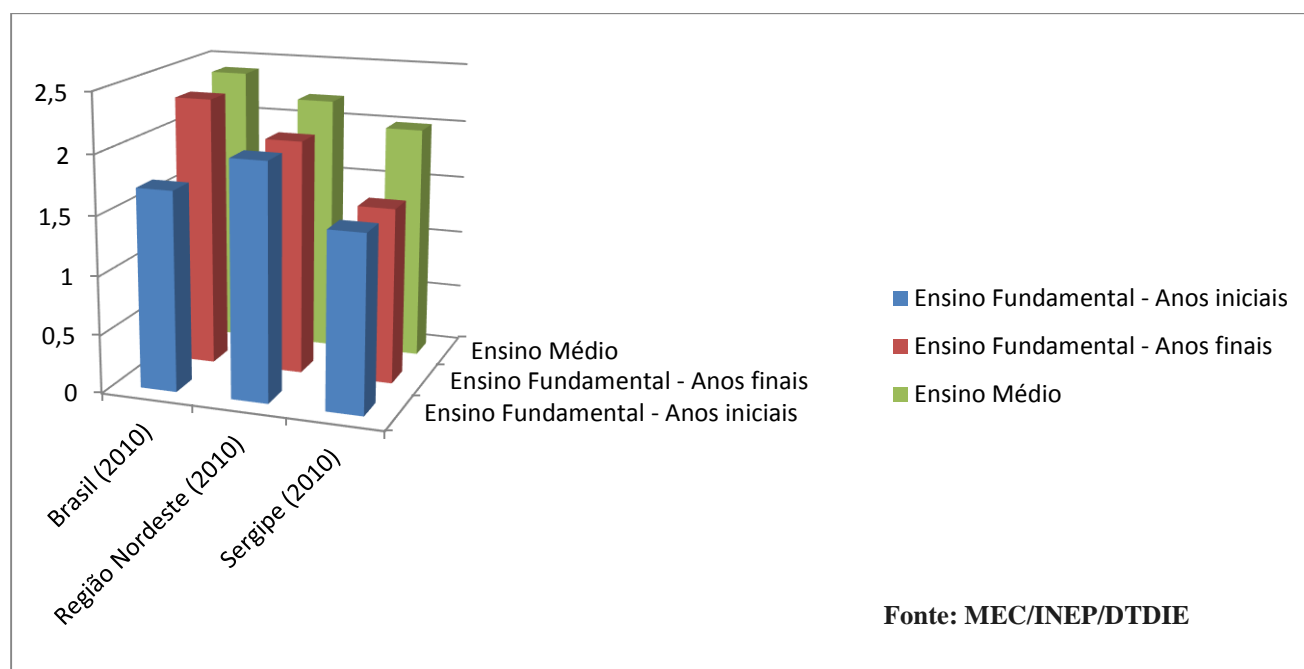
O índice de evasão noturna nos dias atuais é enorme por fatores diversos já citados neste trabalho. Porém, é preciso encontrar meios que possam minimizar este quadro alarmante da evasão escolar.

Em síntese, o gráfico acima retrata um panorama da taxa de evasão que aumenta a cada ano nas escolas da Rede Estadual de Sergipe.

O gráfico abaixo trata da taxa de promoção, nela encontramos os educandos que estavam matriculados e foram aprovados no ano anterior.

Na verdade, a taxa de promoção serve principalmente como um estímulo para os alunos que têm possibilidade intelectual de avançar nos estudos.

Gráfico 6. Taxa de Promoção



A taxa de promoção tem uma incidência maior no Ensino médio, passando depois para o Ensino Fundamental – anos iniciais. E no Ensino Fundamental – anos finais, tem uma abrangência menor.

O gráfico abaixo apresenta a questão da repetência que não pode ser posta como gargalo do turno noturno, pelo contrário a incidência é maior no ensino fundamental, do que no ensino médio.

Azevedo (2012, 57), entende que a repetência não é sinônimo de qualidade como muitos acreditam. A escritora afirmou que,

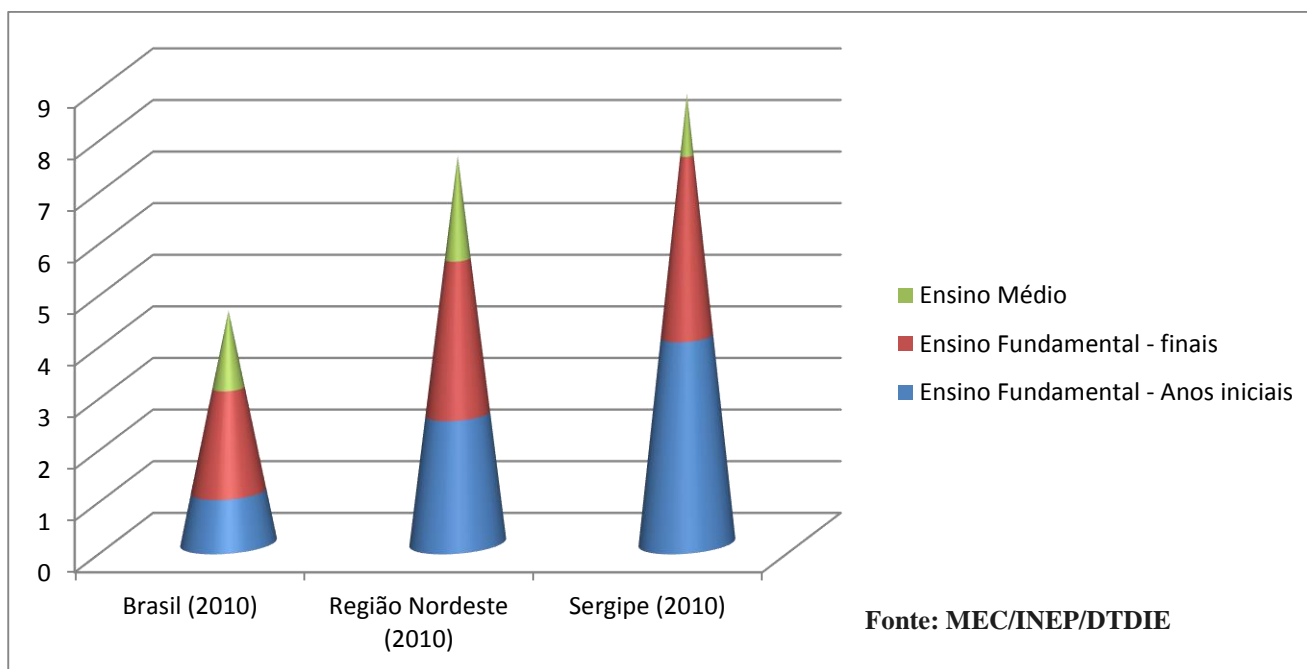
Quando se trata da manutenção da qualidade ou da preocupação com a sua diminuição através do uso dos mecanismos de segurança, muitos artigos passam a defender a permanência dos mecanismos disciplinares. Ou seja, se para a

manutenção da qualidade é necessária à exclusão de alguns sujeitos, isso pode ser aceito pelos defensores da repetência (AZEVEDO, 2012, p. 57).

A qualidade da educação não está na repetência dos discentes. A qualidade da educação está na “inclusão de todos” e na socialização do conhecimento.

O papel do educador não é zelar pela reprovação, mas, defender e proporcionar constantemente o saber. A qualidade do ensino está especificamente no ensinar e no aprender.

Gráfico 7. Taxa de Repetência



O índice de repetência de acordo com o gráfico é maior no Ensino Fundamental nos anos iniciais, em segundo lugar fica o Ensino Fundamental nos anos finais, já no Ensino Médio houve uma repetência menor. Os dados apresentados são referentes ao ano de 2005. Sendo que, os gráficos apresentados sobre taxa de distorção idade – série, abandono e reprovação são referentes ao ano de 2010 já a taxa de aprovação, seus dados referem-se ao ano de 2011.

Portanto, os dados citados revelam um cenário preocupante que não se resume unicamente ao ensino noturno.

Pode-se constatar na tabela abaixo a redução de matrículas de forma mais acentuada na rede estadual.

Tabela 9. Redução de Matrículas da Rede Estadual

ANO	ESTADUAL	MUNICIPAL
2002	196.515	321.558
2003	188.830	328.685

2004	186.826	329.386
2005	172.926	341.876
2006	157.132	332.781
2007	148.804	314.037
2008	146.658	305.234
2009	135.978	300.146
2010	124.418	290.320
2011	121.106	283.857
Fonte: Dados pesquisados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Oficial do Estado de Sergipe – SINTESE		

A tabela citada acima, tendo como referência os anos de 2002 a 2011, revela que a Rede Estadual, a cada ano, tem uma drástica perda de alunos. Na rede municipal, a matrícula aumentou nos primeiros 5 (cinco) anos, diminuindo gradualmente a partir de 2006.

Portanto, reportando-se à Rede Estadual, que é o foco da pesquisa, a situação é crítica e o que precisa ser explicado é como uma rede tem, a cada ano, redução no quantitativo de alunos matriculados. Será que esse fenômeno é o estopim do fechamento de escolas do turno noturno? Essa é uma indagação que será respondida ao término de toda a pesquisa. Entretanto, é de fundamental importância refletir que o levantamento feito pelo sindicato não se refere a um único turno, o levantamento foi feito abrangendo todos os turnos. Logo, acredita-se que esse cenário caótico da educação em Sergipe abrange toda a sua extensão e que a problemática maior está direcionada ao turno noturno, pois é nele que está havendo o fechamento de turmas de forma significativa.

A política que está em curso no Estado não tem alcançado o ensino noturno naquilo que é mais urgente, a permanência e o sucesso do aluno, pois, a cada ano, a situação vai piorando e não existe um estudo aprofundado, tampouco medidas efetivas que estabeleça um diagnóstico capaz de apontar os gargalos presentes no ensino noturno, visando encontrar caminhos que possam determinar um novo horizonte para a educação pública noturna de Sergipe.

Diz Azevedo (2000) categoricamente:

(...) portanto, o papel do Estado é garantir o livre funcionamento das relações mercadológicas. É fundamental, ainda, que o Estado abra novos espaços de mercados, retirando-se de funções que tradicionalmente lhe eram atribuídas, nas chamadas áreas essenciais de prestação de serviços como saúde, educação e transporte, por exemplo. Os chamados serviços sociais devem ser privatizados, vendidos e comprados como qualquer outra mercadoria. A redução do papel do Estado aos interesses de mercado implica a diminuição

dos gastos sociais e o agravamento das condições de vida de milhões de pessoas atingidas pelos efeitos econômicos dos ajustes neoliberais (AZEVEDO, 2000, pp. 30 - 31).

Fica evidente, na citação em destaque, que o objetivo maior do Estado é fazer fluir bem as relações mercadológicas e privatizar os chamados serviços essenciais, saúde, transporte e educação.

Portanto, vive-se um momento crítico no ensino noturno de Sergipe, destacando-se a capital do estado, principalmente o centro e a periferia da mesma. Escolas que antes tinham um número significativo de alunos, como a Escola Estadual John Kennedy, tiveram, nos últimos anos, uma redução drástica de matrículas, o que culminou no fechamento do ensino noturno.

Esse cenário pode ser observado na tabela em evidência.

Tabela 10. Redução de Matrícula do Colégio E. John Kennedy

ANOS	MATRÍCULA INICIAL	TRANS-FERIDOS	EVADIDOS	TOTAL	APRO-VADOS	REPRO-VADOS	TOTAL
2006	250	26	85	139	120	19	139
2007	202	02	62	138	123	15	138
2008	142	6	57	79	75	4	79
2009	92	4	40	48	44	4	48
2010	113	6	52	55	51	4	55

Fonte: Informação concedida pela Secretaria da Escola. Estatística do Turno Noturno do Colégio John Kennedy.

A partir da tabela acima se pode constatar que, apesar de o ano de 2010 ter tido um acréscimo na matrícula em relação a 2009, o número de alunos evadidos foi maior. Tanto é que, mesmo com o aumento da matrícula, o fechamento do turno noturno foi levado a cabo. Em 2011, a escola não abriu vagas para o turno noturno.

Um ponto preocupante é que mais um posto de trabalho e espaço para estudar fechou-se. A cada escola que fecha suas portas no turno noturno é menos um campo de trabalho e mais exclusão para as classes populares.

Pablo Gentili (2000) destacou o seguinte:

(...) fica evidente que esse princípio de igualdade formal se choca com a realidade de exclusões e com as mais diversas formas de discriminação que vive uma boa parte da sociedade. O fato de que todos os membros de uma comunidade tenham reconhecido legalmente seu direito a uma educação básica de qualidade (dada sua condição de cidadãos), por exemplo, não necessariamente garante que, com certeza, eles consintam, de forma

substantiva, em realizar esse direito: alguns podem ser analfabeto (as) (como ocorre com grande número de adultos nos países latino-americanos); outros ter apenas acesso a uma escolaridade deteriorada em suas condições pedagógicas e materiais; outros ser brutalmente expulsos do sistema escolar, sendo considerados, a partir da ótica dominante, social ou educativamente “incapazes”(GENTILI, 2000, p. 149).

Diante do exposto, pode-se afirmar que a situação caótica da educação no país e a crise da educação em Sergipe têm como pano de fundo, possivelmente, a falta de investimentos concretos, reforma de escolas, melhores condições de trabalho, valorização dos docentes e uma política pública ancorada na defesa da educação como direito social.

3.2. CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO DAS ESCOLAS FOCO DA PESQUISA

A tabela abaixo revela que o Colégio Atheneu no ano de 2012 tinha no turno diurno 908 alunos matriculados no ensino regular e no turno noturno, 120 alunos sendo que no final do ano letivo restaram 60 alunos, havendo assim, uma redução de 60% da turma. Segundo o gestor da unidade escolar o Curso Técnico em Informática foi criado com a finalidade de reabrir o ensino noturno que foi fechado no ano de 2010. Fica evidenciado na tabela de acordo com informações passadas pelo gestor da escola, que a matrícula do ano de 2013 obteve um quantitativo de 100 (cem) alunos matriculados na fase inicial. O total de docentes do turno noturno são seis professores à noite e quarenta e cinco, aproximadamente, no ensino regular diurno. A escola possui uma área construída de onze mil metros quadrados e treze mil, oitocentos e vinte cinco metros quadrados de área de terreno e oferta aos seus alunos internet, laboratório, quadra poliesportiva, biblioteca, oficina e laboratório científico.

Portanto, no âmbito da estrutura física a escola conta com uma boa estrutura, o ensino diurno é oferecido de forma integral e evidencia a oferta da alimentação escolar. Uma questão relevante é que a escola tem um teatro próprio que era usado no passado, como também, no presente para eventos nacionais e internacionais.

O ensino regular noturno foi fechado no ano de 2010, sendo reaberto por meio do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

Em suma, mesmo com a nova modalidade fica explícito na tabela abaixo que a nova modalidade não trouxe o resultado esperado. A demanda de alunos continua pequena, sem grande expressão.

Tabela 11. Total dos Alunos do C. E. do Ensino Médio Atheneu

CENTRO EXPERIMENTAL DO ENSINO MÉDIO ATHENEU SERGIPENSE

TOTAL DE ALUNOS NA ESCOLA ANO 2012		
ENSINO REGULAR		
ENS. MÉDIO DIURNO		904
Estrutura da Escola		
Item	Disponível	
Internet	OK	300 kbps
Laboratório	OK	
Quadra Poliesportiva	OK	
Biblioteca	OK	
Oficina	OK	
Laboratório Científico	OK	
Área do Terreno	→	13.825 m ²
Área Construída	→	11.000 m ²
TOTAL DE ALUNOS NA ESCOLA ANO 2012/2013		
PERÍODO NOTURNO		
ANO 2012		120
Fechou o ano com 80 alunos frequentando, segundo informação do gestor da escola.		
ANO 2013		100
DOCENTES		
DIURNO		45
NOTURNO		6
TOTAL		51
Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.		

No âmbito histórico, nota-se que não foi fácil a implantação do colégio Atheneu, entretanto, ele surge para atender, a princípio, a uma classe social mais abastada que exigia a existência de uma escola secundária em Sergipe facilitando assim os estudos para seus filhos.

(...) No entanto, foi fácil a sua concretização. A preocupação das autoridades de Sergipe, como as outras províncias, concentrava-se na criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações de lideranças políticas e demais membros da burocracia provincial e imperial, reunindo em um só local as matérias exigidas nos exames Preparatórios para o Ingresso nas

Academias do Império, de modo que seus filhos não mais precisassem sair dos limites do seu “torrão natal” – nas palavras de um relatório do período - , para estudar em outros locais (ALVES, 2005, p. 4).

Portanto o ensino secundário em Sergipe começa a partir do século XIX, na Cidade de São Cristóvão capital da Província.

Os primeiros fundamentos para a organização dos estudos secundários em Sergipe datam de 1830, quando o Conselho Geral da Província criou as cadeiras de Filosofia, Retórica, Geometria e Francês, reunindo-as em São Cristóvão, capital da Província, no Liceu Sergipense. Mesmo extinto o Liceu, pela Assembleia Legislativa, em 1835, continuaram seus professores lecionar até o ano de 1839.(cf. Sebrão, 1954, p. 425). Em 1847 foi aberto o Liceu Sergipense, também chamado de Liceu de São Cristóvão, permanecendo nos salões do Convento de Nossa Senhora do Carmo até a mudança da capital para Aracaju, em 1855. O Liceu Sergipense, instalado em Aracaju no Ano de 1862, teve duração efêmera. Coube ao então Inspetor Geral da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo d’ Araujo, organizar o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870, assinado pelo Presidente Província de Sergipe, o Coronel Francisco José Cardoso Júnior, criando o Atheneu Sergipense, com dois cursos: Humanidades e o Normal (cf. Sebrão, 1954). O Atheneu Sergipense, em funcionamento até os dias atuais, agregando alunos de vários pontos da cidade e do estado que, mesmo longe de suas residências, preferem lá estudar, pela sua tradição, tem chamado a atenção dos pesquisadores da História da Educação em Sergipe (ALVES, 2005, p. 4).

Percebe-se que o ensino secundário teve sua origem no ano de 1830 e que em 1870 é consolidado com a criação do Atheneu Sergipense, ofertando dois cursos: Humanidades e o Normal. É posto também pela autora que nos dias atuais muitos educandos optam por estudar nesta unidade de ensino por causa do seu passado. Porém, é preciso relatar que hoje o desejo de estudar nesta escola diminuiu drasticamente chegando ao ponto de finalizar o ensino regular noturno e fechar as suas portas.

Esta Unidade de Ensino teve no decorrer dos anos várias denominações, entretanto, a mudança de nomes não ficou somente no passado. Nos dias atuais, duas mudanças foram constatadas, a primeira, Centro de Excelência Atheneu Sergipense e depois, aquela que permanece até hoje, Centro Experimental do Ensino Médio Atheneu Sergipense.

Ao longo dos anos Atheneu Sergipense sofreu várias denominações : Atheneu Sergipense (1870), Lyceu Secundário de Sergipe (1881), Escola Normal de dois Graus (1882), Atheneu Sergipense (1890), Atheneu Pedro II (1925), Atheneu Sergipense (1938), Colégio de Sergipe (1942), Colégio Estadual de Sergipe (1943), Colégio Estadual Atheneu Sergipense (1970), e atualmente Centro de Excelência Colégio Atheneu Sergipense (desde de 2003). No entanto, mesmo sofrendo modificações significativas de instalação, denominação, tempo, tipos de cursos oferecidos e quadro de

professores, conforme a legislação e o período, o Atheneu Sergipense tentou manter-se fiel aos seus principais objetivos : ministrar uma instrução secundária, de caráter literário e científico, necessária e suficiente de modo a proporcionar à mocidade subsídios para matricular –se nos cursos superiores, como também para desempenhar variadas funções na sociedade (ALVES, 2005, p. 6).

Fica evidenciado na citação acima que apesar das modificações de nomes o Atheneu continuou deixando sua marca na História da Educação Sergipana. Hoje o Atheneu teve mais uma vez a modificação da sua denominação sendo chamado agora de Centro Experimental do Ensino Médio.

O cenário educacional em Sergipe revela uma realidade difícil para o ensino noturno, em que uma escola tradicional que no passado tinha índice de matrícula de aproximadamente quase cinco mil alunos. Atualmente, não chega a mil alunos como se pode observar na tabela acima.

Outra escola tradicional que tem quase o mesmo tempo de existência do Atheneu e que está sendo extinto o Curso Normal, é o Instituto de Educação Rui Barbosa.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de turmas existentes após determinação do governo estadual pela extinção do Curso de Magistério Modalidade Normal.

Tabela 12. Total dos Alunos do I. E. Ruy Barbosa

Instituto de Educação Ruy Barbosa			
Total de Alunos na Escola ANO 2012			
Ensino Normal			
Total Geral de Alunos			
MATRÍCULADOS			233
Turmas da Escola			
NOITE			
SÉRIE: 3º		ALUNOS	
	C	34	
	D	37	
SÉRIE: 4º	C	26	
	D	30	
TOTAL DE ALUNOS		127	
Fonte: Os dados apresentados referentes as turmas foram disponibilizados pela Secretaria da Escola.			
ESTRUTURA DA ESCOLA			
INTERNET			300kbps

LABORATÓRIO	
QUADRA POLIESPORTIVA	
BIBLIOTECA	
LABORATÓRIO CIENTÍFICO	
ÁREA DO TERRENO	21.375m ²
ÁREA CONSTRUÍDA	11.516m ²
Fonte: Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.	

É observado na tabela acima que no ano de 2012 o IERB tinha como matrícula geral 233 discentes. Sendo que, 127 estudavam no turno noturno. O terceiro ano tinha duas turmas denominadas de C e D. Já o quarto ano, tinha também duas turmas C e D, totalizando quatro turmas. Na terceira série C havia 34 alunos, já na D, tinha 37, totalizando 71 discentes. Os educandos da quarta série C eram compostos de vinte e seis alunos, já a turma D tinha trinta alunos. O quarto ano totalizava cinquenta e seis estudantes. A escola tem uma estrutura boa com internet, biblioteca, laboratório científico e de informática.

É importante frisar, que o Curso de Magistério na Modalidade Normal, foi extinto através da Portaria N° 8.907/2010 (ver em anexo), sendo apresentado como alternativa para o não fechamento da instituição como um todo, a implantação de cursos como Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Alimentação Escolar e Manutenção da Infraestrutura Escolar. Os cursos destinados aos educandos que terminassem o ensino fundamental do 9º ano, as aulas oferecidas de forma integrada, ou seja, os discentes fariam o ensino médio junto com o profissionalizante. Os cursos também seriam ofertados aos alunos que concluíssem o ensino médio e que gostariam de complementar com o ensino profissionalizante. Estes cursos também são pensados para os servidores públicos que trabalham na secretaria das escolas e as merendeiras. A duração dos cursos seria de três anos e meio a quatro anos.

O Ensino Normal aparece no cenário brasileiro em 1830, o surgimento foi motivado mediante a necessidade e a inviabilidade das províncias em relação à formação docente.

Brito, (2001,p.3),a Escola Normal a princípio surge como um dos cursos do Colégio Atheneu Sergipense no ano de 1870, destinado no primeiro momento para o sexo masculino tendo a duração de dois anos. Diante da pequena demanda masculina, em 1877 é criada a primeira Escola Normal feminina, que funcionou no Asilo Nossa Senhora da Pureza, que foi extinta em 1879. Um ponto importante focado pela autora é que diante da instabilidade financeira e a ausência de uma política de formação de professores, a Escola Normal teve constantes modificações estruturais e curriculares, ocasionando tanto dificuldade de acesso ao curso como de sua credibilidade. A escritora

relatou que os avanços e retrocessos marcaram a implantação do Curso Normal em Sergipe, como em outras localidades do país. Todo este cenário possibilitou o surgimento de iniciativas voltadas para promoção de sua melhoria qualitativa e pedagógica.

Portanto o Instituto de Educação Rui Barbosa, poderá deixar de existir, ficando somente o seu legado como a segunda escola mais antiga de Sergipe que teve um papel fundamental na formação de milhares de mulheres e homens que até hoje reproduzem os conhecimentos oriundos dos docentes que passaram pelo Instituto de Educação Rui Barbosa.

3.3. A CRISE EVIDENCIADA

A secretaria de Estado da Educação começou a analisar o perfil da Rede Estadual no âmbito de matrículas, repetências e evasões discentes. No governo de Albano Franco deu-se início ao reordenamento da Rede Estadual, seguido pelo Governador João Alves e sendo reeditado pelo Governador Marcelo Déda que nomeia doravante de reordenamento por nucleação que tem o mesmo propósito, fechamento de turnos e escolas. A tabela abaixo revela um cenário educacional abrangendo questões como modalidades de ensino ofertadas, matrículas, aprovações, reprovações, evasões discentes, número de professores, de alunos e salas de aulas. Os dados são referentes a um conjunto habitacional de Aracaju chamado Bugio que possui cinco escolas estaduais.

Tabela 13. Quadro demonstrativo das E. do conjunto Bugio

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ESCOLAS DO CONJUNTO BUGIO									
C. E. FRANCISCO ROSA SANTOS									
Ano	Matrícula Inicial + Admitidos		Aprovados		Reprovados		Evadidos		Nº de Salas
	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	
2006	650	1.994	369	782	133	202	91	732	
2007	420	1.138	278	660	71	130	44	280	
2008	643	1.208	242	514	261	300	92	341	
2009	548	1.009	-	-	-	-	-	-	
Total	2261	5.349	889	1956	465	632	227	1.353	22
Professores	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio							
Total	30	32							

E. E. JORNALISTA PAULO COSTA									
Ano	Matrícula Inicial + Admitidos		Aprovados		Reprovados		Evadidos		Nº de Salas
	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	
2006	517	355	369	296	112	36	59	25	
2007	434	739	265	279	82	121	40	15	
2008	297	330	267	235	93	78	35	25	
2009	327	337	-	-	-	-	-	-	
Total	1575	1.761	901	810	287	235	134	65	13
Professores	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	-	-	-	-	-	-	
Total	42	-	-	-	-	-	-	-	
E. E. DÊS. JOÃO BOSCO DE A. LIMA									
Ano	Matrícula Inicial + Admitidos		Aprovados		Reprovados		Evadidos		Nº de Salas
	E. Fund 1º ao 5º	E.Fund.	E. Fund 1º ao 5º	E.Fund.	E. Fund 1º ao 5º	E.Fund.	E. Fund 1º ao 5º	E.Fund.	
2006	385	-	242	-	84		23		
2007	327	-	241	-	83		15		
2008	468	-	278	-	99		36		
2009	331	-	-	-	-		-		
Total	1511	-	761	-	266		74		8
Professores	E. Fund 1º ao 5º	E. Médio	-	-	-	-	-	-	
Total	32	-	-	-	-	-	-	-	
E. E. JOSÉ DE A. CARDOSO									
Ano	Matrícula Inicial + Admitidos		Aprovados		Reprovados		Evadidos		Nº de Salas
	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E.Fund. 5ª a 8	

2006	421	428	337	328	69	64	1	9	
2007	335	503	266	380	85	44	0	28	
2008	300	519	228	268	52	192	7	45	
2009	313	447	-	-	-	-	-	-	
Total	1369	1.897	831	976	206	300	8	82	12
Professores	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	-	-	-	-	-	-	
Total	56	-	-	-	-	-	-	-	
E. E. LUCILA M. CHAVES									
Ano	Matrícula Inicial + Admitidos		Aprovados		Reprovados		Evadidos		Nº de Salas
	E. Fund 1ª a 4ª	E. Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E. Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E. Fund. 5ª a 8	E. Fund 1ª a 4ª	E. Fund. 5ª a 8	
2006	393	299	288	221	80	26	12	37	
2007	334	344	250	212	51	100	37	32	
2008	309	322	224	191	76	79	9	52	
2009	328	194	-	-	-	-	-	-	
Total	1364	1.159	762	624	207	205	58	121	9
Professores	E. Fund 5ª a 8ª	E. Médio	-	-	-	-	-	-	
Total	23	-	-	-	-	-	-	-	
Unidade Escolar	Matrículas/2009 - Oferece Atualmente								Proposta 2009
			Total Alunos	Ensino Médio	EJA				
	Ensino Fundamental				Ejaef-1ª fase	Ejaef-2ª fase	EJAEM		
	1ª a 4ª	5ª a 8ª							
E. E. João Bosco	331	-	331	-	-	23	224	1º ao 5º EJAEF - 1ª fase	
E. E. Lucila Chaves	328	194	522	-	-	-	-		

TOTAL	659	194	853					
E. E. Paulo Costa	327	337	664			146	281	6º ao 9º Ano EJAEF - 2ª fase
E. E. José Cardoso	313	447	760		116	265	-	
TOTAL	640	784	1424					
C.E. Francisco Rosa	-	548		1.009	-	-	-	E. Médio Regular EJAEM
TOTAL	-	548	1.557	1.009				
TOTAL GERAL	1.299	1.526		1.009				
E. E. João Bosco		Nº de Prof.	→	32	Salas de Aulas		→	8
E. E. Lucila Chaves		Nº de Prof.	→	23	Salas de Aulas		→	9
TOTAL				55				17
E. E Paulo Costa		Nº de Prof.	→	42	Salas de Aulas		→	13
E. E. José Cardoso		Nº de Prof.	→	56	Salas de Aulas		→	12
TOTAL				98				25
C. E. Francisco Rosa		Nº de Prof.	→	62	Salas de Aulas		→	22
TOTAL				62				22
Fonte: Diretoria de Educação de Aracaju - DEA/Setor de Inspeção Escolar – DEA.								
OBS. A E. E. João Bosco e a Lucila Chaves – Juntas passariam de um montante de 853 alunos para 1.299, sem a EJA. Já a E. E. Estadual Jornalista Paulo Costa e a José de A. Cardoso – Juntas passariam de um montante de 1424 alunos para 1526, sem a EJA.								

Percebe-se na tabela acima que com o decorrer dos anos o número de matrículas foi diminuindo. O número de evadidos no ensino médio no período de 2006 a 2009 chegou a 1.353 (mil trezentos e cinquenta e três alunos), sendo que unicamente em 2006 houve uma evasão de 732 estudantes do ensino médio. O número de reprovados nesta modalidade de ensino durante o período analisado foi de 632 (seiscentos e trinta e dois) discentes.

O caminho proposto pela DEA foi a fusão de escolas, entretanto, essa proposta precisa passar pela comunidade escolar. Ao serem postas, segundo relatórios da DEA, as escolas Lucila M. Chaves e o João Bosco A. Lima se colocaram a favor da proposta de reordenamento. O

Colégio Estadual Sec. de Estado Francisco Rosa Santos, ficou dividido. E as escolas Jornalista Paulo Costa e José de Alencar Cardoso, se colocaram contra.

As escolas que ofereciam o ensino noturno naquele período eram: O C. E. Sec. Francisco Rosa Santos, que tinha o Ensino Médio e do Fundamental a 8ª Série. A E. E. Jornalista Paulo Costa a Educação de Jovens e Adultos, EJAEF – 2ª fase e EJAEM. A E. E. João Bosco de A. Lima, oferecia a Educação de Jovens e Adultos, EJAEF – 2ª fase (no 1º Semestre de 2009 ofereceu só a 4ª etapa) e o EJAEM. A E. E. José de A. Cardoso, Educação de Jovens e Adultos, 1ª e 2ª fases. A E. E. Lucila Moraes Chaves, não oferece ensino noturno. Segundo relatório, esta unidade de ensino dispõe de Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, no turno matutino do 1º ao 4º ano, no turno vespertino do 5º ao 9º ano e Educação Especial (01 turma), também no turno vespertino.

Na tabela abaixo, pode-se observar como em 2012 as escolas do Conjunto Bugio estavam distribuídas no Ensino Noturno.

Tabela 14. Distribuição das E. do Conj. Bugio Ens. Noturno

COLÉGIO ESTADUAL FRANCISCO ROSA			
ANO: 2012			
ENSINO REGULAR NOTURNO			
TURMAS 1º, 2º E 3º ANO		ALUNOS	
M	→	48	
N	→	46	
O	→	51	
E	→	49	
F	→	48	
D	→	50	
E	→	50	
F	→	47	
8ª G	→	26	
TOTAL DE ALUNOS		→	415
E. E. JORNALISTA PAULO COSTA			
ANO: 2012			
ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NOTURNO			
TURMAS		ALUNOS	
A	→	13	EJAEF II - 1ª etapa
A	→	24	EJAEF II - 1ª etapa

A	→	25	EJAEF II - 2ª etapa
A	→	26	EJAEF II - 2ª etapa
A	→	22	EJAEF II - 3ª etapa
A	→	16	EJAEF II - 3ª etapa
B	→	20	EJAEF II - 3ª etapa
B	→	20	EJAEF II - 3ª etapa
A	→	30	EJAEF II - 4ª etapa
A	→	39	EJAEF II - 4ª etapa
A	→	27	EJAEM 1ª etapa
A	→	18	EJAEM 1ª etapa
B	→	25	EJAEM 1ª etapa
B	→	16	EJAEM 1ª etapa
C	→	15	EJAEM 1ª etapa
A	→	27	EJAEM 2ª etapa
A	→	26	EJAEM 2ª etapa
B	→	26	EJAEM 2ª etapa
A	→	28	EJAEM 3ª etapa
A	→	26	EJAEM 3ª etapa
B	→	21	EJAEM 3ª etapa
A	→	49	EJAEM 4ª etapa
A	→	26	EJAEM 4ª etapa
TOTAL DE ALUNOS	→	565	

E. E. JOSÉ DE ALENCAR CARDOSO			
ANO: 2012			
ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NOTURNO			
TURMAS		ALUNOS	
A	→	28	EJAEF II - 1ª etapa
B	→	35	EJAEF II - 1ª etapa
A	→	37	EJAEF II - 2ª etapa
B	→	25	EJAEF II - 2ª etapa
C	→	25	EJAEF II - 2ª etapa
ÚNICA	→	23	EJAEF II - 3ª etapa
A	→	23	EJAEF II - 4ª etapa
ÚNICA	→	9	EJAEF II - 4ª etapa
TOTAL DE ALUNOS	→	205	
E. E. JOÃO BOSCO DE A. LIMA			
ANO: 2012			
ENSINO DE JOVENS E ADULTOS NOTURNO			
TURMAS		ALUNOS	
A	→	7	EJAEF II - 1ª etapa
A	→	12	EJAEF II - 1ª etapa
B	→	15	EJAEF II - 1ª etapa
A	→	6	EJAEF II - 2ª etapa
A	→	19	EJAEF II - 2ª etapa
A	→	16	EJAEF II - 3ª etapa
A	→	5	EJAEF II - 3ª etapa
B	→	11	EJAEF II - 3ª etapa

A	→	11	EJAEF II - 4ª etapa
A	→	27	EJAEF II - 4ª etapa
TOTAL DE ALUNOS	→	129	
E. E. LUCILA M. CHAVES			
ANO: 2012			
ENSINO REGULAR			
ENSINO FUNDAMENTAL	→	394	
EJA - ENS. FUNDAMENTAL 1º SEMESTRE.	→	20	
TOTAL GERAL DE ALUNOS	→	414	
Fonte: SIGA - Sistema Integrado de Gestão Acadêmica.			
OBS. A E. E. Lucila M. Chaves, não oferta ensino noturno.			

Nota-se que o Colégio Francisco Rosa possui 22 salas de aulas, tendo nove turmas no ensino noturno. Oferecendo o ensino regular para 415 estudantes. A E. E. Jornalista Paulo Costa, possui 13 salas de aulas, com 23 turmas funcionando, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos perfazendo um total de 565 alunos. A E. E. José de Alencar Cardoso está distribuído com 12 salas de aulas, fornecendo a Educação de Jovens e Adultos, com 8 turmas e 205 alunos no turno noturno. A E. E. João Bosco A. Lima, também oferece a Educação de Jovens e Adultos, tendo 10 turmas funcionando e 129 discentes matriculados. A E. E. Lucila M. Chaves é a única que não oferece ensino noturno na região.

No dia 16 de Dezembro de 2011 e 4 de Outubro de 2012 foram feitos pela DEA relatórios sobre a problemática do ensino noturno nas escolas que ficam no entorno da Diretoria de Educação de Aracaju – DEA. A ata da reunião cita que foram convocados os diretores dos seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Estadual 11 de Agosto, CREJA Severino Uchôa, Escola Estadual 15 de Outubro, Escola Estadual Rodrigues Dórea, Colégio Estadual John Kennedy, Escola Estadual General Siqueira, Colégio Estadual Costa e Silva e Djenal Tavares Queiroz. Os acordos firmados entre os gestores foram os seguintes:

Tabela 15. Resumo da Ata das Escolas no Entorno da DEA

RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DAS ESCOLAS SITUADAS NO ENTORNO DA DEA	
DATA DA REUNIÃO: 16/12/2011	
COLÉGIO ESTADUAL JOHN KENNEDY	
FUNCIONARÁ:	Ensino Fundamental do 6º ao 9º e Médio do 1º ao 3º ano Manhã e Tarde. Médio 1º ao 3º Manhã e Tarde
OBS. Não Funcionará o Ensino Noturno.	
COLÉGIO ESTADUAL COSTA E SILVA	
FUNCIONARÁ:	Somente com o Ensino Médio
OBS. O Colégio não ofertará mais o 6º ano a partir de 2012. Terminará progressivamente o Ensino Funda-	
mental.	
ESCOLA ESTADUAL 15 DE OUTUBRO	
FUNCIONARÁ:	Ensino Fundamental Regular do 6º ao 9º ano pela manhã e o EJAEF 2ª Fase
da 1ª a 4ª Etapa, tarde e noite, até que seja possível oferta um curso profissionalizante, como o PROEJA, por exemplo.	
SEVERINO UCHÔA	
FUNCIONARÁ:	EJAEF MODULAR da 1ª a 4ª Etapa e EJAEM até que possa ficar exclusivo como Centro de Referência, em Aracaju no Trabalho com Educação de Jovens e Adultos.
GENERAL SIQUEIRA	
FUNCIONARÁ:	Com o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, manhã; 6º ao 9º ano, tarde e o EJAEM da 1ª a 4ª Etapa, à noite.
ESCOLA ESTADUAL RODRIGUES DÓREA	
FUNCIONARÁ:	Ensino Fundamental do 2º ao 9º ano, manhã e tarde. Atualmente o turno noturno está desativado.
ESCOLA ESTADUAL 11 DE AGOSTO	
FUNCIONARÁ:	Ensino Fundamental 1º e 2º ano, manhã e tarde; 3ª e 4ª série manhã e tarde, sendo que o Ensino Fundamental até a 4ª série são turmas especiais seriadas. O Ensino Fundamental da 5ª a 8ª é inclusão (à tarde). A escola não oferece aulas à noite.
RESUMO DA ATA DE REUNIÃO DO DIA 4 DE OUTUBRO DE 2012	

ESCOLA ESTADUAL 15 DE OUTUBRO						
MATRÍCULAS DO ENSINO NOTURNO						
EJAEF		ALUNOS				
1ª ETAPA	→	8				
2ª ETAPA	→	21				
3ª ETAPA	→	23				
4ª ETAPA	→	29				
OBS. A diretora foi orientada a conversar com estes alunos sobre a possibilidade de passarem para o turno da tarde. Não sendo possível esse horário para os mesmos, encaminhá-los ao Severino Uchôa, caso haja salas ociosas. A escola ofertará EJAEF – 2ª Fase/Seriado havendo demanda.						
COLÉGIO ESTADUAL DJENAL TAVARES QUEIROZ						
MATRÍCULAS DO ENSINO NOTURNO						
EJAEM		ALUNOS				
1ª ETAPA	→	6				
2ª ETAPA	→	29				
3ª ETAPA	→	10				
4ª ETAPA	→	22				
OBS. A representante do SEJA - Serviço de Educação de Jovens e Adultos lembrou que o Severino Uchôa, por ser Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos é para está trabalhando com EJAEF, Modular e Seriado, além do EJAEM. Foi dito que havendo a possibilidade o Djenal Tavares Queiroz, passaria seus discentes para o Severino Uchôa. Respondendo ao questionamento dos gestores do Djenal Queiroz e do Jackson de Figueiredo referente a matrícula, a diretora da DEA afirmou que as matrículas podem ser ofertadas, contudo a escola que tiver um quantitativo menor de alunos deverá passar para outra, como já foi feito com o Colégio Dom Luciano e o Tobias Barreto. Em 2013 as escolas citadas deverá fazer um trabalho de conscientização quanto ao processo de terminalidade. No caso do Colégio Djenal Tavares Queiroz, os semestres do EJAEM ficarão da seguinte forma: 1º semestre serão trabalhadas a 3ª e 4ª etapas e no 2º semestre a 4ª etapa e encerramento. A 1ª e 2ª etapas serão encaminhadas para o Severino Uchôa.						

Fica evidenciada na tabela acima, a política de fechamento das escolas e do encerramento de modalidades. Eram pontos indissolúveis, ou seja, o caminho traçado é unicamente o término das modalidades de ensino e do turno noturno. Os relatórios observados apresentam os problemas, mas as soluções se resumem ao fechamento ou interrupções de ofertas de matrículas e modalidades de ensino.

Ao analisar os documentos oficiais da secretaria de educação constata-se que a crise do ensino noturno no âmbito da capital é generalizada. As visitas às unidades escolares pelo Departamento de Educação de Aracaju – DEA serviram como uma forma de ratificar que a crise existe no ensino noturno.

O anexo 6, apresenta a Portaria Nº 7.731/2012 de 29 de novembro de 2012, que autoriza o fechamento de algumas unidades escolares da capital sergipana, como também, a Nucleação do Ensino Noturno nas Escolas da DEA, definindo bairros Estratégicos e as chamadas Escolas Polos.

Esta portaria ratifica a existência da crise do Ensino Noturno a princípio nas escolas de Aracaju.

São listados alguns considerandos para justificar a suposta Portaria. No art. 1º define a reorganização da oferta de matrícula em seis bairros e conjuntos. A finalidade é a nucleação da Rede, no turno noturno.

Parágrafo Único - A nucleação consistirá na escolha de uma (01) ou duas (02) unidades escolares, em cada uma das localidades para que nelas se concentre, a partir do ano letivo de 2013, a oferta do ensino noturno em suas variadas modalidades, considerando, para tanto, a vocação institucional de cada uma das escolas selecionadas.

Fica evidenciado na citação acima que a Secretara de Educação do Estado de Sergipe, determinou que o ensino noturno a partir de 2013, estará atrelado a uma ou duas unidades escolares.

Outro ponto destacado pela referida portaria é que a continuidade do ensino noturno nas unidades escolares abrangerá os seguintes critérios: melhoria da estrutura física da referida escola; maior número de matrículas; melhor índice educacional; quadro de professores e de apoio pessoal e melhor acesso.

No Art. 4º, é definido que a oferta do ensino noturno para o ano de 2013, ficará restrito a oito escolas que são: Colégio Estadual Atheneu Sergipense; Centro de Referência de E.J.A. Prof. Severino Uchôa; Colégio Estadual Presidente Costa e Silva; Colégio Estadual Secretário Francisco Rosa Santos; Escola Estadual Jornalista Paulo Costa; Escola Estadual 8 de julho; Escola Estadual Professora Ofenísia S. Freire; Colégio Estadual Prof. Gonçalo Rollemberg Leite.

Nota-se que essa ação unilateral da Secretaria de Educação, ocasionará uma mudança radical mexendo assim com a vida de alunos, professores e demais funcionários, pois os discentes terão que ir para uma escola mais distante de sua casa, caso queira continuar estudando, os professores serão devolvidos para o Departamento de Educação – DEA para serem lotados em outro estabelecimento e provavelmente em horário diurno, podendo assim, desorganizar a situação

funcional desses docentes. . Por fim, alguns funcionários da unidade escolar que será fechada, poderão ser aproveitados na escola, porém no turno matutino e outros terão que sair da referida escola indo muitas vezes para um local distante de sua residência.

Diante da portaria citada acima, percebe-se inevitavelmente, que o pensamento da Secretaria de Educação está fechado no sentido da determinação no que tange ao ensino noturno. O fechamento do turno noturno em algumas escolas é uma meta traçada pelo governo e ratificada através das referidas portarias.

Ao ter acesso aos relatórios entregues pela DEA (Diretoria de Educação de Aracaju), ficou não somente a certeza da crise do referido turno noturno, mas também, o caos da rede e do ensino noturno em Aracaju. Os ventilados relatórios apresentados mostram que algumas escolas foram visitadas no mês de dezembro de 2012. Tendo como objetivo de visita observar e monitorar a matrícula, frequência dos alunos no turno noturno. Porém, o mês escolhido não permite com exatidão a leitura real da situação das escolas visitadas. É necessário ter prudência em apresentar dados de mês que historicamente revela evasão, mas também, discentes concludentes que na maioria das vezes ao saberem que estão aprovados deixam de frequentar as salas de aulas e muitas vezes a própria escola.

Portanto, as dados apresentados nos relatórios precisam ser ponderados e analisados com reservas e leitura crítica.

A tabela abaixo e relatos revela a situação de crise do Ensino Noturno de Aracaju.

Tabela 16. Relatório sobre o Ensino Noturno

RELATÓRIO SOBRE O ENSINO NOTURNO			
ANO : Dezembro de 2012			
SETOR DE INSPEÇÃO ESCOLAR – DEA			
COLÉGIO ESTADUAL PRESIDENTE GARRASTAZU MÉDICI			
ENSINO MÉDIO REGULAR			
Salas de aulas	Salas Funcionando		Matrícula
19	3		176 Alunos
1º ano	2º ano	3º ano	
9 alunos presentes	12 alunos presentes	28 alunos presentes	
COLÉGIO DJENAL TAVARES QUEIROZ			
EJAEF			
Salas de aulas	Salas Funcionando		Matrícula
10			69

		3	
2ª ETAPA	3ª ETAPA	4ª ETAPA	
29 matriculados tinham 13 frequentando	20 Matriculados tinha 6 frequentando.	20 Matriculados não havia aula no dia da visita.	
COLÉGIO JACKSON DE FIQUEIREDO			
EJAEF/EJAEM			
Salas de Aula	Salas Funcionando	Matrícula	
17	8	210	
OBS. Dentre os colégios visitados este foi o que apresentou melhor frequência dos alunos.			
COLÉGIO ATHENEU SEGIPENSE			
PROEJA (CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA)			
Salas de Aula	Salas Funcionando	Matrícula	
25	3	80	
1º MÓDULO	2º Módulo	3º Módulo	
30 Matriculados, frequentando 2 alunos.	35 matriculados finalizaram com 17 alunos	15 matriculados terminaram com 12 alunos.	
Fonte: relatórios cedidos pela DEA.			

Portanto, ficou explícito que a demanda pequena de alunos e um número grande de evasão ou desistência levaram ao declínio na matrícula noturna. A Escola Estadual Profª. Alba Moreira, oferecia a modalidade EJA, EJAEF 1ª e 2ª Fases e EJAEM nos turnos vespertino e noturno. Funcionava em um prédio alugado pelo Estado. No ano de 2010 tinha um número de alunos equivalente a 452 alunos e onze professores. A escola tinha nove salas disponíveis. A escola colocou segundo relatório recebido pela DEA, que a redução do número foi motivada, porque a maioria dos discentes mora no interior do Estado e trabalha como doméstica, e quando são demitidas voltam para o interior e abandonam os Estudos, semelhante caso acontece com os que trabalham no comércio, ou seja, quando perdem o emprego, por falta de dinheiro para custear o transporte, ocasionando assim, sua desistência. Outro ponto levantado para desistência ou evasão, é o cansaço da jornada excessiva de trabalho que atinge a maioria dos estudantes noturnos.

Diante deste cenário de redução de matrículas e da não existência de um prédio próprio, a instituição foi fechada ou extinta como um todo. Ou seja, o governo optou por não ofertar vagas nem para o turno diurno e nem para o noturno.

A tabela abaixo mostra de acordo com o relatório feito pelo Setor de Inspeção Escolar - DEA, as razões possíveis de redução de matrículas nas Unidades Escolares como: Escola Estadual Profª. Alba Moreira, Colégio Estadual Jackson de Figueiredo, Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte, Centro Experimental de Ensino Médio Atheneu Sergipense, Colégio Estadual Tobias Barreto, Escola Estadual Profª. Valmir Chagas e o Colégio Estadual Djenal Tavares Queiroz.

Tabela 17. Relatório da DEA – Causas da Redução de Alunos

RELATÓRIO DA DEA
ANO: 2010
POSSÍVEIS CAUSAS DA REDUÇÃO DE ALUNOS
TURNOS NOTURNOS
* Produto da Correção de Fluxo;
* Escolas do Bairro Oferecendo o Ensino Médio;
* Mudança de Trabalho;
* Cansaço devido à Jornada Excessiva de Trabalho;
* Objetivo único de conseguir a Carteira de Passe Escolar;
* Meios de Comunicação (Televisão), mais atrativo do que a Sala de Aula;
* Curso como Projovem e outros com menos duração e mais a oferecer.
Fonte: Retirado dos relatórios feito pelos Técnicos do Setor de Inspeção Escolar da DEA.

Nota-se na tabela acima que as razões esboçadas foram frutos da observação empírica, no entanto, sem rigor metodológico, o que impediu a apresentação de soluções aos problemas apresentados, a não ser ao incipiente fechamento de escolas e turnos.

Segundo Martins, 2007, p. 8, fundamentado em Libâneo (2006), destacou que a realidade da escola é caótica encontrando nela “muitas carências e de muitos problemas crônicos, que chegam desde pobreza familiar, a questões econômicas e sociais, tais como:

“baixo salário dos professores, a desvalorização social da profissão de professor, as precárias condições físicas e materiais das escolas, a repetência, a defasagem idade-série escolar, as dificuldades de aprendizagem dos alunos, fatores esses que contribuem para o rebaixamento da qualidade de ensino escolas mal organizadas e geridas mal organizadas e geridas, na precária formação do professorado, no baixo desempenho escolar dos alunos”.

Portanto, existem várias facetas que não podem ser limitadas em relatórios somente. Encontram-se em uma unidade escolar inúmeros problemas tanto de cunho “sociocultural” como

afirma o autor que penetra na escola ocasionando uma “diversidade social e cultural”. Observa-se na escola mudanças no aprender dos educandos, na “organização curricular como os ciclos e integração de portadores de necessidades especiais”. Situações como essas e outras, levam o professorado a uma certa dificuldade de adequação às chamadas mudanças que são oriundas da nova geração. Outro ponto presente na escola é a violência (bullying, uso de drogas, etc...), a sexualidade precoce dos educandos e a indisciplina discente na sala de aula. A crise da educação é algo real não podemos analisar sob a ótica da defesa ou busca de culpados. É preciso encontrar os caminhos de como solucionar tal crise. É importante elencar outros problemas vivenciados pelos educandos do ensino noturno como: a transposição dos conteúdos e formas do ensino regular, currículos descontextualizados, professores despreparados, diferentes tempos de aprendizagem dos jovens e adultos, desconexão da escola com o mundo do trabalho, dentre outros.

Nota-se referente aos relatórios que os mesmos não levaram em conta as estruturas das escolas que muitas são precárias, o sucateamento da educação e a falta de uma política séria no âmbito da valorização dos profissionais da educação e por fim, melhores condições de trabalho. É bem verdade, que diante de todos os problemas existentes na educação, uma questão que deve ser lembrada é que mesmo havendo a falta de condições de trabalho, ainda existem progressos significativos na escola.

O relatório do dia 25 de Janeiro de 2013 tinha como objetivo definir as escolas que continuarão ofertando o ensino noturno e as que suspenderão matrículas no referido turno. A definição ficou por região.

A primeira região citada no relatório foi o Bugio, que permanecerá com as escolas estaduais. Jornalista Paulo Costa que ofertará o EJAEF – 2ª Fase e o EJAEM, a unidade escolar tem aproximadamente 290 alunos e receberá discentes do EJAEM da Escola Estadual João Bosco de Andrade Lima que tem 50 alunos frequentando e será fechado o turno noturno. A outra escola dessa região que permanecerá será a Escola Francisco Rosa que ofertará o ensino regular, tendo aproximadamente 400 alunos.

Segunda região foi o Centro da Cidade, o Colégio Estadual Djenal Tavares Queiroz, que de acordo com o relatório a partir de 2013 não ofertará o ensino noturno. Trabalhava com a modalidade EJAEM (no 2º Semestre /2012). Observa-se na tabela acima a matrícula inicial dessa escola na 2ª etapa era de 30 alunos e em sua etapa final, 10 alunos. Já na 3ª etapa, a matrícula inicial era de 18 alunos restando no final 13. A 4ª etapa começava com 20 e finalizava com 18 alunos. Os educandos que não concluírem os estudos irão em 2013 para o Jackson de Figueiredo.

O Colégio Estadual Jackson de Figueiredo continuará ofertando o ensino noturno nas modalidades EJAEF- 2ª Fase e EJAEM em 2013 e receberá os alunos do EJAEM do Colégio Estadual Djenal Tavares Queiroz.

Essa informação não corresponde à verdade, pois ao visitar esta escola dia 19 de Março de 2013, às oito e trinta e cinco, tomei conhecimento pela coordenadora da referida escola que o colégio não iria funcionar no turno noturno e que a determinação da secretaria de educação seria a não divulgação de matrícula e nem a realização da mesma.

Colégio Estadual Tobias Barreto, segundo o relatório continuará ofertando o Ensino Médio Regular do 1º ao 3º ano. No ano de 2012 a escola tinha o 1º ano G, tendo matrícula inicial de 28 alunos e final de 21 alunos. 2º ano E, inicial 43 discentes e no final 34 estudantes. O 3º Ano D, começou o ano letivo de 2012 com 43 e finalizou com 42. Já o 3º ano E, iniciou com 43 discentes e terminou com 43 alunos. De acordo com o relatório o Colégio deverá receber alunos das escolas centrais que queiram cursar o Ensino Médio Regular.

Nos bairros 18 do Forte e Santo Dumont, as escolas que ofertarão o ensino noturno de acordo com o relatório da DEA, são: Colégio Estadual 24 de Outubro e Olavo Bilac, oferecerão a modalidade EJAEF – 2ª Fase e JAEM, ficando o Ensino Médio Noturno para o Colégio Estadual Valadares. Já o Colégio Estadual Min. Marco Maciel não ofertará matrícula, sendo que os educandos dessa instituição, irão para o Colégio Estadual Valadares em 2013. Caso haja grande demanda de matrículas no Valadares, os alunos matriculados poderão ir estudar no Colégio Marco Maciel que os receberá e ofertará o Ensino Médio Regular.

No bairro Farolândia, ficou definido de acordo com o relatório que a Escola Ofenísia Soares Freire, oferecerá o EJAEF e EJAEM, receberá segundo relatório 67 alunos da 1ª a 4ª etapa do EJAEF – 2ª Fase da Escola Estadual Francisco Portugal, 70 discentes da Escola Estadual Maria do Carmo Alves. O Colégio Petrônio Portela continuará trabalhando com o Ensino Médio Regular.

No bairro Getúlio Vargas, ficou definido pelos gestores do Colégio Estadual Costa e Silva que oferece o Ensino Regular, 15 de Outubro e Severino Uchôa, que a Escola 15 de Outubro no turno noturno, não será ofertada a modalidade EJAEF – 2ª Fase não oferecerá, sendo a sua demanda absorvida pelo Severino Uchôa. Os professores da Escola 15 de Outubro deverão ser encaminhados ao Severino Uchôa. Já os do Colégio Costa e Silva que não tiverem carga horária completa serão encaminhados à DEA em decorrência da relação do número de turmas.

No bairro Grageru, definiu-se que o Colégio Gov. João Alves Filho oferecerá 3 turmas do ensino Médio Noturno, para o Colégio Gonçalo Rollemberg, uma turma de 1º ano com

trinta alunos, uma do 2º ano com trinta e cinco e uma do 3º com trinta e cinco. O Colégio Estadual Gonçalo Rollemberg trabalha com as modalidades EJAEF – 2ª fase e o Ensino Médio Regular.

No bairro Industrial, a Escola Estadual Augusto Ferraz, oferecerá o Ensino EJA (EJAEF, 1ª Fase, EJAEF – 2ª Fase e EJAEM). Ficando distribuído da seguinte forma: EJAEF – 1ª Fase, duas turmas, o EJAEF – 2ª Fase, quatro turmas e o EJAEM, cinco turmas. O Colégio Estadual Presidente Castelo Branco oferecerá o Ensino Fundamental e Médio na modalidade convencional.

No bairro Santo Antônio, ficou definido que o CAIC Min. Geraldo Barreto Sobral oferecerá EJA, contemplando o EJAEF – 2ª Fase e o EJAEM.

No bairro Coqueiral, o Colégio Estadual Sem. José Alves Nascimento, oferecerá o EJA, contemplando o EJAEF – 2ª Fase e o EJAEM.

No bairro José Conrado de Araújo, definiu-se que o Colégio Estadual Camélio Costa, concederá o EJAEM. O Colégio Estadual Ruy Eloy – EJAEF – 2ª Fase. José Rollemberg Leite, Ensino Médio Regular. Acrísio Cruz – EJAEM. e EJAEF – 2ª Fase (encerrando/2012). Segundo o relatório entregue é descrito que a gestora do Acrísio Cruz, afirmou que ofertará matrícula para a modalidade do EJAEM em caráter de terminalidade a depender do número de matrículas. O EJAEF ficará na responsabilidade das escolas 24 de Outubro e Ruy Eloy.

No Bairro Orlando Dantas, ficou decidido de acordo com o relatório que o Judite Oliveira vai receber do Colégio Estadual Benedito Oliveira em 2013, três turmas do Ensino Fundamental Regular, uma turma de 6ª com 19 alunos, uma 7ª com 25 alunos e uma 8ª com 12 alunos e 1 turma do EJAEM – 1ª etapa com 21 alunos e 1 turma da 3ª etapa do EJAEM com 15 alunos. Os professores do Benedito noturno serão absorvidos pelo Judite Oliveira e Colégio Estadual Barão de Mauá. Como também, a carga horária de alguns professores do Benedito será absorvida na própria escola.

No bairro Robalo, definiu-se que o Colégio Estadual Paulino Nascimento, continuará o turno noturno no Ensino Médio Regular do 1º a 3º ano e o EJAEF 1ª e 2ª Fase.

Esse relatório finalizou no dia 29 de Janeiro de 2013. Deve-se ressaltar que muitas decisões tomadas e postas nos relatórios não foram cumpridas, sendo fechadas escolas que nos relatórios diziam que não iriam fechar o turno e acabaram sendo fechadas, exemplo concreto é o Colégio Tobias Barreto cujas turmas foram remanejadas para o Colégio Estadual Atheneu Sergipense e o Colégio Estadual Jackson de Figueiredo que nos relatórios apresentava um cenário menos traumático, mesmo assim, está sendo fechado o turno noturno.

A política neoliberal na educação limitou os investimentos nessa área como também implantou sutilmente a princípio os programas educacionais tendo como finalidade maior a introdução da ideologia dominante nas classes menos favorecidas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que,

Na educação, os impactos do projeto neoliberal foram significativos. Em linhas, nos países com sistemas de educação bem organizados e consistentes, a reforma neoliberal encontrou muitas resistências para se consolidar. Já nos demais países com sistemas restritos de educação (redes com baixo número de matrículas e concentração nos anos iniciais da escolarização básica) e ausência de uma sólida cultura de planejamento educacional, a tarefa ideológica da classe dominante foi a de ampliar o acesso à educação de forma restritiva, ao mesmo tempo em que introduziu a lógica mercantil como balizadora da formação humana. Em alguns países, o projeto neoliberal significou a ampliação restrita e deficitária dos sistemas públicos de ensino e o oferecimento de uma escolarização minimalista aos trabalhadores. (SINTESE, 2013,p.5).

A citação acima deixa explícita que o cenário existente na educação sergipana é fruto da Política Neoliberal que tem como finalidade implantar a “ideologia da classe dominante”, defendendo assim, uma escola mínima para os trabalhadores.

3.4. O FECHAMENTO INESPERADO E O DRAMA DISCENTE

No ano de 2010, a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, deu continuidade a política de fechamento de escolas noturnas.

Apesar da Escola Estadual Prof^a. Alba Moreira, não ter um prédio próprio, a matrícula de 2010, segundo relatório da DEA, no primeiro semestre, tinha aproximadamente 257 estudantes matriculados, no segundo semestre 195, totalizando 452 discentes matriculados.

Analisando o mapa de matrículas 2007, 2008 e 2009, entregue pela Diretoria de Educação de Aracaju – DEA ficou constatado que no ano de 2010 quando houve o fechamento do turno noturno da escola Alba Moreira, foi superior aos três anos citados acima. Ou seja, em 2007, a escola no 1º semestre teve 199, no 2º semestre, 149, totalizando 348 alunos. Em 2008, a matrícula no 1º semestre foi de 231, sendo no 2º semestre, 137, total de alunos 368. Já em 2009, o 1º semestre foi de 172 e no 2º semestre 148, chegando a um total de 320.

Diante deste contexto, não se justifica o fechamento do turno noturno do Colégio Alba Moreira.

O drama do passado é repetido agora em 2013 com alguns alunos que viveram o constrangimento de 2010.

A tabela abaixo mostra todo o perfil desses alunos que mais uma vez revivem o dilema do fechamento do turno noturno.

Tabela 18. Colégio Estadual Jackson de Figueiredo

COLÉGIO ESTADUAL JACKSON DE FIGUEIREDO						
ESCOLA TRANSFERIDA	Escola Estadual Prof ^a . Alba Moreira					
IDADE	EST. CÍVIL	TRABALH A	PROFISSÃO	-	-	-
32	Solteira	Não	Estudante	-	-	-
33	Casada	Sim	Diarista	-	-	-
58	Solteira	Sim	Dona de Casa	-	-	-
55	Solteira	Sim	Doméstica	-	-	-
29	Solteira	Sim	Prenda do Lar	-	-	-
20	-	Sim	Soldador	-	-	-
Média	-	-	-	-	-	-
37,83	-	-	-	-	-	-
Recebimento do Fechamento da Escola	Estudar a Noite	Dificuldades de estudar a Noite	Benefício do Patrão	Tempo de estudar para a Prova	O ensinado e a vida profiss- sional	Importân cia da Escola
INESPERADO	2 Não tinham mais idade ficar no turno diurno. E ainda achavam o turno noturno mais fácil	4 Afirmaram que tem pouco tempo para estudar	2 Disseram que tem como benefício sair mais cedo do trabalho.	3 afirmaram que tem tempo suficiente para estudar. Manhã, Tarde e Noite	5 afirmaram que totalmente.	6 Disseram que está relaciona da ao futuro profissio- nal.
↓	Mais 2 afirmaram unicamente que passaram para noite por causa da idade	1 afirmou o cansaço e a falta de professor	2 Não receberam benefício algum do patrão.	2 Têm tempo somente no horário das aulas.	3 Disseram que em parte.	1 Está relaciona da a conseguir trabalho.

5	2 alunos passaram para noite para trabalhar	1 Disse que unicamente o cansaço	1 Único estudante afirmou que recebe benefício econômico do patrão para estudar.	1 Tem tempo no final de semana, Sábado e Domingo.		1 Está relacionada a realidade e fazer amigos.
NATURAL				4 Têm tempo total.		
1				2 têm tempo em parte.		
Reprovação/Motivo	Interrupção dos Estudos Escolares	Horário que Chega a Escola	Está estudando para:	A Educação pode Modificar sua vida Profissional, Social e adentrar no Mercado de Trabalho	Programas Sociais	
4 Alunos Reprovaram duas vezes . Desses quatro alunos três reprovaram por falta às aulas. E um reprovou por causa das notas baixas.	6 Alunos nunca interromperam os estudos.	5 Cinco alunos afirmaram que chegam das 19:00 às 19:15.	3(três) disseram que estudam para ter melhores condições de vida.	5(cinco) disseram que concordam totalmente que a Educação poderá modificar sua vida, profissional, social e entrar no mercado de trabalho.	4 (quatro) nunca participaram de programa algum.	

2 estudantes reprovaram uma vez e o motivo foi as notas baixas.	1 Interrompeu por questões familiares.	1(um) disse que chega na primeira aula com atraso	2(dois) estudam para melhorar as condições de trabalho.	1(um) concorda em parte.	1(um) participou do Bolsa Família.	
1 aluno disse que reprovou três vezes e o motivo foi a dificuldade de aprendizado.		1(um) afirmou que chega na primeira aula com atraso e às vezes entra na segunda aula.	1(um) estuda para melhorar as condições de vida, obter conhecimentos e melhorar as condições de trabalho.		1(um) participou do Primeiro Emprego	
1 estudante, disse que nunca reprovou.	1 estudante parou de estudar por causa do horário do trabalho.	1(um) aluno disse que chega de sete e meia a oito horas.				

Fonte: Informações retiradas dos questionários aplicados aos discentes desta Unidade Escolar.

É revelado nos dados acima que a média de idade dos estudantes que tiveram de sair da escola por causa do fechamento chega a 37,83 por cento. Somente um estudante que foi pesquisado não trabalha. As profissões exercidas são variadas de dona de casa a soldador. A maioria recebeu a notícia do fechamento da escola que eles estudavam de forma inesperada. Somente um estudante recebeu naturalmente. O estudar noturno foi uma decisão movida pela idade avançada e para trabalhar. As dificuldades encontradas pelos discentes do ensino noturno estão atreladas à falta de tempo para estudar e o cansaço. Sobre o benefício recebido pelo patrão alguns receberam o benefício como sair mais cedo do trabalho e às vezes ajuda econômica. O tempo para estudar foi dito por alguns discentes que tem tempo suficiente, já outros relataram dificuldades para estudar, às vezes usando o horário da aula para estudar. Dos oitos que responderam o questionaram, cinco afirmaram que o que é ensinado serve para a sua vida profissional e três disseram em parte. Para seis educandos a escola é importante para a sua vida profissional, um entende que ela está relacionada ao sentido de conseguir trabalho, outro estudante ver como um local para entender a realidade e fazer amigos.

Sobre a reprovação alguns reprovaram de uma a três vezes, os motivos são variados desde a falta às aulas, dificuldade para aprender e notas baixas. É importante destacar que foi encontrado também na pesquisa um estudante que afirmou nunca ter reprovado. A interrupção dos estudos em alguns casos foi motivada por questões familiares e por causa do horário de trabalho.

Cinco alunos afirmaram que chegam entre dezenove e dezenove e quinze horas, na escola. Outro estudante colocou que chega à primeira aula com atraso e às vezes na segunda aula. Somente um discente afirmou que comparece na sala de aula de sete e meia às oito horas. Segundo estes alunos estão estudando para melhorar as condições de vida, trabalho e obter conhecimento. A maioria dos educandos acredita totalmente que a educação poderá modificar sua vida profissional, social e adentrar no mercado de trabalho. Um único discente concorda em parte. Dos alunos que saíram da escola por causa do fechamento, quatro nunca participou de programa social oferecido pelo governo, somente dois participaram, um, no Bolsa Família e outro, no Primeiro Emprego.

Na tabela abaixo, observa-se que os estudantes oriundos do Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte, que foram removidos por causa do fechamento do turno noturno desta citada unidade escolar foram acolhidos pelo Colégio Estadual Tobias Barreto que este ano de 2013 fechará o ensino noturno e mais uma vez os alunos serão remanejados para o Centro Experimental do Ensino Médio Atheneu Sergipense.

Tabela 19. Colégio Estadual Tobias Barreto

COLÉGIO ESTADUAL TOBIAS BARRETO						
ESCOLA TRANSFERIDA			Colégio Estadual Dom Luciano José Cabral Duarte			
IDADE	EST. CÍVIL	TRABALHA	PROFISSÃO	-	-	-
20	Solteiro	sim	Auditora	-	-	-
22	Solteiro	sim	Aux. Administrativo	-	-	-
18	Solteiro	sim	Atendente	-	-	-
21	Solteiro	Não	-	-	-	-
19	Solteiro	sim	Ajud. De Pedreiro	-	-	-
20	Solteiro	sim	Comerciante	-	-	-
19	Solteiro	sim	Vendedor	-	-	-
17	Solteiro	Não	-	-	-	-
MÉDIDA	-	-	-	-	-	-
19,5	-	-	-	-	-	-
Recebimento do Fechamento da Escola	Estudar a Noite	Dificuldades de estudar a Noite	Benefício do Patrão	Tempo de estudar para a Prova	O ensinado e a vida profissional	Importância da Escola

INESPERADO	7 (Sete) estudantes passaram para a noite para trabalhar.	2(dois) alunos disseram que têm como dificuldade de estudar à noite o cansaço por causa do trabalho, o pouco tempo para estudar e a falta de professores .	3 (três) estudantes afirmaram que não têm benefício algum.	1 (um) aluno disse que só tem tempo de domingo a domingo e no intervalo do trabalho.	6 (seis) disseram totalmente.	6 (seis) alunos disseram que relacionam a importância da escola ao futuro profissional
↓	1(Um) passou para a noite por causa da idade avançada.	2 (dois) discentes afirmaram que têm pouco tempo para estudar	4 (quatro) alunos disseram que recebem como benefício sair mais cedo.	3 (três) alunos disseram que só têm tempo para estudar no final de semana sábado e domingo.	2 (dois) alunos em parte.	1 (um) estudante afirmou que relaciona a importância da escola no sentido de conseguir trabalho.
6		4 (quatro) alunos disseram que o cansaço é grande por causa do trabalho	1 (um) aluno disse que tem como benefício do patrão incentivo econômico para ajudar nos estudos.	1 (um) estudante disse que só na parte da manhã tem tempo para estudar.		1 (um) discente disse que relaciona a importância da escola no sentido de entender a realidade e a fazer amigos.
NATURAL				2 (dois) alunos afirmaram que só têm tempo de estudar no horário das aulas.		

2				1 (um) estudante disse que só tem tempo no domingo.		
Reprovação/ Motivo	Interrupção dos Estudos Escolares	Horário que Chega à Escola	Está estudando para:	A Educação pode Modificar sua vida Profissional, Social e adentrar no Mercado de Trabalho	Programas Sociais	
3 (três) estudantes reprovaram duas vezes até o momento e o motivo foi as faltas às aulas	6 (seis) estudantes afirmaram que nunca interromperam os estudos.	5 (cinco) alunos afirmaram que entram na aula geralmente no horário normal (19:00 até 19:15).	3 (três) estudantes afirmaram que estudam para melhorar as condições de vida	6 (seis) estudantes concordaram totalmente pois acreditam que a educação pode modificar suas vidas.	6 (seis) afirmaram que nunca fizeram parte de Programas Sociais oferecidos pelo Governo	
1(um) aluno reprovou duas vezes tendo como motivo as notas baixas	1 (um) estudante do grupo pesquisado disse que teve que interromper por causa do horário de trabalho.	1(um) aluno do grupo de pesquisa afirmou que chega na primeira aula com atraso.	2 dois alunos disseram que estudam para obter conhecimentos	2 (dois) alunos concordam em parte.	1 (um) discente afirmou que participou do Programa Social Primeiro Emprego.	

1 (um) estudante desse grupo pesquisado afirmou ter reprovado três vezes e o motivo foi a dificuldade de aprendizado.	1 (um) aluno afirmou que parou os estudos por problemas familiares.	1 (um) estudante disse que chega na primeira aula com atraso e às vezes entra na segunda aula.	1 (um) estudante disse que estuda para melhorar as condições de vida, obter conhecimentos e melhorar as condições de trabalho.		1 (um) aluno afirmou que participou do Programa Social Bolsa Família.	
2 (dois) estudantes, afirmaram que reprovaram uma vez. O motivo da reprovação foram as notas baixas		1 (um) discente afirmou que chega na escola entre sete e oito horas.	2 (dois) alunos disseram que estudam para melhorar as condições de trabalho.			
1 (um) aluno disse que nunca reprovou.						

Fonte: Informações retiradas dos questionários aplicados aos discentes desta Unidade Escolar.

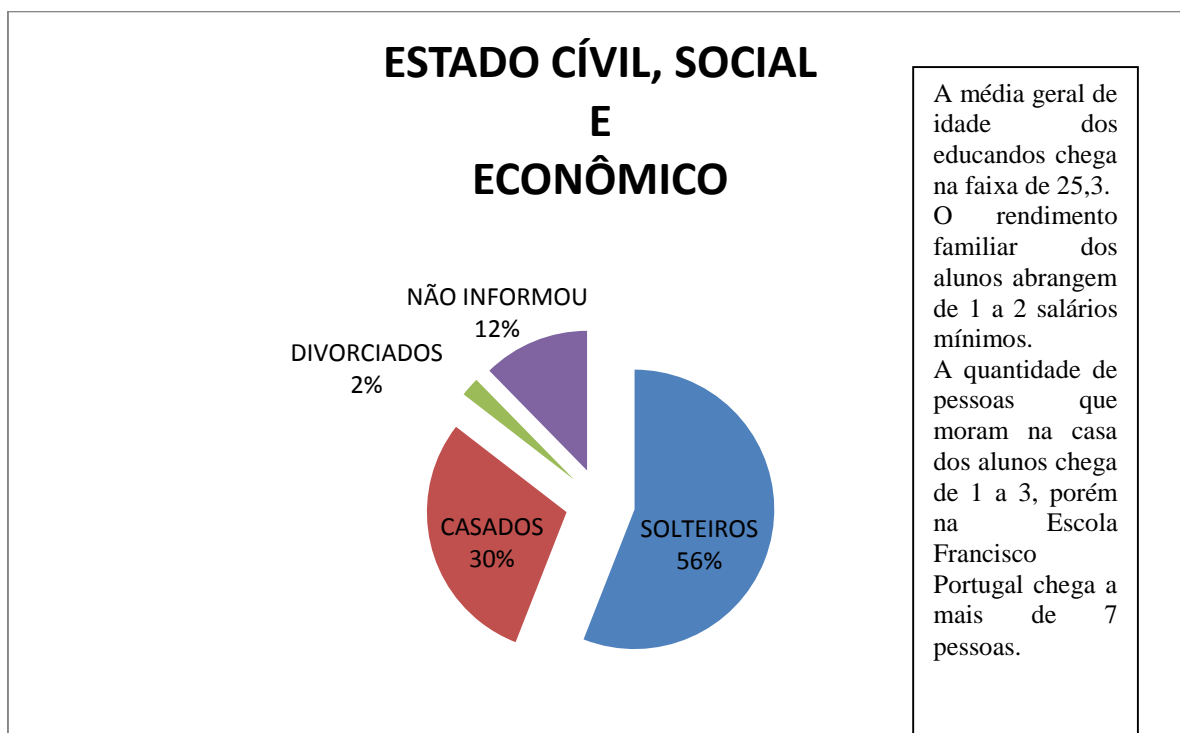
A tabela acima revela que a faixa etária dos discentes pesquisados chega a uma média de dezenove e meio, sendo todos solteiros. Suas atividades profissionais são variadas de ajudante de pedreiro à auditora. Dos oito discentes que foram remanejados por causa do fechamento do turno da escola em que eles estudavam, seis tomaram conhecimento do fechamento de forma inesperada, enquanto dois receberam de forma natural, sem surpresa. Sete estudantes optaram por estudar à noite, para poder trabalhar. Já um disse que passou para a noite por causa da idade avançada. Sobre a dificuldade de estudar à noite, dois estudantes colocaram que o cansaço e a falta de professores são os principais obstáculos que eles enfrentam à noite. Outros dois discentes disseram que tem como dificuldade o pouco tempo para estudar. Quatro alunos colocaram como dificuldades o cansaço da labuta do dia-a-dia provocado pelo trabalho. Quanto à questão dos benefícios concedidos pelo patrão, três educandos afirmaram que nunca os tiveram, quatro estudantes afirmaram que recebe como tal, a liberação do trabalho mais cedo. Um único aluno colocou que obtém incentivos econômicos na ajuda dos seus estudos. Em relação ao tempo de estudo, um aluno disse que só tem tempo para estudar no domingo e no intervalo do trabalho. Já três discentes só podem estudar no final de semana sábado e domingo. Outros alunos disseram que o único tempo que tem para estudar é na

parte da manhã, no horário das aulas e unicamente no domingo. Seis estudantes acreditam totalmente que o que é ensinado na escola serve para sua vida profissional, porém, dois alunos disseram que em parte serve para suas vidas profissionais. Para seis discentes a importância da escola está mais relacionada ao futuro profissional, outros alunos veem no sentido de conseguir trabalho, entender a realidade e fazer amigos. Três discentes reprovaram duas vezes e o motivo foi a falta às aulas e outros educandos reprovados tiveram como motivos a dificuldade de aprender e notas baixas. No grupo pesquisado somente um educando até o momento nunca reprovou. Sobre a interrupção de estudos, dos oito discentes pesquisados seis nunca pararam de estudar e dois paralisaram seus estudos por questões familiares e trabalho. Quanto ao horário escolar, cinco discentes afirmaram que chegam no horário estabelecido pela unidade escolar, às dezenove horas. Já os outros estudantes disseram que chegam atrasados nas aulas. Os alunos disseram que estão estudando para melhorar as condições de vida, obter conhecimentos e melhorar as condições de trabalho. Os estudantes acreditam totalmente que a educação pode modificar sua vida social e de trabalho. Sobre os programas sociais, seis discentes nunca foram assistidos, porém, dois alunos participaram, um através do Primeiro Emprego e o outro por meio da Bolsa Família.

Portanto pode-se constatar que a realidade dos discentes que tiveram que sair da sua escola de origem não é fácil. A educação noturna ainda não está adequada para receber dignamente os estudantes trabalhadores. É preciso discutir profundamente a realidade do ensino noturno e assim buscar caminhos que possam traçar um novo horizonte para este turno de ensino.

3.5 – ANÁLISES DOS QUESTIONÁRIOS

Gráfico 8. Estado Civil e Económico



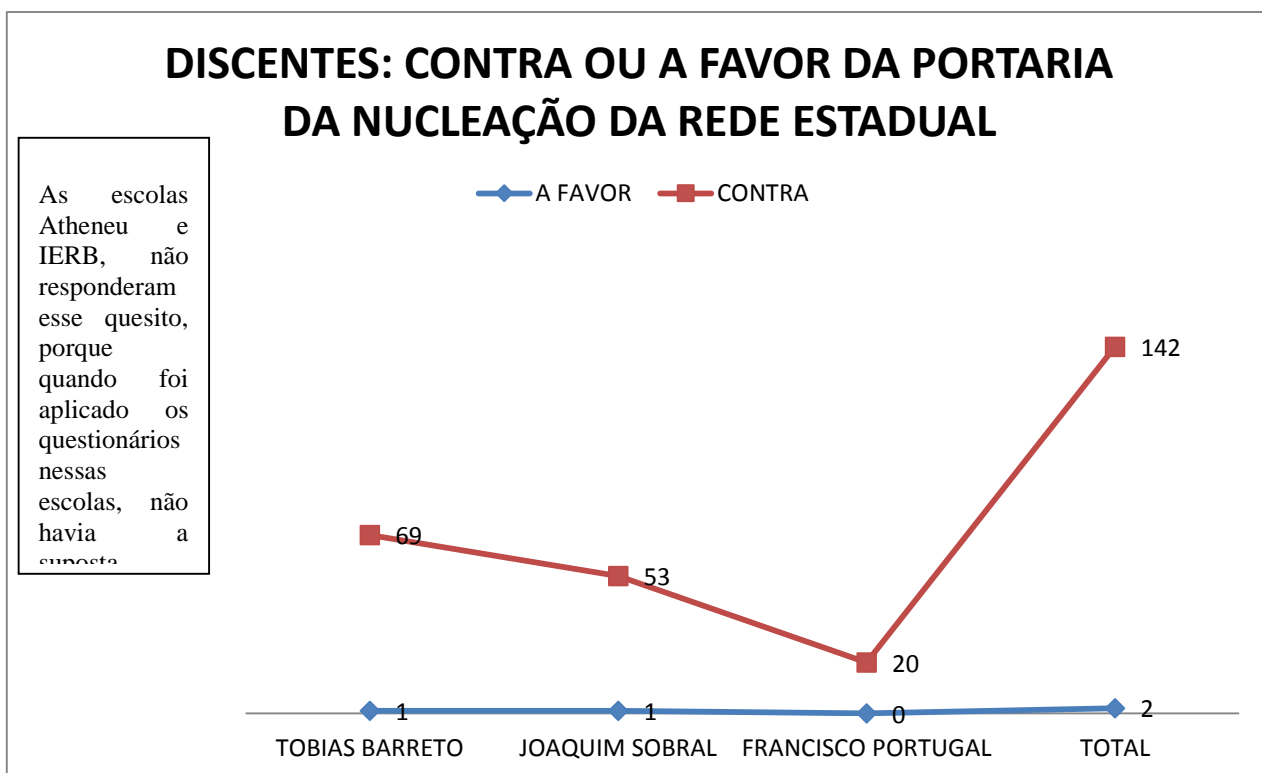
O gráfico acima revela a situação civil, econômica e social dos educandos, em um universo de 227 alunos que responderam aos questionários, 56% são solteiros, 30% são casados, 12% são divorciados. A média de idade está entre 25,3. Já a renda da família fica entre 1 a 2 salários mínimos na maioria dos educandos. O quantitativo de pessoas que habitam na casa dos discentes das escolas Atheneu, Instituto de Educação Rui Barbosa, Colégio Tobias Barreto e Joaquim Silveira, está na margem de 1 a 3. Já na Escola Estadual Francisco Portugal, fica na maioria em mais de 7 (sete).

Esse cenário citado acima revela uma realidade, econômica de uma sociedade movida pela política neoliberal.

Em uma síntese sobre as mudanças no nível e na distribuição de renda dos domicílios em treze países latinos – americanos, encontramos alguns achados muito significativos. O primeiro deles é que, seja qual for o indicador escolhido, o Brasil assume a liderança como país que possui a pior distribuição de renda, algumas vezes acompanhado pela Colômbia. Assim, verifica-se que em ambos os países 25% dos domicílios mais pobres se apropriaram apenas 5% da renda, enquanto os 10% mais ricos ficam com 43% (SOARES, 2002, p. 54).

Percebe-se que a distribuição de renda no Brasil ainda continua desigual, sendo que, a maior concentração de riqueza fica nas mãos de uma minoria privilegiada.

Gráfico 9. Contra ou a Favor da Nucleação



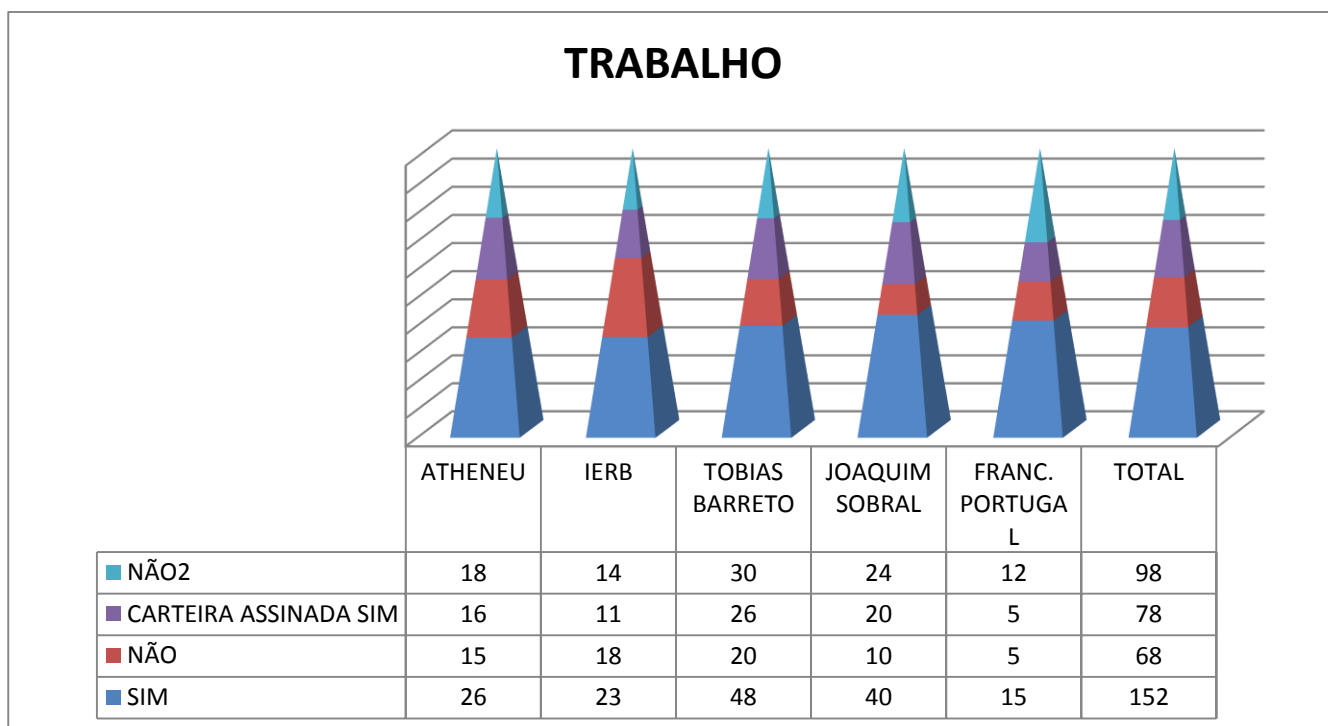
Ao analisar o gráfico em destaque acima nota-se que as escolas que responderam a este item, foram categóricas ao afirmar que eram contrárias ao fechamento do turno noturno da sua escola. Assim observa-se que de 70 alunos do Colégio Tobias Barreto, 69 foram contrários ao fechamento, 1 único aluno foi a favor do fechamento. Já no Colégio Estadual Joaquim Silveira, dos 54 estudantes que responderam à questão, 53 optaram contra e 1 a favor do fechamento. No Colégio Francisco Portugal, os 20 discentes que responderam ao item afirmaram de forma unânime que eram contra o fechamento do ensino noturno.

No ideário e no discurso correntes, tanto no interior como fora da escola, atribui-se frequentemente a deterioração da qualidade do ensino à presença cada vez maior de trabalhadores na escola. Faz-se referência aos alunos trabalhadores em termos de alunos "cansados", "sem interesse", "sem responsabilidade", o que não leva em conta que a maioria deles responde pela própria sobrevivência e, muitas vezes, da de suas famílias, e que a escola noturna ainda é vista por eles como um fio de esperança para saírem da situação em que se encontram (SGUISSARDI/ PUCCI, 1992, p. 38).

Percebe-se na citação que diante das dificuldades existentes no ensino noturno os educandos resistem, porque acreditam que a escola pode ser a esperança para eles de um futuro melhor.

O gráfico abaixo apresenta a realidade trabalhista dos estudantes do ensino noturno.

Gráfico 10. Trabalho



Observa-se que 152 estudantes afirmaram que trabalham e 68 não. 78 disseram que possuem carteira assinada e 98 afirmaram que não.

É importante destacar que 7 alunos deixaram em branco esse item sobre carteira assinada.

Os discentes começaram a trabalhar muito cedo chegando à média de idade de 16,3 anos.

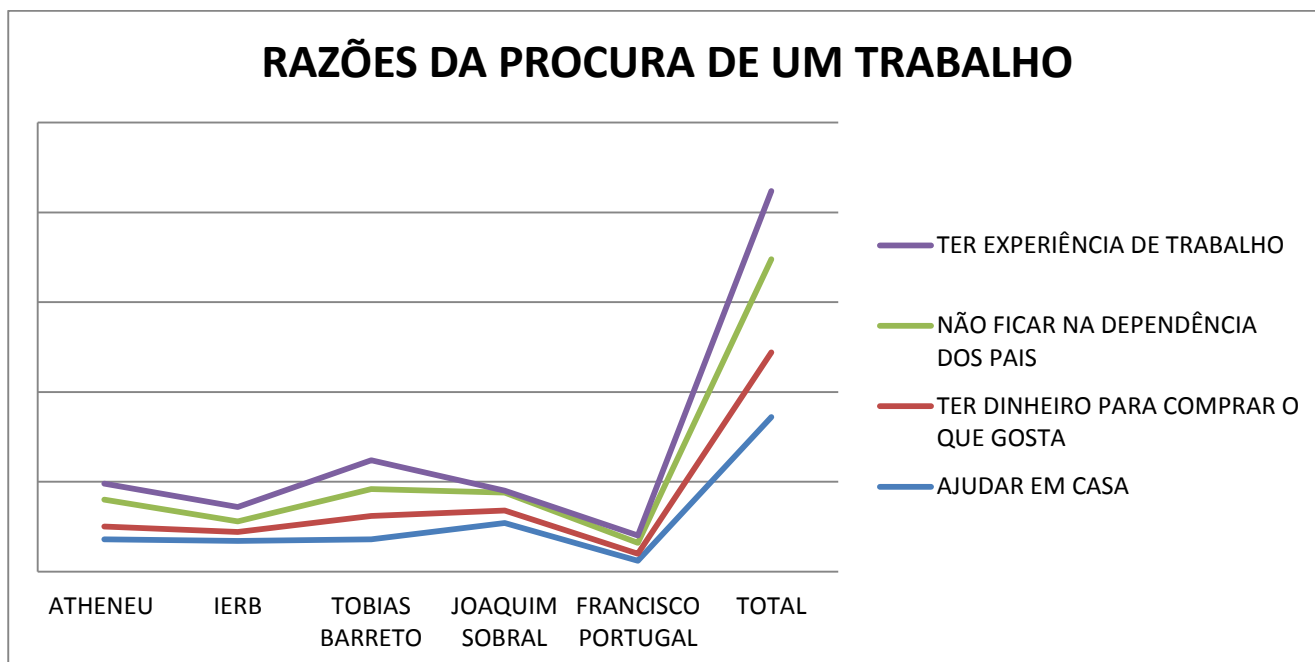
As atividades exercidas por eles são variadas, mecânico, auxiliar de professor, dona de casa, babá, comércio, bordadeira, doméstica, ajudante, gari, professor, etc.

Observou-se que 1 estudante afirmou que no momento encontra-se desempregado e outro aluno disse que nunca trabalhou. Esses dois casos são questões isoladas, pois a grande maioria tem alguma ocupação.

No caso do Brasil, a desistência de muitos jovens no Ensino Médio se dá ainda pela precariedade em que suas famílias encontram-se, a baixa ou nenhuma renda, o que faz com que os jovens sejam obrigados a trabalhar, mesmo sem carteira assinada ou com um salário baixo, pois, muitas vezes é só com esta renda que a família conta. Desta forma, a jovem deixa sua formação para mais tarde, e o retorno às vezes não acontece. Pesquisa do IBGE aponta a situação: dos alunos entre a faixa de 15 a 17 anos que estão fora da escola, estão porque precisam completar a renda familiar (BRAGA, 2008, p. 5).

Fica evidenciado na citação que a necessidade leva os educandos a aceitarem trabalhos com remuneração baixa e muitas vezes, sem a carteira assinada, vivendo do improviso e deixando o estudo de lado e o sonho de um futuro mais promissor.

Gráfico 11. Razões da Procura de Trabalho



O gráfico acima mostra o pensamento dos discentes acerca das razões que os levaram a buscar um emprego ou ocupação, 86 alunos responderam que trabalham para ajudar em casa. 36 para ter dinheiro para comprar o que gosta. Já 52 optaram por um emprego para não ficar na dependência dos pais e 38 foi objetivo ao dizer que procurou um trabalho para ter uma experiência.

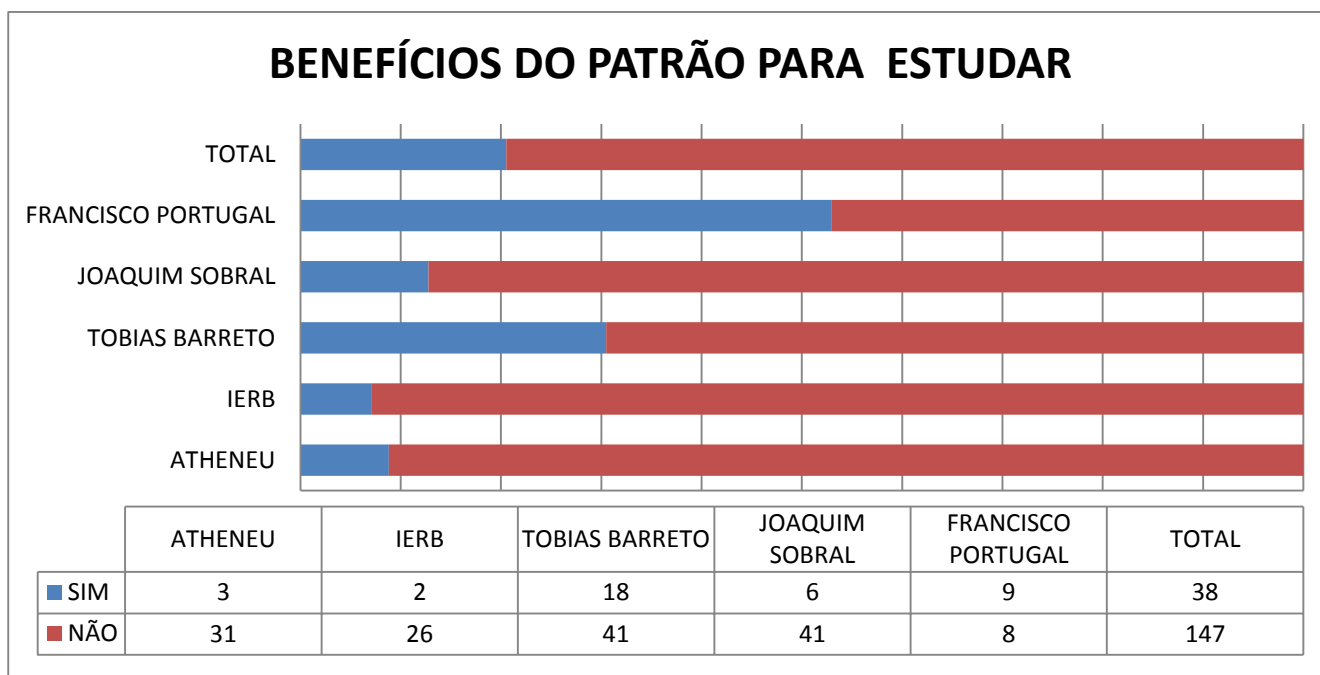
Percebe-se que os alunos almejam um trabalho na sua maioria para ajudar em casa, satisfazer a sua necessidade de consumo, ter independência econômica e por fim obter uma experiência.

Entretanto, não pode ser negado que a escola ainda representa para esses estudantes trabalhadores uma perspectiva de ascensão profissional e social.

(...) Eis por que a estrutura das oportunidades objetivas da ascensão social em função social da classe de origem e, mais precisamente, a estrutura das oportunidades de ascensão pela Escola, condiciona as disposições relativamente à Escola e à ascensão pela Escola, disposições que contribuem por sua vez de uma maneira determinante para definir as oportunidades de ter acesso à Escola, de aderir às suas normas e de nela ter êxito, e por conseguinte as oportunidades de ascensão social (BOURDIEU/PASSERON, 2009, p. 190).

Os escritores são categóricos em colocar a importância da escola, do estudo para a ascensão social. Porém, são poucos os discentes que finalizam os seus estudos e a chamada ascensão social é interrompida.

Gráfico 12. Benefícios do Patrão para Estudar



Observa-se no gráfico acima que são poucos os patrões que oportunizam que os seus funcionários possam estudar. Somente numa escola, a Francisco Portugal, que, segundo os alunos, recebem incentivos para poder estudar. Nas demais escolas, o incentivo é quase inexistente.

Dos 185 estudantes que responderam esta questão, 38 tiveram benefícios e 147, não.

Portanto, deixa transparecer que a grande maioria dos patrões está mais preocupada com o lucro do que com a formação e qualificação dos seus funcionários.

O cidadão – trabalhador é excluído exatamente desse algo a mais que uma experiência de escola vivida lentamente dá aos filhos dos não trabalhadores manuais, dos não operários: é-lhes negado o cultivo do ser pensante, racional, que eles são, é – lhes negada uma experiência sistematizada de saber duvidar, questionar , indagar os porquês. Exatamente a experiência que a escola oferece aos não – operários.

Poderá ser um operário letrado, não um pensante, nem um “sábio”: porque seu destino é ser um trabalhador não – intelectual. É esta condição que lhe é reservada na ordem sócio – econômica, onde tudo estará estruturado para que não pense, para ser um desqualificado (ARROYO, 2003, p. 51).

O autor revela que a política que é aplicada para o trabalhador é da negação do saber sistematizado da escola que permitirá a ele uma nova visão de mundo.

Portanto, fica claro que a realidade do estudante trabalhador é difícil e seu acesso aos estudos na maioria das vezes é negado.

Diante do exposto, os alunos trabalhadores deixam transparecer que têm uma vida árdua e de esforço.

Em função de medidas de “reestruturação” e “flexibilização” do mercado de trabalho, constata-se, além da geração de desemprego aberto, a transferência de mão-de-obra de atividade de maior produtividade e renda mais baixas, com aumento da informalização e da inserção em serviços precários. A heterogeneidade produtiva e a desigualdade na distribuição da renda foram acentuadas, ao coexistirem setores “modernos”, de cobertura mais limitada, com a expansão de atividade de baixa produtividade. Os jovens que não estudam nem trabalham representam hoje uma proporção muito maior que no início dos anos 80, afetando principalmente aqueles pertencentes a famílias de baixa renda, constituindo-se num indicador do risco de marginalidade e de reprodução de famílias com elevada vulnerabilidade econômica e social (SOARES, 2002, p. 51).

O autor deixa claro na sua reflexão que a educação é algo essencial na vida humana e que a mesma é “um processo de trabalho”.

A tabela abaixo revela os programas sociais nos quais alguns educandos participaram nas cinco escolas em que foram aplicados os questionários.

Tabela 20. Programas Sociais

PROGRAMAS SOCIAIS						
Ratifico que 1(um) aluno do IERB, participou do Projeto do Agente Jovem.	ATHENEU	IERB	TOBIAS BARRETO	JOAQUIM SOBRAL	FRANCISCO PORTUGAL	TOTAL
BOLSA FAMÍLIA	18	16	29	20	6	89
PROJOVEM	3	4	1	2	-	10
NUNCA	19	19	32	26	12	108
PETI		1		1		2
PRIMEIRO EMPREGO	-	-	5	-	1	6

AGENTE APRENDIZ	1	-	1	-	-	2
CENSO EDUCACIONAL	-	-	-	1	-	1

Fonte: Informações retiradas dos questionários aplicados aos discentes desta Unidade Escolar.

Os programas sociais que os estudantes participaram e aqueles que até o momento nunca tiveram oportunidade, assim vemos, 2 discentes participaram do Adolescente Aprendiz. 108 dos estudantes afirmaram nunca terem participado de nenhum programa social ofertado e também não alegaram as razões da não participação. 10 educandos fizeram parte do Projovem. 2 discentes do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), 6 Primeiro Emprego, 1 Projeto Agente Jovem, 1 Censo Educacional e 89 alunos participaram do Bolsa Família.

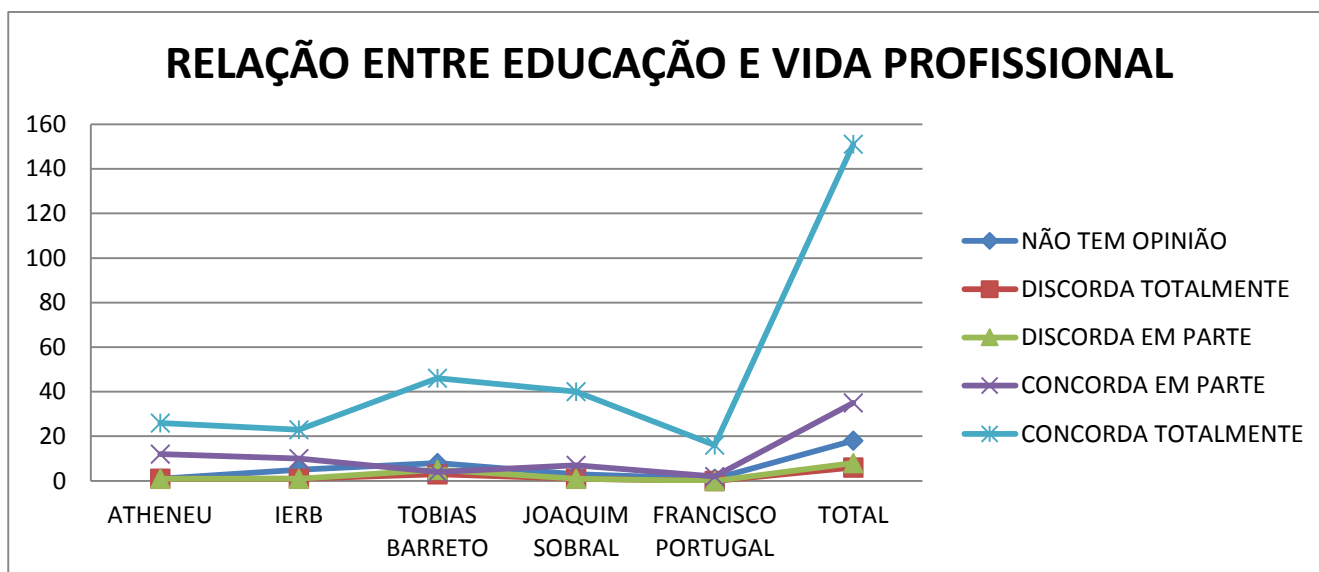
O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um de seus discursos ao assumir o Governo Federal, relatou,

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governoum programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros, tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.

Os programas sociais têm como finalidade maior possibilitar uma renda que para muitos representa um alento. É inegável a desigualdade social e econômica desse país que tem tudo para dar certo, até acabar com a miséria e a fome de seu povo.

O gráfico abaixo apresenta as expectativas dos educandos sobre a educação no sentido da mudança profissional.

Gráfico 13. Relação entre Educação e Vida Profissional



Observa-se que 151 alunos concordam totalmente que a educação pode modificar a vida deles. Já 35 concordam em parte, 6 discordam totalmente, 8 discordam em parte e 18 estudantes não têm opinião formada sobre o assunto.

Ao analisar as respostas fica evidenciado que a grande maioria dos estudantes acredita que a educação é o caminho para que eles possam modificar sua vida profissional e também social.

Caporalini, (1991, p. 30), afirma que “ a esperança de que a educação escolar fosse o meio seguro para a ascensão social fez com que surgisse o desejo de democratização do ensino.”

É bem verdade, que a educação representa uma válvula de escape para o futuro dos educandos, sejam eles trabalhadores ou não.

Entretanto, é preciso modificar a realidade da educação aracajuana, dando condições plenas para que os educadores e educandos possam de fato ter uma educação de qualidade.

Na tabela abaixo, observam-se as razões que levaram os discentes a optarem por estudar no ensino noturno. Entre elas temos 21 alunos que passaram para a noite porque a idade não permitia ficar no turno diurno, 13 por falta de interesse em querer estudar de dia. 157 afirmaram que passaram para a noite porque trabalham. 12 alegaram ir para a noite porque é mais fácil e 27 disseram que optaram pelo ensino noturno por outro motivo, como por exemplo, o casamento, cuidar dos filhos, conseguir emprego, etc...

Tabela 21. Estudar no Ensino Noturno

ESTUDAR NO ENSINO NOTURNO						

ITEM	ATHENEU	IERB	TOBIAS BARRE- TO	JOAQUIM SOBRAL	FRANCISCO PORTUGAL	TOTAL
OUTRO	7	10	2	8	0	27
MAIS FÁCIL	4	1	1	2	4	12
TRABA- LHA	26	28	55	34	14	157
FALTA DE INTERESSE DE ESTU- DAR DE DIA	4	1	4	4	0	13
A IDADE NÃO PERMI-TE	4	2	5	7	3	21

Nota-se nas respostas dos educandos que a migração para o ensino noturno, foi motivada por inúmeras razões. Porém, fica clara a importância da existência do ensino noturno, não só para os estudantes trabalhadores, mas também, para aqueles alunos e alunas que cuidam dos filhos, familiares e que por algum motivo não concluíram os estudos na idade certa.

É importante destacar os estudos feitos por Carvalho (1984), a autora destaca que,

(...) Duas evidências aparecem e nos desafiam: grande parte de nossa infância e juventude só estuda porque tenta “combinar” trabalho e estudo, e uma parcela, talvez maior, não consegue estudar porque necessita dedicar-se integralmente ao trabalho. (...) O aluno matriculado no período noturno, na sua grande maioria, já está engajado em trabalho assalariado durante o dia, quase sempre em turno de oito horas. O estudo à noite parece representar um

prolongamento da jornada de trabalho, por mais quatro a cinco horas, tanto para o aluno, como, muitas vezes, para o professor. E o trabalho precoce desses alunos decorre da necessidade de sobrevivência das famílias das classes trabalhadoras no momento social que atravessamos (CARVALHO, 1984, p. 7).

Portanto, deixa explícito, que uma boa parte destes alunos só estuda porque tenta conciliar estudo com trabalho. Já outros optam pelo trabalho, não tendo oportunidade de estudar.

Todo esse cenário descrito pela autora, em que hoje já faz 29 anos é vivenciado pelos alunos e professores, sem restrição nenhuma.

De fato, tanto educandos trabalhadores quanto educadores têm uma vida atribulada e cansativa, pois, ambos possuem uma jornada bastante árdua que de certa forma prejudica no desempenho e qualidade do ensino.

Na tabela abaixo pode – se analisar a frequência dos educandos do ensino noturno.

Tabela 22. Frequência dos Estudantes

FREQÜÊNCIA DOS ESTUDANTES						
ITEM	ATHENEU	IERB	TOBIAS BARRETO	JOAQUIM SOBRAL	FRANCISCO PORTUGAL	TOTAL
OUTRO	1	1	1	0	0	3
ÀS VEZES NA 2ª AULA	3	1	5	1	0	10
1ª AULA COM ATRASSO	6	10	9	8	1	34
19:00 ATÉ ÀS 19:15	31	30	49	42	18	170

É destacado que 170 alunos comparecem à escola no horário estabelecido pela Unidade Escolar das 19: 00 às 19: 15. 34 estudantes afirmaram que constantemente chegam à escola na 1ª aula com atraso. 10 discentes colocaram que às vezes só podem chegar na 2ª aula. Apenas 3 alunos responderam este item da seguinte forma:

- O discente disse que chega antes da aula começar mais ou menos às 18:30 h;
- O aluno chega também às 18:45 h;
- O estudante afirmou que chega à escola, às 18:30 h.

Nota-se na resposta dos estudantes, que a grande maioria chega no horário pré-estabelecido, sendo que três discentes conseguem chegar na escola antes deste horário.

No Documento Referencial (CONAE, 2010, p. 47), destaca que, “a democratização do acesso, da permanência e do sucesso escolar passa, certamente, por uma valorização positiva da escola”.

Portanto, a permanência dos discentes na escola e sua frequência, estão relacionadas à visão prioritária dos governantes que precisam oferecer uma escola digna para os filhos e filhas dos trabalhadores.

Observa-se a tabela abaixo sobre a frequência dos educandos às aulas.

Tabela 23. Frequência às Aulas

FREQUÊNCIA ÀS AULAS						
ITEM	ATHENEU	IERB	TOBIAS BARRETO	JOAQUIM SOBRAL	FRANCISCO PORTUGAL	TOTAL
FALTA PORQUE ESTAVA CANSADO DO TRABALHO	10	11	10	8	4	43
FALTA SEMPRE	1	0	1	1	0	3
FALTA DE VEZ EM QUANDO	17	19	32	29	4	101
ASSÍDUO	13	11	26	16	11	77

O primeiro ponto de análise é a questão da assiduidade, em que, 77 alunos afirmaram não faltarem às aulas, 101 discentes, responderam que faltam de vez em quando, 3 disseram que sempre faltam às aulas, 43 justificaram a falta às aulas por causa do cansaço do trabalho.

A escritora Caporalini (1991, p. 39), deixa claro que “o acesso do aluno trabalhador à escola constitui um direito fundamental e um meio para facilitar a sua participação de maneira consciente e crítica na vida socioeconômica-cultural e política da nação”.

Diante do exposto, pela escritora pode-se perceber que a participação dos educandos à escola é um direito constitucional, porém, as dificuldades encontradas pelos estudantes para frequentarem a sala de aula é real. Os motivos são variados, desde a saída do trabalho mais cedo, até a questão da motivação, etc...

Entretanto, boa parte dos discentes cujos esforços para não ficarem no meio do caminho, não desistirem e continuarem frequentando a sala de aula na perspectiva de um futuro melhor, fazem com que o ensino noturno permaneça atuante e vivo.

Na tabela abaixo, encontra-se o quantitativo de reprovações dos educandos e os motivos que levaram à repetência.

Tabela 24. Quantitativo de Reprovações e Motivos

ESCOLAS	REPROVAÇÃO					MOTIVO DA REPROVAÇÃO				
	NUNCA	1	2	3	MAIS de 3	DIFICULDADE DE APRENDER	NOTAS BAIXAS	FALTAS ÀS AULAS	DESINTERESSE	OUTRO
ATHENEU	11	15	14	4	2	12	12	5	3	6
IERB	16	19	5	2	0	12	6	0	4	4
TOBIAS BARRETO	14	23	27	2	1	13	20	4	5	8
JOAQUIM SOBRAL	16	9	16	6	4	14	10	5	4	2
FRANCISCO PORTUGAL	4	3	5	3	5	7	2	0	3	2
TOTAL	61	69	67	17	12	58	50	14	19	22

Percebe-se que 61 alunos das escolas que responderam aos questionários, nunca repetiram de séries. Já 69 discentes reprovaram uma vez. 67 duas, 17 três e 12 tiveram mais de três reprovações. Os motivos das repetências são vários. 58 estudantes alegaram a dificuldade de aprender o conteúdo ensinado. 50 alunos colocaram as notas baixas como razões da repetência de série. 14 discentes disseram que as faltas às aulas os levaram à reprovação. 19 estudantes colocaram como problema para o resultado negativo o desinteresse. 22 elencaram outros motivos, tais como, desistência, trabalho, cuidar do filho, problema com o professor, amizades negativas, falta de maturidade, problemas de saúde, etc...

Portanto, fica claro que a repetência foi um entrave na vida dos educandos do ensino noturno.

O escritor Arroyo, afirmou que,

Entretanto, a ênfase dada nas últimas décadas ao fracasso escolar do aluno faz com que se esqueça essa dimensão política e social e passe-se a buscar remédios na aceleração do aluno, na sua fixação nos bancos da escola (quando tem bancos), por mais um ano, de uma escolaridade pobre, sem recursos materiais mínimos. O importante passa a ser a diminuição dos índices de fracassos e evasões, ainda que este aluno nada aprenda, permanecendo mais uns meses numa escola que pouco tem a dar, além de uma merenda escolar. Lavamos a alma do Estado omissa e da ordem social classista. Enquanto nossas pesquisas e elucubrações pedagógicas centravam – se em encontrar novas metodologias de ensino, o dinheiro público era desviado do social para atrair o capital para os pólos de desenvolvimento e reproduzir as condições materiais e sociais de reprodução e acumulação desse capital (ARROYO, 2003 p. 26).

É importante debruçar-se nos escritos de Arroyo, o qual entende que o papel da escola não deve ser o fracasso, mas, sim, o sucesso.

O autor é categórico ao afirmar que a aceleração discente não resolve os problemas existentes na educação. A escola que é oferecida para a população menos assistida, é desprovida de tudo, muitas não têm material didático, merenda de péssima qualidade e a parte estrutural deixa a desejar os problemas são variados desde questões hidráulicas, elétricos e etc..

A falta de uma política de Estado comprometida com a educação faz com que o ensino não atenda aos anseios da classe menos favorecida.

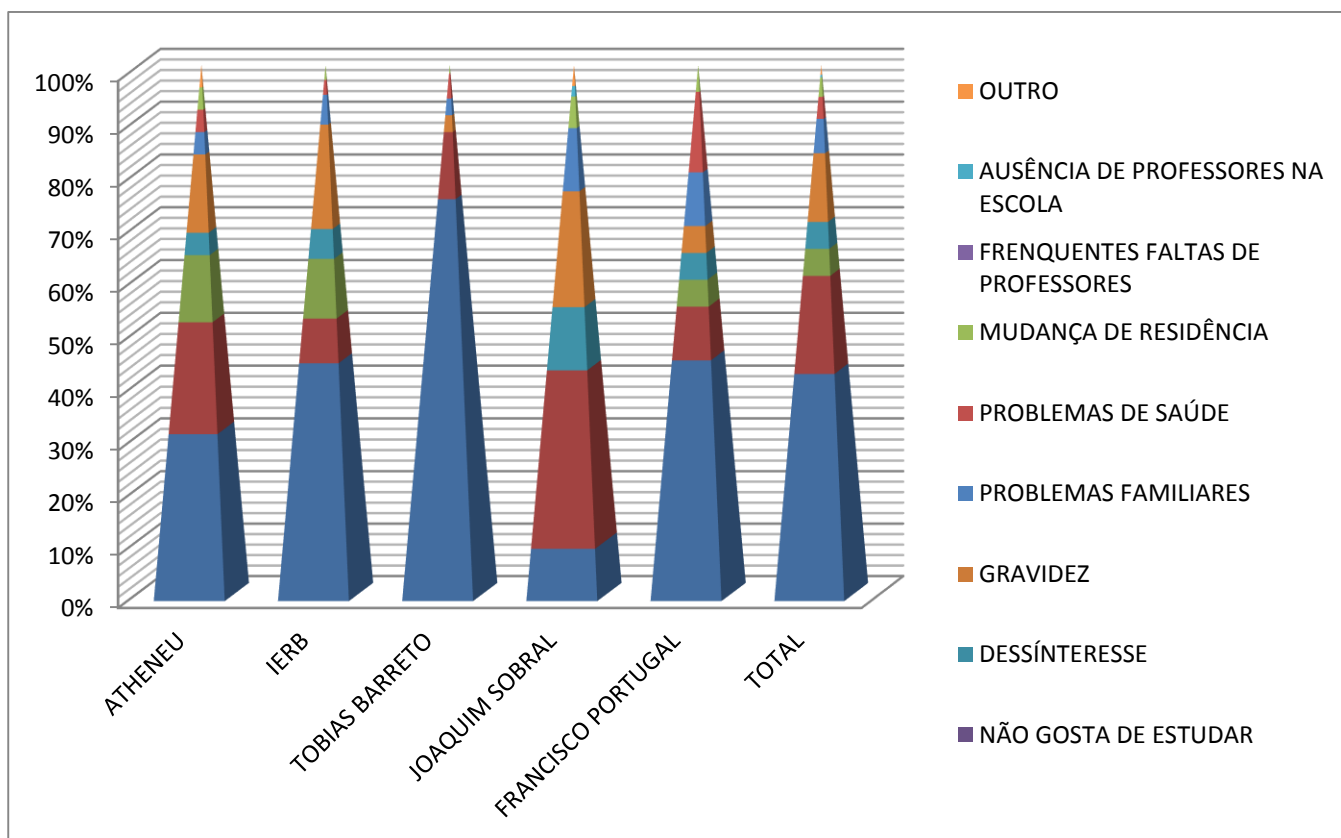
O gráfico abaixo destaca os motivos que levaram os estudantes pesquisados a pararem de estudar.

É bem verdade, que os pontos apresentados pelos discentes revelam que a educação necessita ser vista como investimento e não gasto. A desigualdade social é outro ponto relevante para a decadência do ensino.

Portanto, o cenário apresentado no gráfico abaixo mostra que as chamadas políticas públicas não chegam para aqueles que mais precisam.

Diante disso tudo, os jovens vão perdendo a esperança, se desestimulados e abandonando o estudo e a escola.

Gráfico 14. Abandono na Escola



Observa-se nas respostas desse item que 4 discentes afirmaram terem outro motivo sobre a questão em evidência, tais como, dificuldade de subsistência, trabalhava viajando, mudança de trabalho, etc...

Já 1 estudante disse que parou por ausência de professores na escola, 8 pararam por mudança de residência, 9 colocaram os problemas de saúde, 14 questões familiares, 28 a gravidez como motivo que levaram à interrupção dos estudos, 11 à falta de interesse para estudar, 11 disseram que o acúmulo de atividades fez com que eles parassem de estudar. 40 afirmaram que o trabalho foi o grande obstáculo para continuar estudando. Por fim, 93 alunos disseram nunca terem parado de estudar.

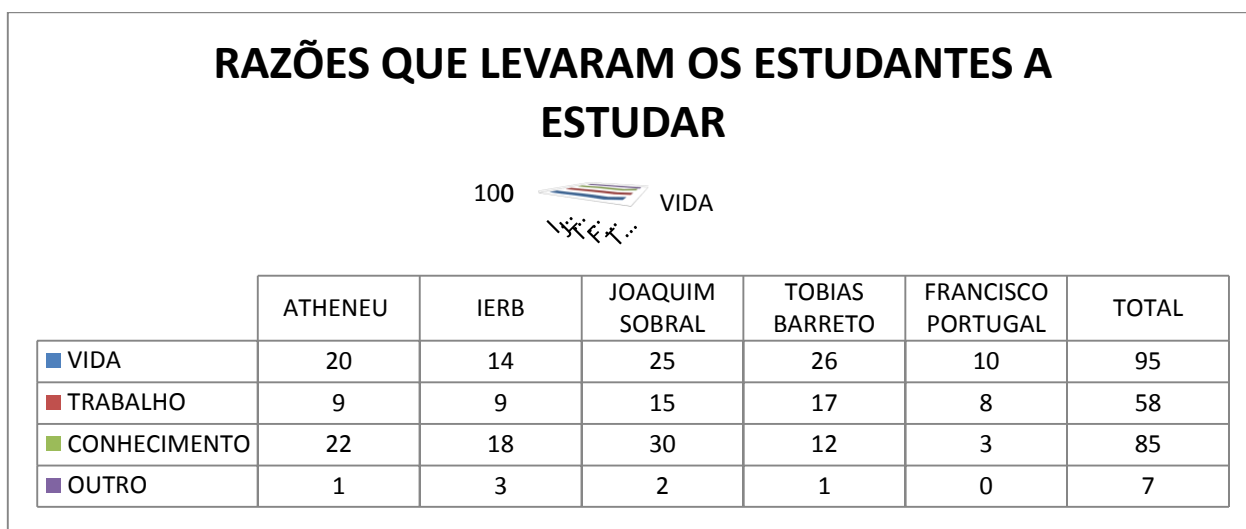
Nesta perspectiva, quando se pensa em caminhos para uma escola para o povo, surgem como medidas centrais a redução das taxas de repetência e evasão ou a permanência no sistema escolar único para se alimentar satisfatoriamente dos bens culturais, numa mesa onde o cardápio e o tempo para a comida sejam iguais para todos. É evidente que isso implica, como questão central, defender a mesma competência em todos os mestres na arte de distribuir um cardápio cultural igualmente rico para todos (ARROYO, 2003, p. 17).

Nota-se que o grande gargalo da educação noturna está na repetência, na evasão e no abandono dos educandos à escola. O escritor defende um ensino igualitário para todos, não

importando a classe social. Entretanto, esse sonho ainda não chegou, mas, é preciso que haja esforços no sentido principalmente do combate à repetência, a evasão e o abandono. Porém, não se pode negar todo esse cenário caótico e crítico só mudará quando tivermos de fato uma política que permita uma igualdade de direitos no âmbito social, profissional, econômico e educacional.

O gráfico abaixo apresenta as razões que levam os educandos a estudarem.

Gráfico 15. Razões que levaram os Estudantes a Estudar



Dos estudantes que responderam aos questionários, observou-se que 95 buscaram o estudo com o intuito de melhorar de vida. 58 para conseguir trabalho, 85 discentes disseram que estudam para obter conhecimento e 7 afirmaram outro motivo, tais como, ser professor, crescer na vida, entrar no quartel, comunicação, etc...

O aluno da escola noturna busca numa sala de aula um pouco mais de educação, uma educação de boa qualidade e que atenda a seus interesses. Se o conteúdo desenvolvido, se a transmissão de conhecimentos não se processa de forma a lhes servir de instrumental para a vida, eles podem ser levados a abandoná-la (CAPORALINI, 1991, p. 41).

Os educandos estudam pensando em alcançar os seus interesses principalmente social e econômico. Muitos acreditam que a escola pode possibilitar esses anseios. Porém, diante da falta de investimento na educação, ocasionando condições precárias de estudo e trabalho fazem com que muitos estudantes optem pela desistência e abandono dos estudos.

A tabela abaixo revela a importância da escola para os educandos.

Tabela 25. A Importância da Escola

IMPORTANCIA DA ESCOLA						
ITEM	ATHENEU	IERB	TOBIAS BARRETO	JOAQUIM SOBRAL	FRANCISCO PORTUGAL	TOTAL

FUTURO PROFISSIONAL	32	32	53	48	15	180
ENTENDER A REALIDADE	3	6	2	3	3	17
PARA O DIA-A- DIA	4	2	1	1	1	9
FAZER AMIGOS	3	1	1	0	1	6
CONSEGUIR TRABALHO	6	4	2	4	3	19

A maioria, 180 estudantes, vêem a escola como um meio de adquirir um futuro profissional. Já 17 discentes observam esta instituição como uma forma de entender a realidade. 9 alunos vêem a importância da escola para o dia-a-dia. 6 para fazer amigos e 19 para conseguir trabalho.

Nesse sentido, a Educação Popular, de corte progressista, democrático, superando o que chamei, na *Pedagogia do oprimido*, “educação bancária”, tenta o esforço necessário de ter no educando um sujeito cognoscente, que, por isso mesmo, se assume como um sujeito em busca de, e não como a pura incidência da ação do educador. Dessa forma são tão importantes para a formação dos grupos populares certos conteúdos que o educador lhes deve ensinar, quanto a análise que eles façam de sua realidade concreta. E, ao fazê-lo, devem ir, com a indispensável ajuda do educador, superando o seu saber anterior, de pura experiência feito, por um saber mais crítico, menos ingênuo. O senso comum só se supera a partir dele e não com o desprezo arrogante dos elitistas por ele. Preocupada seriamente com a leitura crítica do mundo, não importa inclusive que as pessoas não façam ainda a leitura da palavra, a Educação Popular, mesmo sem descuidar a preparação técnico profissional dos grupos populares, não aceita a posição de neutralidade política com que a ideologia modernizante reconhece ou entende a Educação de Adultos. Respeitando os sonhos, as frustrações, as dúvidas, os medos, os desejos dos educandos, crianças, jovens ou adultos, os educadores e educadoras populares têm neles um ponto de partida para a sua ação. Insista-se, um ponto de partida e não de chegada (FREIRE, 2001, p.16).

Percebe-se que o autor é categórico ao afirmar que é de fundamental importância que a escola saia da “educação bancária”, tradicionalista, em que, visava à mera transmissão passiva

dos conteúdos. Para Freire, é necessário desenvolver no educando o senso crítico, a chamada “leitura crítica de mundo”. Ele acredita que esse é o caminho que deve ser implantado na sala de aula, respeitando e vendo os discentes como sujeitos da sua própria ação educativa.

3.6. CARACATERIZAÇÃO DOS SUJEITOS INQUIRIDOS POR ENTREVISTAS APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS:

Com o intuito de possibilitar uma melhor organização na pesquisa em evidência, tomou-se como base ouvir, em princípio, a visão das entidades representadas, a DEA (Departamento de Educação de Aracaju) que expressou sua visão sobre a crise. A outra entidade representando os docentes como o todo, foi o sindicato. O representante escolhido do referido sindicato, foi o Diretor Executivo de Educação que externou o posicionamento da entidade sobre o tema em tela. As outras representações selecionadas abrangeram especificamente o universo escolar, sendo que, as abordagens foram feitas em duas escolas o Centro Experimental do Ensino Médio Atheneu Sergipense e o Instituto de Educação Rui Barbosa. Nessas escolas, observou-se a visão dos gestores e docentes que foram escolhidos de acordo com critérios tais como tempo de serviço e por terem vivenciado a crise do ensino noturno nas escolas que ministravam suas aulas.

Tabela 26. Identificação dos Entrevistados.

NOME	IDADE	ESTADO CIVIL	REPRESENTAÇÃO
A.M.M.C	49 anos	Casada	DEA
N. D. S.	46 anos	Casado	SINTESE
G.F.L.	45 anos	Casado	Diretor (a)
E. A.S.	42anos	Divorciada	Diretor (a)
A.M.M.	56 anos	Divorciada	Docente
E.M.B.S	47 anos	Solteira	Docente

A tabela acima apresenta os entrevistados, em que, a média da idade varia entre 47 a 56 anos. Observou-se que existem três casados, dois divorciados e uma solteira.

Pode-se observar nos apêndices o resumo das entrevistas dos inquiridos. E 1 (Entrevistado um), refere-se, ao representante do Departamento de Educação de Aracaju - DEA. E 2 (Entrevistado dois), representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Sergipe - SINTESE. E 3 (Entrevistado três), diretor, do Centro Experimental do Ensino Médio Atheneu Sergipense. E 4 (entrevistado quatro), diretora, do Instituto de Educação Rui Barbosa (Escola

Normal). Os entrevistados 5 (cinco) e (seis), representam os docentes, que foram selecionados aleatoriamente para representar os professores das escolas Atheneu Sergipense e do Instituto de Educação Rui Barbosa. A escolha dos mesmos foi feita por causa do tempo de serviço que ambos têm na Unidade Escolar e por vivenciarem a crise.

Observou-se nas respostas dos inquiridos (ver nos apêndices) que referente à categoria crise do ensino noturno, pode-se afirmar que somente a (o) E 1, que não há a existência de crise. Para ele (a), o que existe de fato é uma redução de matrícula desencadeada provavelmente pela diminuição da distorção idade série ou pelo efeito da correção de fluxo. Estranha-se o fato dos índices de abandono que estão em franco crescimento, o que demonstra a fragilidade do sistema de correção de fluxo. Portanto, a redução de matrículas do ensino noturno não pode ser preponderantemente explicada através da redução idade série. Para E 2, o ensino tem duas modalidades, sendo que o ensino regular médio na rede quase inexistente. A EJA está praticamente em todas as escolas do turno noturno. Gradativamente o ensino médio regular está sendo extinto na rede. Portanto, os pontos abordados pelo professor têm veracidade, ficando assim, explicitada a existência da crise do ensino noturno. E 3, é categórico ao afirmar que a crise existe por causa dos “Pacotes Educacionais”. Fica evidenciado, na resposta do entrevistado que os produtos prontos implantados pelo governo fizeram com que, houvesse a decadência do ensino noturno. E 4, admite a existência da crise não somente no ensino noturno, mas, também, nos outros turnos. Fica evidenciado, pela colocação da entrevistada que o caos do ensino noturno está abrangendo aos poucos os demais turnos. E 5, entende que estamos vivendo uma crise profunda. Para ela, o discente tem a liberdade de escolher fazer vestibular ou um curso técnico, porém, essa escolha está sendo negada. O educando pode aliar o técnico e o médio, porém, esse direito não está sendo respeitado. Diante disso, o educando, por falta de opção, acaba abandonando os estudos. E 6, deixa claro, que estamos vivendo uma crise, não só no Curso Normal, mas, também, em outras escolas. É posto que esta crise é oriunda dos pacotes educacionais, projetos de aceleração, que impedem que o educando trabalhador possa ter seus estudos de forma regular. Para a entrevistada, o fechamento do ensino regular noturno está gerando uma grande crise. É bem verdade, que a redução de matrículas e o fechamento do turno, abrangem as duas modalidades, Regular e EJA.

Bourdieu/Passeron, destacaram que,

A situação de crise nascente é a ocasião de discernir os pressupostos ocultos de um sistema tradicional e os mecanismos capazes de perpetuá-lo quando os preliminares de seu funcionamento não estão mais completamente preenchidos. É no momento em que começa a se romper o acordo perfeito entre o sistema escolar e seu público de eleição que se revela o efeito a “harmonia preestabelecida” que mantinha tão perfeitamente este sistema que excluía toda interrogação sobre o seu fundamento (BOURDIEU/PASSERON, 2009, p.p.129 e 130).

Diante do exposto, a autora deixa claro que o ensino é pensado prioritariamente para o turno diurno. Sendo que, mesmo os números mostrando que a demanda à política implantada não é prioridade.

Logo, pela falta de uma política de Estado referente ao ensino noturno, faz com que, o cenário de crise se aprofunde cada vez mais.

O fechamento do Ensino noturno em algumas escolas, é outra categoria em destaque. A E 1, apresenta duas possibilidades para o fechamento que é a redução do número de alunos por turma e escolas próximas, oferecendo a mesma modalidade de ensino. Pode-se notar que só agora pós- instalação da crise que está se pensando em modificar essa situação. Esse é um cenário que há muito tempo se arrasta e com a existência da crise é que se chegou a um diagnóstico paulatino. A E 2, afirma que o sindicato não foi capaz de reverter no interior da secretária da educação as determinações de encerramento das turmas nas referidas escolas. É importante destacar que algumas escolas tiveram o apoio do sindicato e pela ação interna dos docentes fizeram com que o cenário fosse modificado, não havendo a principio o fechamento. A E 3, coloca que os Pacotes Educacionais foram o grande vilão para o fechamento do ensino noturno. É bem verdade, o Colégio Atheneu não tem uma comunidade própria, porém, é importante destacar que há muitos anos que esta instituição não tem comunidade própria e a demanda de alunos não era baixa, pelo contrário, era uma das maiores do centro da cidade. Na verdade a decadência do Atheneu começou a partir do momento em que a escola começa a ser transformada em Centro de Excelência, priorizando o turno diurno e desprezando o noturno. O gestor relata que a reação dos docentes ao fechamento foi difícil porque muitos professores já tinham um bom tempo de escola e a saída foi algo terrível. Já os alunos a reação segundo o diretor, foi mínima, principalmente pelo quantitativo de discentes ser pequena, aproximadamente 50 alunos. O gestor destacou que antes do fechamento a escola no turno noturno tinha 54 alunos. A E 4, afirma que a redução de matrículas e fechamento do turno noturno em algumas escolas, foi motivada pela política de oferecimentos de vários cursos, em que, o incentivo econômico e a formação aligeirada fez com que muitos alunos optassem por essa alternativa. Fica explícito, que a política implantada não era a de resolver a crise. A gestora relata que a decisão do fechamento ou extinção do curso noturno foi uma decisão unilateral, não houve um diálogo profundo com a comunidade escolar. Havia público para estudar na escola, mesmo assim, o governo optou por fechar. A comunidade escolar foi surpreendida com a ação da secretaria de educação. A justificativa usada foi a LDB, porém, sem muita consistência, entretanto, por meio de uma Portaria, deliberou o término do curso, sendo as últimas turmas em 2013. A E 5, deixa evidenciado, que a crise no ensino noturno foi acontecendo. A diminuição de matrículas e turmas de forma paulatina sem os docentes perceberem. E a criação do

Centro de Excelência foi o ápice para o fim do ensino noturno na Unidade Escolar. A professora descreve que a reação dos professores para a manutenção do turno noturno foi grande, apresentaram propostas de cursos profissionalizantes, porém, o governo não aceitou. Chegando assim, ao fechamento em 2010. A E 6, coloca que a diminuição de matrículas foi ocasionada pela divulgação do término do Curso Normal feito pela Secretaria de Educação. Assim, o ensino noturno perdeu um grande número de alunos, chegando ao fim este ano de 2013. A reação dos professores, quase não houve por causa do posicionamento unilateral do governo, em que, ao determinar por portaria o fim do curso, os docentes ficaram sem o apoio direto dos educandos que receberam essa ação do governo de forma desestimulante. Portanto, a comunidade escolar foi pega de surpresa e a reação quase não existiu, chegando assim, à extinção do curso.

Segundo, Arroyo, (2003),

(...) A escola é um projeto de classe e não de uma burguesia esclarecida, de um dirigente benevolente ou de um educador comprometido. Um projeto de uma classe só pode ser enfrentado por outro projeto da e para a classe antagônica, visando à apropriação e à redefinição desse projeto a serviço de interesses de classe, e não a serviço da melhor sorte e da ascensão de alguns indivíduos (ARROYO, 2003, p. 19).

Nota-se que o cenário de exclusão é oriundo de várias razões como a política de fechamento de turno que inviabiliza que a classe menos favorecida tenha acesso à escola e ao saber.

Portanto é necessário um projeto que de fato traga para os estudantes trabalhadores e para a classe excluída, o direito de estudar e obter conhecimento.

A E 1, apresenta vários pontos que ocasionam a evasão, porém, as soluções para tal problema não foram abordadas pela mesma. As questões elencadas pela entrevistada são situações que são oriundas de longos anos. Entretanto, entra governo e sai governo e o cenário de crise na educação se aprofunda cada vez mais. O E 2, coloca que a evasão é um problema que abrange questões de âmbito econômico, no sentido da carteira escolar, em que, muitos alunos se matriculam para obter este benefício, ao adquiri-lo, se evade da escola. Outro item que ocasiona a evasão apresentado pelo entrevistado, é o trabalho, em que, muitos têm dificuldades de conciliar com os estudos. Por fim, é citado o fracasso escolar, várias reprovações levam à desistência e evasão.

Portanto, existe uma série de entraves que precisam ser combatidos desde a sua nascente, caso contrário, a situação continuará caótica e em crise. O E 3, destaca como foco da evasão o cansaço provocado pelo trabalho. Na verdade, é um obstáculo muito presente na escola, conciliar estudo com trabalho. Esse conflito muitas vezes leva o educando à evasão. Para a E 4, o grande problema da evasão está naqueles alunos que retornam à escola depois de muito tempo fora, doze e mais anos. Esse educando quando retorna não tem o mesmo desempenho daquele que praticamente

nunca parou de estudar. Diante disso, a dificuldade de acompanhar o que está sendo ensinado leva-o à evasão. Essa questão acontece em muitas escolas do ensino noturno. E 5, destaca que a falta de motivação e oportunidade de escolha de estudo, leva o educando à evasão. E 6, aborda dois pontos fundamentais que levam à evasão: A defasagem de idade-série, que faz com que muitos alunos passem para a noite e ao não se adaptar evadem. O outro é a questão do trabalho, em que, muitos não conseguem conciliar trabalho com estudo.

Para Carvalho, (1984, p. 88), relata que “a escola não é continuação ou complemento do trabalho, mas atividade que cria problemas”.

Fica evidenciado, que um dos entraves do educando para continuar estudando é o trabalho. Conciliar sua vida laboral com os estudos é algo muito complicado é difícil. São poucos educandos que conseguem vencer essa dicotomia trabalho/estudo.

Caporalini, afirmou que,

(...) O aluno do noturno tem experiência de vida bastante rica, pois geralmente desde a mais tenra idade assume responsabilidades domésticas, além de cuidar da própria sobrevivência. Leva com ele os afazeres e as preocupações de um estudante e de um trabalhador, mas provavelmente se desencanta quando, na escola, não encontra um ambiente que leve em conta esta sua realidade (CAPORALINI, 1991, p.88).

Pode-se constatar nos relatos da autora, que muitas vezes o educando evade-se da escola noturna, porque, a mesma não é preparada para acolher verdadeiramente o estudante trabalhador.

A categoria Currículo do Ensino Noturno, é vista pelos entrevistados na sua maioria de forma homogênea, ou seja, praticamente não há diferença entre o currículo diurno do noturno. A E 1, afirma que o currículo da EJA é igual. A diferença existente é somente no Ensino Médio regular. E 2, destaca que no ponto de “vista pedagógico os dois currículos não se diferenciam”. E 3, coloca de forma categórica que o currículo existente não é diferente do diurno. O entrevistado defende que seja diferente, até porque, a realidade dos educandos do turno diurno em relação ao noturno é diferente. Isto é, quem estuda de dia na sua maioria vive só para estudar, o contrário do estudante noturno. E 4, relata a realidade do curso normal no âmbito curricular, abrangendo a questão do horário, intervalos, etc. Para a entrevistada só há diferença na carga horária.

Analisando Saviani (1992, p.22), “a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber”.

Portanto, a escola deve ser aquela que proporciona o conhecimento sistemático, entretanto, o conhecimento assistemático não pode ser desprezado.

Condo entende que é preciso,

Repensar um currículo que seja adequado ao perfil e às necessidades dos jovens trabalhadores é um desafio urgente para a educação brasileira, por se tratar de uma parcela muito significativa de alunos que são trabalhadores e que só têm possibilidade de formação escolar em cursos noturnos. (GONDO, 2009. p.13).

Nota-se que a crítica feita pelos autores acerca do sistema tradicionalista, em que, a exclusão e a reprodução do sistema dominante é algo real.

É preciso modificar essa realidade reprodutivista existente na escola tradicional e que ainda nos dias de hoje permanecem.

Na categoria dificuldade, fica explícito nas colocações dos entrevistados que a educação noturna tem uma série de problemas que abrange desde as questões estruturais, educacionais, sociais, econômicas e políticas.

Para a E 1, a maior dificuldade está na evasão, os educandos se matriculam e depois por algum motivo se evadem.

O E 2, faz um apanhado genérico enfrentado pelo educando do ensino noturno, relaciona vários problemas que perpassam pela escola noturna. O cotidiano deste educando com suas variáveis, não é observado. A evasão ponto principal, a falta de uma política pedagógica específica para este turno, condições de trabalho, a violência existente e por fim, a preocupação de uma formação global do educando respeitando assim, sua realidade e interesses educacionais.

Esses e outros pontos foram abordados pelo entrevistado, revelando assim, que a educação noturna está sem norte e que precisa encontrar o caminho.

O E 3, destaca como dificuldade a questão da evasão provocada pelos Pacotes Educacionais. Para ele, é preciso trabalhar melhor os pacotes possibilitando assim, uma formação melhor para o educando.

A E 4, coloca toda dificuldade existente na falta de recursos para gerir a escola, como também, a princípio, o relacionamento com os docentes, segundo a entrevistada “teve que quebrar os vícios públicos e conquistar a confiança dos professores”.

Portanto, a gestora abordou esses dois pontos como de maior dificuldade encontrado por ela no ensino noturno.

Para a E 5, a primeira dificuldade é a falta de condições de trabalho, os docentes retiram muitas vezes dinheiro do próprio bolso para executar a tarefa e poder trabalhar. O dia estafante de trabalho do educando que chega à escola, cansado. Esses são os pontos principais destacados pela entrevistada no âmbito da dificuldade do ensino noturno.

Já a E 6, apresenta como dificuldade o cumprimento de horário do educando que, por causa do trabalho, muitos chegam atrasados à escola, à falta de tempo dos estudantes para estudar e fazer as tarefas pedidas pelo docente e por último ao sábado letivo que muitos alunos não podem comparecer.

Portanto, o ensino noturno precisa ser olhado de forma especial, cuidadosa, tendo como principal objetivo possibilitar que os educandos possam de fato poder ter o direito de estudar e assim ter um futuro mais promissor.

Carvalho, 1984, relatou que,

Deixa-se de levar em conta as condições em que se realiza a alternância trabalho-escola, como se todo trabalho assalariado tornasse impossível o desenvolvimento intelectual. A questão, porém, parece ser outra. Somente numa organização social onde o conceito de trabalho tenha sido alterado trará como consequência forte associação do ensino com o trabalho, possibilitando que crianças, jovens e professores se dediquem às duas atividades concomitantemente (CARVALHO, 1984, P. 51).

Percebe-se na citação da autora que é preciso pensar numa política que possa de fato agregar trabalho com estudo.

As dificuldades existentes são muitas e variadas. Este cenário precisa ser mudado, leis que possam possibilitar que o educando tenha condições plenas de estudar e trabalhar precisam ser criadas. Como também as condições de trabalho docente e da sua valorização. Enquanto isso não acontecer, o ensino noturno continuará em crise.

Ao analisar a categoria perspectiva para o ensino noturno, observa-se que o E 1, coloca como expectativa que a escola possa oferecer o ensino noturno aqueles que não conseguiram finalizar os seus estudos na idade certa. Já o E 2, defende a existência de um fórum com a finalidade de desenvolver uma política de educação para a modalidade de ensino exclusivamente. Para ele, a EJA precisa deixar de ser uma modalidade voltada para correção de fluxo e ter uma definição pedagógica mais geral.

Em resumo, o entrevistado entende que “Deveremos definir parâmetros, arcabouço pedagógico, currículo e propiciar um ambiente onde a relação cultura, formação e informação formem um arcabouço fundamental para o salto de qualidade do aluno do referido turno”. O E 3, coloca a necessidade de criar novas ofertas de cursos que possam atrair os educandos para a escola. O mesmo defende os cursos profissionalizantes que para ele esses cursos poderão trazer o alunado para a escola. A visão do E 4, está voltada ao oferecimento de cursos profissionalizantes na área de educação. Cursos como, Secretariado, Alimentos, Multimeios e Infraestrutura. Acredita a gestora, que esses cursos manterão a escola aberta. Já a E 5, acredita que a única perspectiva para manutenção do ensino

noturno está na luta dos professores, alunos, comunidade escolar e da sociedade para que não acabe o ensino noturno. A E 6, defende a formação de todos os seguimentos da escola por meio de cursos que sejam oferecidos à unidade escolar. Para a entrevistada, a crise pode ser solucionada através de uma política voltada para o ensino noturno, a criação de um diagnóstico, que possa analisar a escola como um todo. Depois dessa avaliação caberá a elaboração de um projeto para o ensino noturno.

No quadro abaixo observa-se a categoria nucleação da rede. Nesta temática é extraída a visão da DEA e do Sindicato.

Tabela 27. Nucleação da Rede Estadual

CATEGORIA: NUCLEAÇÃO DA REDE NO TURNO NOTURNO	
DEA	SINDICATO
<p>E 1 - Olhe essa nucleação, vindo assim, a grosso modo, parece até que foi de uma hora para outra, mas é o resultado desse trabalho todo que a gente está aqui discutindo que se iniciou lá em 2006, com data de 2006, 2007, 2008, para em 2009, a gente começar a discutir como foi inicialmente o que a gente fez no conjunto Bugio, já relatado aqui, que a gente começou em 2009, mas só se concretizou lá no conjunto Bugio em 2011, em 2012, Essa nucleação a grosso modo parece que a gente fez de uma hora para outra, mas isso é um trabalho que a gente já vem discutindo, que a gente já vem alertando as escolas, para essa questão da redução de alunos, de abrir a escola, escola como o Atheneu que tem 25 salas, com apenas 3 salas funcionando, o Médici com 19 salas, também com 3 turmas do Médio regular, com número reduzido de alunos, uma turma com 9, 1º Ano com 9 alunos, 2º Ano com 12 alunos, 3º Anos com 28 alunos. O Djenal Tavares de Queiroz, 10 salas, apenas 2 salas</p>	<p>E 2 - O problema do ponto de vista sindical aparecerá no fechamento de postos de trabalho. Mesmo usando uma linguagem fabril, é preciso esclarecer que caminhamos a passos largos para a paralisação da rede em termos de professores, visto que os governos que se sucedem não apresentam uma política de estruturação humana na rede e fazem concursos públicos para suprir vagas que, na verdade, não existem na quantidade aludida. A inexistência de uma cultura de planejamento, inclusive com levantamento estatístico do déficit de professores na rede, tem sido a principal causa da inapetência da rede nesse quesito. O fechamento de turnos noturnos e de escolas tem provocado o deslocamento do professorado para outras escolas que não são próximas a sua residência, ocasionando um aumento do dispêndio para esses professores. Nota-se que o fechamento vem acompanhado do possível aumento de despesas para muitos, gerando a recusa por parte do professorado de ocupar as vagas existentes.</p>

<p>funcionando, a 2ª Etapa dos 29 alunos matriculados, 3 alunos frequentando, a 3ª Etapa, 20 matriculados, 6 frequentando, a 4ª Etapa, de 20 alunos matriculados, não havia aula no dia visitado. E aí, o terceiro colégio visitado, dessa nucleação foi o Jackson Figueiredo, que foi a única que a gente percebeu que tinha um quantitativo de alunos que valia a penas, pelo menos a escola está aberta, o colégio oferece à noite as seguintes modalidades: EJAEF - 1ª Fase, tendo uma turma com 16 alunos matriculados, EJAEF - 2ª Fase, 94 alunos matriculados distribuídos em 4 etapas e o EJAEM tem 100 alunos matriculados, distribuídos em 4 etapas, 25 por turmas, o colégio tem 17 salas, estando 8 ocupadas, e um número de 210 alunos no turno correspondente. Dentre os colégios visitados foi o que apresentou melhor frequências dos alunos. Alguns professores fizeram algumas observações quanto ao número de alunos, relacionando o fato ao período natalino, que foi nessa época, 20 de Dezembro. E que muitos trabalham no comércio em uma jornada de trabalho mais intensa, aí no final de ano, a pedagoga, fez questão de mostrar o quadro de apuração de notas do EJAEM referente ao semestre passado, enaltecendo o número significativo de alunos frequentes e acentuando a redução normal em todas as escolas no 2º semestre. Porque toda a escola que a gente visita, a gente percebe que as escolas falam que o 2º</p>	<p>Outro aspecto da Nucleação é que ela não tem levado em conta a variação populacional, tampouco o censo educacional que aponta áreas e faixas-etárias onde o analfabetismo impera. Embora seja uma fonte vital para entender a dinâmica educacional e social, o censo não tem sido observado, inclusive com o olhar científico que requer.</p> <p>A Nucleação esconde o debate pedagógico da falta de saída para a crescente e assustadora evasão escolar no ensino noturno, principalmente na EJA. Em muitas Unidades Escolares, a estatística aponta para uma média de 60% de evasão. Tal fato tem gerado o sentimento de incapacidade em resolver o problema. Cada vez mais os técnicos pedagógicos não conseguem respostas ao descalabro do insucesso escolar noturno e buscam resolver com medidas impensadas, pois fechar escolas e turnos noturnos é renunciar, inclusive legalmente, a correção de fluxo e a um modelo de desenvolvimento econômico e social que tem na educação a mola mestra.</p>
--	---

semestre sempre é um problema, porque os alunos evadem muito no 2º semestre. Muito mais que no 1º Semestre. O primeiro tem evasão, mas uma evasão considerável, Mas no segundo semestre é desgastante, porque os professores lidam com isso todo o semestre.	
--	--

Nota-se na tabela acima que a Categoria nucleação, para o E 1, já se arrasta por muito tempo tendo seu ápice 2006, 2007, 2008, 2009, etc...

É apresentada uma redução drástica de matrículas e alunos no ensino noturno em várias escolas. O 2º semestre é o período mais crítico, pois, encontra-se uma evasão grande nesse semestre. Já E 2, vê a nucleação como fechamento de postos de trabalho. Outro ponto, é que a nucleação não leva em consideração o aumento populacional e censo educacional.

Portanto, para E 2, a nucleação esconde o debate pedagógico e a evasão chega a 60%. Diante disso, pode-se perceber como a Nucleação é ruim para os docentes e a comunidade escolar como um todo.

A importância de ter esses alunos no Ensino Médio Noturno não se mede pelo número de alunos adultos matriculados e sim, pelo alcance e significado que essa aprendizagem terá na vida destas pessoas, sobretudo o resgate da dívida social, assumindo sua dignidade humana, promovendo a defesa dos direitos humanos, despertando e integrando-os na comunidade (GONDO, 2009 p. 25).

Fica evidenciada na citação acima a importância do ensino noturno, principalmente, para aqueles que mais necessitam.

Observa-se que de fato o “resgate da dívida social” bastante significativa, é preciso possibilitar que os estudantes trabalhadores possam ter o direito de estudar com plenas condições.

Portanto, o ensino noturno não pode ser visto e nem concedido com precariedade. A escola tem que estar preparada em todos os sentidos para absorver essa clientela não importando o quantitativo. Até porque, a educação é um direito de todos, dificultá-la é um desserviço.

A tabela abaixo apresenta a visão dos entrevistados no âmbito da formação continuada, sendo que os entrevistados 2 e 3 não responderam a esse quesito.

Observa-se que a formação continuada é um direito do docente, porém, em relação a Rede Estadual, os professores quase não são agraciados com esse direito. Muitos professores, na maioria das vezes, buscam por conta própria a sua qualificação ou formação.

É bem verdade, que muitos educadores conseguem alguma formação continuada através das conferências e cursos oferecidos pelo sindicato.

Em suma, esse quesito formação ainda não é realidade para os professores das escolas da Rede Estadual e dos docentes do ensino noturno.

Tabela 28. Formação Continua

CATEGORIA: Formação Continuada
<p>E 1 - A DEA não é o órgão competente para a elaboração de cursos, oferecidos aos professores da EJA, entretanto existe uma equipe de coordenação e monitoração. Que sempre está coordenando e mobilizando os cursos oferecidos da Plataforma Paulo Freire. São cursos destinados ao Ensino Regular e EJA.</p>
<p>E 4 - Não tenho conhecimento. Em 2010 nós trouxemos com uma parceria com DIES, o Curso de Braile, a linguagem de sinal. Não só para os professores da casa, como também para todos os funcionários dessa instituição. Porque, até então, nessa época, nós tínhamos cinco alunos com necessidade especiais. E nós vimos a necessidade de dominar alguns tipos de linguagem para também melhor atender. Nós observamos que os nossos professores tinham vergonha em dizer que eles não tinham habilidade com o computador, com a informática, eles não sabiam o que é um mouse, noções básicas e aí o que nós fizemos, nós temos duas professores de informática na casa, na época eram três, Professora Wilma Ramos, Professora Tiara e Débora Guimarães. Então, nós conversamos aqui nessa sala e nós jogamos a ideia de fazermos um curso rápido para professores com noções básicas de informática.</p>
<p>E 5 - Nem no ensino noturno e nem no diurno. Nunca participei de formação continuada. Toda a formação continuada que eu tenho foi feita com os meus próprios recursos, ou através dos movimentos sindicais.</p>
<p>E 6 - Nunca, não. Da época que eu trabalho aqui não.</p>

Ao analisar a tabela acima, a E 1, deixa claro, que a DEA não cuida dessa questão e que existe uma equipe de coordenação que dá algumas dicas de formação. Porém, fica claro na resposta da entrevista que não é da alçada do Departamento de Educação de Aracaju – DEA, essa tarefa. Já a E 4, disse que não tem conhecimento sobre formação continuada, a não ser um curso de Braile que é oferecido pelo DIES, referente à linguagem do sinal.

Para o E 5, nunca participou de formação continuada ofertado pela escola. Já a E 6, nunca participou.

Fica evidente, que apesar de ser um direito constitucional, no âmbito da LDB, em que no Artigo: 62, “§ 1º A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais do magistério”.

Nota-se que mesmo sendo amparado por lei o direito à formação continuada ainda não é cumprido nas escolas da Rede Estadual de Ensino.

Miguel Arroyo, 2003, é categórico ao afirmar que,

Uma escola possível para o povo tem que começar por criar condições para sua existência material, sem a qual será romântico reprogramar alternativas pedagógicas inovadoras. É esta a verdade elementar sempre esquecida pelas agências internacionais e pelos centros de decisão da política educacional; verdade esquecida e engavetada nos centros da reflexão e pesquisa. Esquecida e engavetada para que os recursos públicos, financeiros e humanos sejam colocados a serviço dos interesses do capital e de sua segura reprodução e concentração, e a serviço da manutenção de órgãos e quadros burocráticos legitimadores do poder, do Estado e de agências internacionais. (ARROYO, 2003, p. 41).

Percebe-se, na citação do autor que é necessário uma política de estado que esteja voltada aos interesses da coletividade, principalmente às classes menos favorecidas. É preciso oferecer condições para que esta escola possível, de fato, seja possível, trazendo nela as possibilidades necessárias para a conquista do saber, da descoberta e do conhecimento pleno.

Portanto, o ensino noturno requer um olhar profundo, em que, os educandos se sintam aceitos e motivados a estudar. Acreditando que a escola não é somente um meio para adquirir o saber, mas, um ambiente agradável que lhe possibilitará uma perspectiva de um futuro melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade desta dissertação é analisar o ensino noturno, as razões que ocasionaram a crise e possíveis recomendações.

Pela pesquisa realizada pode-se constatar a existência da crise do ensino noturno das escolas estaduais de Aracaju.

É preciso sair dos discursos, do autoritarismo, da responsabilização dos autores da escola noturna e buscar mecanismos coletivos para solucionar a questão em foco.

No livro “A Reprodução”, de Bourdieu e Passeron (2009, p. 25), os autores trabalharam o conceito da teoria da violência simbólica. Para eles, “todo o poder que chega a impor por significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.”

Em outras palavras, os escritores trazem-nos à reflexão da existência de uma classe dominante que utiliza o poder arbitrário para impor sua cultura como padrão sobre as classes subalternas. Não as vendo como detentoras de conhecimento ou cultura.

Percebe-se dentro das respostas que foram dadas pelos entrevistados e aqueles que responderam aos questionários, preocupações e propostas apresentadas como possíveis caminhos para resolver a problemática em evidência.

Arroyo (2003, p. 27), desenvolve no livro denominado “Da Escola Carente À Escola Possível”, sugestões preciosas acerca do tema em discussão. Para ele, a escola constantemente está sendo desafiada a mudar suas ações pedagógicas para obtenção de resultados satisfatórios. A visão tradicionalista ainda posta nas nossas escolas, não cabe mais.

Segundo o escritor, “Uma escola possível seria uma escola que levasse em conta as peculiaridades e carências da nova clientela e a ela se adaptasse nas metodologias, nos conteúdos e na organização do processo pedagógico”.

Nota-se, na visão do autor, que a escola possível pode de fato ser realizada, porém, necessitada de envolvimento e compromisso com aqueles que estão sedentos para conhecer o desconhecido que é o saber sistematizado.

Observa-se no posicionamento da Secretaria de Educação referente ao tema em pesquisa, certa insegurança em afirmar a existência da crise do ensino noturno. Algo tão real e ratificado pelos demais segmentos ouvidos.

O sistema de ensino só consegue se desincumbir tão perfeitamente de sua função ideológica de legitimação da ordem estabelecida porque essa obra-prima do mecanismo social consegue dissimular, como por um encaixe de caixas de duplo fundo, as funções que, numa sociedade dividida em classes, unem a função de inculcação, isto é, a função de integração intelectual e moral, à função de conservação de estrutura das relações de classe características dessa sociedade (BOURDIEU, 2009, p. 236).

O escritor deixa claro, que o sistema de ensino age como reprodutor da ideologia dominante, ficando os demais segmentos a mercê da ordem estabelecida.

Os dados colhidos na pesquisa permite afirmar que a educação noturna aracajuana está vivendo um momento preocupante.

É bem verdade, que este cenário de dificuldade do ensino noturno vem de longas datas, porém, constata-se diante da pesquisa em tela que nada foi pensado concretamente para estancar a crise anunciada há anos.

A opção tomada pela Secretaria de Educação em determinar o “Reordenamento”, “Nucleação”, carece de um maior aprofundamento, tendo em vista as variáveis presentes no processo, inclusive, considerando o fato de que em anos passados essa sistemática já ter sido adotada, não atingindo resultados satisfatórios, basta observar o quadro esboçado em todo este trabalho.

Paulo Freire, afirmou,

O discurso da impossibilidade de mudar o mundo é o discurso de quem, por diferentes razões, aceitou a acomodação, inclusive por lucrar com ela. A acomodação é a expressão da desistência da luta pela mudança. Falta a quem se acomoda, ou em quem se acomoda fraqueja, a capacidade de resistir. É mais fácil a quem deixou de resistir ou a quem sequer foi possível em algum tempo resistir aconchegar-se na mornidão da impossibilidade do que assumir a briga permanente e quase sempre desigual em favor da justiça e da ética (FREIRE, 2000, p. 19)

Percebe-se que o sentimento de mudança está presente nos docentes, discentes e sindicato. Porém, a Secretaria de Educação deixa transparecer certa reserva, resistência no que tange a mudança.

É importante destacar que todos possuem em comum um pensamento de que o ensino noturno precisa ser discutido urgentemente. O fechamento do turno noturno nas escolas estaduais não beneficia a ninguém.

Os inquiridos, afirmam a necessidade da existência um fórum com o intuito de apresentar caminhos que possa modificar a realidade da educação noturna em Aracaju, é um passo que não pode ser descartado.

Arroyo acredita que,

O fato de termos nas aulas trabalhadores que estudam não é apenas o melhor ponto para entender por que a escola popular fracassa. Essa condição de trabalhador deverá ser o ponto de partida para encontrar a escola possível e necessária sem cair em acomodações e hibridismos. O relato-análise de Sérgio Haddad é relevante a esse respeito. Quando a aceitação do cidadão-trabalhador-estudante é incorporada numa proposta pedagógica, parece que uma claridade nova passa a dar nova iluminação, adquire novos contornos e sentido. A própria função social da escola – agência socializadora do saber sistematizado – tem de ir além quando é vista à luz da especificidade da negação da cidadania dos trabalhadores. A classe trabalhadora que constrói a cidade é excluída de muito mais do que do saber sistematizado. É excluída do espaço para a convivência, solidariedade, lazer, cultura. É isolada no espaço do trabalho, do transporte para o trabalho e da recuperação das forças para voltar ao trabalho. Como nos dizia um operário: “Passo o meu tempo no trabalho, indo e voltando para o trabalho, dormindo para tornar ao trabalho”. A escola como espaço social tem de ter uma função básica: ser o espaço sociocultural que o mundo do trabalho e a cidade negam ao trabalhador (ARROYO, 2003, p. 50).

Analisa-se na citação acima que são negadas ao estudante trabalhador questões elementares como lazer e cultura. O autor entende que a escola pode suprir essas lacunas que não são ofertadas aos discentes trabalhadores.

Esse cenário de exclusão posto pelo escritor é vivenciado e relatado no estudo em tela, tendo uma gravidade maior nas escolas que estão deixando de ofertar o ensino noturno.

Freire entende que ,

O ideal está em quando os problemas populares – a miséria das favelas, dos cortiços, o desemprego, a violência, os déficits da educação, a mortalidade infantil estejam de tal maneira equacionados que, então, uma administração se possa dar ao luxo de fazer “jardins andarilhos” que mudem semanalmente de bairro a bairro, sem esquecer os populares, fontes luminosas, parques de diversão, computadores em cada ponto estratégico da cidade programados para atender à curiosidade das gentes em torno de onde fica esta ou aquela rua, este ou aquele escritório público, como alcançá-lo etc. Tudo isso é fundamental e importante mas é preciso que as majorias trabalhem, comam, durmam sob um teto, tenham saúde e se eduquem. É preciso que as majorias tenham o direito à esperança para que, operando o presente, tenham futuro (FREIRE, 2001, p. 51).

Nota-se na citação acima que ainda se vive em uma sociedade desigual, cujo direito à cidadania é negado constantemente..

A realidade da educação noturna de Aracaju, não foge à regra, a política utilizada ainda não tem como prioridade a educação. A quem interessa o fechamento de escolas noturnas?

Acredita-se que para os filhos e filhas dos trabalhadores não interessa, pelo contrário, quanto mais escolas abertas, maior será o número de crianças, jovens e adultos estudando.

O discurso de que a escola deve ser atrativa para que os educandos permaneçam na unidade escolar, não é a essência. Antes de tudo, o cenário de caos que vive a educação sergipana em que as condições de trabalho, de estrutura das escolas e de valorização do magistério público deixa a desejar. Muitas vezes os docentes precisam tirar do próprio bolso para poder desenvolver precariamente a sua atividade em sala de aula e também, fazer a escola funcionar. O “discurso de gabinete” é fácil proferir, porém, quem está no chão da escola são os educadores, alunos, funcionários e gestores que precisam constantemente lidar com essa realidade de completo abandono.

Na verdade, os estudantes trabalhadores buscam um estabelecimento que possa não só trazer conhecimento sistemático, mas também, que possibilite a ele, uma perspectiva de futuro.

Em suma, os professores também são vítimas desse processo, chegando ao ponto de terem que compulsoriamente saírem do seu local de trabalho, no qual, tinham uma história de vida e de compromisso com o ensino público.

Observou-se nos depoimentos dos docentes entrevistados a não participação na construção do currículo e de cursos para a formação continuada.

Essa situação demonstra que a política implantada no campo educacional pelo governo Estadual, não apresenta uma saída específica para o ensino noturno, dificultando uma discussão mais qualificada em termos de rede de ensino. Nesse sentido, as saídas têm um caráter unilateral e superficial, pois não atinge as reais causas do fracasso, aprofundando a crise.

Segundo Saviani (1992, pp. 23 e 24), o currículo tem um papel fundamental na estruturação escolar.

Para o autor, existe uma diferenciação entre o que é principal e secundário. As atividades festivas ou comemorativas da escola são vistas pelo escritor como secundárias e não essenciais à escola.

Portanto, o escritor é categórico ao afirmar que é necessário manter a “diferenciação entre atividades curriculares e extracurriculares, já que esta é uma maneira de não perdermos de vista a distinção entre o que é principal e o que é secundário.

O currículo abrange, principalmente, os conteúdos desenvolvidos na escola de forma, elaborada e sistematizada. Já as atividades extracurriculares de caráter assistematizado, têm um cunho secundário.

Enfim, a constatação da crise do ensino noturno em Aracaju, está confirmada. É preciso colocar em prática as seguintes sugestões:

- A implantação de um fórum, para debater profundamente a crise do ensino noturno e buscar alternativas para solucionar o problema em questão;

- Discutir o currículo do ensino noturno com a comunidade escolar;
- Reunião sistemática com os discentes com o intuito de sensibilizá-los sobre a importância da escola e do estudo para a vida deles;
- Cobrar do Estado a implantação da Gestão Democrática, já discutida;
- Analisar e acompanhar mensalmente a frequência, evasão, abandono e desistência dos educandos;
- Criar equipes responsáveis para fazer as visitas após a constatação de que os alunos estão com problemas de frequência, evasão, abandono e desistência;
- Fórum interno por escola de forma semestral para avaliação, sugestões, mudanças que necessitem para melhorar o ensino noturno;
- Chamada pública para matrículas no primeiro e segundo semestres;
- Melhorar as condições de trabalho e econômicas dos docentes;
- Desenvolver formação continuada dando uma especificidade aos educadores do ensino noturno;
- Definir um Projeto Pedagógico que possibilite sua execução, tendo como base, a melhoria da qualidade do ensino e aprendizado dos educandos trabalhadores, o que propiciará a definição pedagógica da escola e o tipo de inserção no meio social em que está estabelecida
- Reunião Semestral com a comunidade escolar para avaliar o período e receber sugestões para melhoria no segundo semestre;
- Discutir com os estudantes trabalhadores que tipo de alimentação escolar eles desejam ter, fazendo assim, um cardápio semanal;
- Implantar debates permanentes sobre questões sociais, como, as drogas, a violência nas suas mais variadas formas, situações como essas citadas muitas vezes dificultam, sobremaneira, o bom andamento da rotina escolar.

As sugestões possíveis foram apresentadas por vários segmentos sociais e que precisam ser levadas a sério, até porque, está em pauta o futuro do ensino noturno.

É importante destacar, que o ensino noturno é necessário, inviabilizá-lo interessa a quem?

Os artigos, dissertações, revistas, depoimentos e autores utilizados nesta pesquisa dissertativa, ratificam a importância da manutenção do ensino noturno. No ano de 2012, segundo dados apresentados, “o Brasil tem um terço de seus alunos matriculados no Ensino Médio estudando à noite. A taxa, de 32,7%, corresponde às matrículas nas redes públicas e privada, no ensino regular, Normal (magistério) e técnico integrado. No total, são mais de 2,7 milhões de jovens brasileiros frequentando a

escola no período noturno. De acordo com Wanda, um dos fatores que explicam o grande número de matrículas no noturno, além de ser um aspecto cultural do Brasil, é a pressão social que o jovem sofre para iniciar a vida no mercado de trabalho”.

Esse noticiário deixa claro, que o ensino noturno não pode deixar de existir, a crise tem que ser solucionada, buscando caminhos que permitam que os jovens, adultos e até mesmo pessoas da 3ª idade, possam de fato ter o direito mais precioso que é estudar.

Portanto, a pesquisa realizada permite-nos debruçarmos acerca do dilema da educação noturna, contribuindo para uma reflexão profunda e emergencial. São vários os problemas do turno em estudo, porém, as alternativas foram apresentadas com a única finalidade, trazer vida e esperança de dias melhores para o ensino noturno.

REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Laurinha Ramalho de. Artigo: Curso Noturno: Uma Abordagem Histórica. 1988.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Tese de Doutorado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O Atheneu Sergipense : Uma Casa de Educação Literária Examinada Segundo os Planos de Estudos (1870-1908). São Paulo, 2005.
- ARROYO, Miguel G. Da Escola Carente À Escola Possível, Edição: 6ª, Editora: Loyola, 2003.
- AZEVEDO, José Clóvis de/ GENTILI, Pablo/ KRUG, Andréa/ SIMON, Cátia. (orgs). Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Editora da Universidade. 2000.
- ARANGO/ CARVALHO/ FERNANDES/ JUNIOR/ SILVA. Hector Gustavo. Roberval Rymer da Silva. José Adolar. Vladas Urbanavicius. Elvis Magno da. Artigos científicos da ANGRAD. IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 31 de Julho a 2 de agosto de 2008.
- BOURDIEU/PASSERON, Pierre e Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais: Educação básica/Brasil. Conselho Nacional de Educação. Parecer Páginas 7,8,9,10,11 e 12. 11/2000.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções orientações Curriculares para Educação Básica Coordenação – Geral do Ensino Fundamental. Ensino Fundamental de Nove Anos: passo a passo do processo de implantação. 2ª Edição, Brasília, Setembro de 2009.
- BRASIL, Referencial (CONAE – Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. 2010.
- BRASIL, Ensino Fundamental de Nove Anos: Passo a Passo do Processo de implantação. 2ª Edição. Brasília, Setembro de 2009.
- BRAGA, Lucilia Margareth, Ensino Médio Noturno: Cenário de Evasão e de Exclusão. Universidade Federal do Paraná. 2008.
- BERNDT / VOLCOV/ DORTA Ana Lúcia, Katerina, Luciana Calvo. Consultor da UNESCO-Brasil. relatório compreende melhor a vida da população sergipana na faixa etária entre 15 e 29 anos. SOMA AGÊNCIA Comunicação 2005 a 2006.
- BRITO, L. C. P. ; Lombardi, J. C. O Instituto de Educação “Rui Barbosa” e o Novo Ideário Pedagógico. In: V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade-Histedbr, v. 1. P. 74-75. 2001.
- CAPORALINI, Maria Bernadete S. C. A transmissão do conhecimento e o ensino noturno. Coleção magistério. Formação e trabalho pedagógico. Campinas: Papirus, 1991.

- CARVALHO, Célia Pezzolo de. A ilusão da escola e a realidade do trabalho: o ensino noturno de 1º grau de uma unidade escolar de Ribeirão Preto. Universidade Federal de João Carlos, 1981.
- CASTRO, Marta Luiz Sisson de./ WERLE, Flávia Obino Corrêa/ FRANCO, Maria Estela Dal Pai/ LUCE, Maria Beatriz Moreira. Sistemas e Instituições: Repensando a Teoria na Prática. Edipucrs. 1997.
- CUNHA, Luís Antônio. Educação Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: UFF. Brasília, DF, FLACSO do Brasil, 1991
- CURY, Carlos R. Jamil. Educação e Contradição. Editora: Cortez. 1995.
- CARNEIRO, M.A.B. O jogo: uma sugestão de trabalho para o curso noturno. Educação: Reflexão/Transformação, PUC/SP, v.1, nº1, p.73-79,1992.
- CARTILHA: A Escola Democrática e Popular a Educação que Queremos. Projeto para a Educação Pública de Sergipe elaborado pelo SINDICATO dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe. 2013.
- FREIRE, Paulo. A importância de ler: três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um encontro com a Pedagogia do Oprimido. Notas: Ana Maria Araújo Freire, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros. São Paulo: Editora, UNESP, 2000.
- FREIRE, Paulo. Política e educação: ensaios. 5 ed. – São Paulo,. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 23). Cortez, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista. Cortez Editora – Autores Associados. . 2ª Edição: março, 1986
- GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 6ª Ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 1986.
- GIL, Antônio Carlos, 1946 - Como elaborar projetos de pesquisa. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.
- GONDO, Rosângela Aparecida Ribeiro. Dificuldades Enfrentadas por Professores e Alunos no Ensino Médio Noturno. Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. 2009.
- HADDAD/FRANCO/ SILVA/ Cristhyane Ramos – UTP, Adriana de Fátima – UEM, Daniel Vieira da – UTP. Intitulado: Os Motivos da Evasão Escolar: uma Análise do Programa Fica. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I – Seminário Internacional de Representações

Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Curitiba , 7 a 10 de Novembro de 2011.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>, 13 de julho de 2012.

INEP. www.inep.gov.br

KUENZER, Acacia Zeneida. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: Superando a Década Perdida? Universidade Federal do Paraná - (UFPR), 2010.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº 9394/96. 2011.

LAVILLE/DIONNE, Christian e Jean. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre : Artmed; BeloHorizonte: Editora UFMQ 1999.

MACHADO, Margarida. Proferido na abertura dos trabalhos do IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Paraná. 2007.

MARTINEZ, Paulo. A Teoria das Elites. Editora: 1997.

MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. Artigo: Escola Noturna e Jovem. Dezembro de 1995.

MEDEIROS Carta Cardoso de, A Teoria Sociológica de Pierre Bourdieu na Produção Discente dos Programas de Pós-graduação em Educação no Brasil (1965-2004). 2007.

MENDES, Herman do Lago. artigo : “Um Intruso” No Início da Noite : Caso Particular de Adaptação Escolar no Ensino Noturno. 2009.

MENDES, Antonio Mira Marques, Subsídios para uma Teoria das Crises Políticas, 2005.

MARQUEZ, Sandra. Currículo e Metodologia da EJA: Uma Questão em Reconstrução. 2010.

MARQUES, Maria Omélia da Silveira. Escola Noturna e Jovem . Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), em dezembro de 1995.

MARTINS, Olga Maria Pombo. O Insuportável Brilho da Escola. In: RENAUT, Alain etalii. Direitos e Responsabilidades na Sociedade Educativa. Lisboa: Fundação CalousteGulbenkian, 2003.

MARTINS, Sueli da Silva. A Prática Pedagógica dos Educadores no Espaço Escolar: Reflexões Voltadas ao Aluno Trabalhador, 2007.

MOREIRA, Antonio Flávio/ SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs). Currículo, Cultura e Sociedade. Editora: Cortez. 2001.

NAVARRO, Karina da Motta. Artigo: O Significado da Escola para o Jovem Estudante do Ensino Médio Noturno. 2005.

NIDELCOFF, Maria Teresa. A escola e a compreensão da realidade. Editora: Brasiliense. 1989.

NIDELCOLF. Maria Teresa. Uma Escola Para o Povo. Editora: Brasiliense. 1985.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins, Maria Alice. Artigo: A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições. 2002.

RENAUT, Alain et alii. Direitos e Responsabilidades na Sociedade Educativa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

REIS, Elvira Neta Souza. O Ensino Fundamental Noturno: Gestão e funcionamento. Universidade Católica de Goiás. 2009.

ROMÃO, José Eustáquio. Pesquisa na Instituição de Ensino Superior: referencial teórico, que bicho é este? 2005.

ROSENDO, Ana Paula. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino.** Coleção: Recensões LUSOSOFIA. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2009.

ROUSSEAU, Émille. Liberdade Sem Medo, trad.port.de Nair Lacerda, São Paulo: 1976.

SADER, Emir. A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, Edvaldo Albuquerque dos. SANTOS, BERTOLDO, Edna. LIMA, Sergio. Artigo: Trabalho e Educação: uma relação obscura na escola noturna. 1981.

SILVA, Luiz Inácio da, Discursos Seleccionados do Presidente, p. 9. site: www.funag.gov.br. Brasília, 2008.

SGUISSARDI/PUCCI, Valdemar, Bruno. Ensino Noturno: Desconhecimento do Trabalho e Novos Desafios. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 1992.

SILVINO, Fernanda Cristina Soares. Juventude e Escola: Reflexões dos Jovens em Torno da Relação Professor/Aluno. 2009.

SINTESE, cartilha, a Escola Democrática e Popular a Educação que queremos. Projeto para a Educação Pública de Sergipe elaborado pelo SINDICATO dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe. 2013.

SOARES, Laura Tavares. Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina. 2 ed. – São Paulo, Cortez, 2002.

TOMO. Revista do Núcleo de Pós – Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ Universidade Federal de Sergipe.– São Cristóvão – SE. Cimpe, n. 2 - 1999.

VEIGA, L.; GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. Opinião Pública, 2001.

YIN, Robert K. Estudo de Caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

<http://www.todospelaeducacao.org.br>, 13 de julho de 2012.

APÊNDICES

Tabela : 2 B – Questões aplicadas as Entidades.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DE ARACAJU – DEA	
1º) A senhora considera que estamos vivendo uma crise no Ensino Noturno?	
2º) Como a senhora explica os motivos que levaram ao fechamento do turno noturno de escolas do centro da cidade e periferia?	
3º) Agora professora, o Atheneu que é uma referência , o que houve com o Atheneu?	
4º) A comunidade escolar dessas escolas foram chamadas para discutir a questão do fechamento?	
5º) Você acha que o reordenamento da rede estadual contribuiu para a redução de matrículas e fechamento do turno noturno das referidas escolas?	
6º) A violência urbana pode ser aventada como uma das variáveis para a crise do ensino	
7º) Quais os motivos da evasão e diminuição de matriculas no ensino noturno?	
8º) O currículo do ensino médio Regular noturno e da Modalidade EJA é diferente do ensino diurno ?	
9º) A DEA Já elaborou algum curso de formação continuada para os docentes do turno noturno.	
10) Como se da a formulação do Currículo do Ensino Médio Noturno?	
11) A Secretaria de Educação através da Portaria Nº 7.731/2012, determinou a Nucleação do Ensino Noturno nas Escolas da DEA. Definindo Bairros Estratégicos e a Criação de Escolas Polos. Que dados foram utilizados para chegar à proposta de Nucleação?	
12) Que perspectiva a senhora tem para o Ensino Noturno?	
REPRESENTANTE DO SINDICATO - SINTESE	
1º) Você considera que o ensino noturno está em crise? Por quê?	

2º) A Nucleação para o Sindicato é a prova cabal da ausência de elaboração da Rede Estadual para dirimir os problemas do Ensino Noturno. A pouca frequência do alunado não pode ser resolvida com a máxima econômica de fechar escolas e turnos noturnos, como saída aos gastos usuais.
3º) Diante da Experiência que o senhor tem como Gestor de Unidade Escolar quais são as dificuldades que os docentes noturnos enfrentam?
4º) Quais contribuições o sindicato pode apresentar para reverter este quadro caótico e de crise do ensino noturno?
5º) Em sua opinião, quais os motivos da evasão, abandono e desistência dos educandos do ensino noturno?
6º) O fechamento de escolas aconteceu com grande força na capital Aracajuana. Escolas tradicionais como o Atheneu Sergipense que no ano de 2010 não funcionou o turno noturno, IERB que finalizará no ano de 2013 o Curso de Magistério na Modalidade Normal. . Colégio Dom Luciano que no passado tinha fila de matrícula, no presente o ensino noturno deixou de existir. Segue o mesmo caminho a Escola Estadual Jacson de Figueiredo. Como o sindicato reagiu em relação ao fechamento dessas escolas?
7º) O currículo do Ensino Noturno é diferente do currículo do Ensino diurno? Como o sindicato analisa este cenário?
8º) Na opinião do senhor quais as razões para a crise do ensino noturno?
9º) Que propostas o senhor apresenta para solucionar a crise do ensino noturno?

Tabela: 3 B – Questões aplicadas aos diretores.

CENTRO EXPERIMENTAL DO ENSINO MÉDIO – ATHENEU SERGIPENSE
1º) Como o senhor analisa o fechamento do Ensino Noturno no Colégio Atheneu ?
2º) Na sua opinião, quais as razões que levaram ao fechamento do Ensino Noturno no Colégio Atheneu?
3º) Que justificativas foram apresentadas pela SEED para o fechamento do turno noturno?
4º) Como o senhor informou aos professores sobre o fechamento do turno noturno?

5º) Qual foi a reação dos professores ao receber o telegrama e o telefonema?
6º) E o que aconteceu com os docentes do turno noturno?
7º) Qual foi a reação dos educandos com o fechamento, os educandos que estavam matriculados que o senhor que chegou a 50 alunos, não é isso?
8º) Quantos alunos no período do fechamento?
9º) Que caminhos você buscou para que não houvesse o fechamento do turno noturno do Atheneu?
10) Você considera que estamos vivendo um cenário de crise no ensino noturno?
11) O índice de repetência e evasão de acordo com os seus conhecimentos é maior no ensino noturno ou diurno? Por quê?
12) Como superar a repetência e a evasão dos educandos do ensino noturno?
13) Quais são as dificuldades que você tem para administrar essa unidade de ensino no período noturno?
14º) O currículo do ensino noturno é semelhante ao do ensino diurno?
15º) Que alternativa foi pensada para solucionar a problemática do ensino noturno no Colégio Atheneu?
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA
1º) Quais são as dificuldades enfrentadas pela senhora para administrar essa instituição?
2º) O que levou, na sua opinião, à redução de matrícula no ensino noturno?
3º) O Curso Pedagógico está sendo extinto pelo Governo do Estado, como a senhora avalia essa questão?
4º) Que alternativa está sendo pensada para essa instituição?
5º) Como a comunidade escolar recebeu a extinção do Curso Pedagógico?
6º) A senhora considera que nós estamos vivendo uma crise no ensino noturno?
7º) Por que a repetência e evasão é grande no ensino noturno?

8º) Já houve curso de formação para professores para o ensino noturno, a senhora tem conhecimento?
9º) O currículo do ensino noturno é diferente do currículo do diurno?
10) Quais são as dificuldades que a senhora tem para administrar no período noturno?
11) Que proposta a senhora apresenta para solucionar a crise do ensino noturno?
12) Que justificativa foram apresentadas pela SEED, para o fechamento do Curso Pedagógico?

Tabela: 3 C – Questões Aplicadas aos Docentes

DOCENTE DO ATHENEU
1º) Que razões levaram ao fechamento do Ensino Noturno do Atheneu Sergipense?
2º) Como vocês, professores, reagiram diante da determinação do fechamento do ensino noturno, no caso Atheneu?
3º) Você considera que o ensino noturno está em crise?
4º) Quais são as dificuldades na sua opinião que os docentes do turno noturno enfrentam?
5º) Que proposta você daria para modificar a realidade do ensino noturno?
6º) Na sua opinião quais os motivos da evasão escolar noturna?
7º) O currículo do ensino noturno é semelhante ao do ensino diurno?
8º) Você já participou de alguma formação continuada para atuar no ensino noturno?
9º) Participou alguma vez da formação do currículo que seria aplicado no ensino noturno?
DOCENTE DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA
1º) Quais são as dificuldades enfrentadas por você para ministrar suas aulas no turno noturno?

2º) O que levou, na sua opinião, à redução de matrícula nessa unidade de ensino?
4º) Que alternativa está sendo pensada para essa Instituição?
5º) Como a comunidade escolar recebeu a notícia da extinção do Curso Pedagógico?
6ª) Você considera que nós estamos vivendo uma crise no ensino noturno?
7º) Por que o ensino noturno tem um grande índice de repetência e evasão?
8º) Já houve curso de formação para professores do ensino noturno aqui nesta escola, formação continuada?
9º) O currículo do ensino noturno é diferente do ensino diurno?
10) Quais propostas você apresenta para solucionar a crise?
11) Professora, outra pergunta agora entrando na questão da extinção do Instituto de Educação Rui Barbosa. Que justificativas foram apresentadas pela SEED para o fechamento do curso pedagógico.
12) Que perspectiva você tem para o ensino noturno?
RESUMO DAS ENTREVISTAS
CATEGORIA: Crise do ensino noturno
<p>E 1 - Crise não, a redução de matrícula foi desencadeada provavelmente pela diminuição da distorção idade série e pelo efeito da correção de fluxo. Sistema “S” contribuiu para crise: Bem, eu não considero que o Sistema S, seja competitivo para a clientela da Rede Pública de Ensino. Porque uma pequena parcela tem acesso, ao sistema S. E a gente sabe que até tendo em vista mesmo, esses cursos são pagos. E as mensalidades têm um valor significativo. Então, eu não considero que seja competitivo. A violência urbana variáveis para a crise: Primeiro, eu não considero uma crise do ensino noturno. Agora a violência influi muito. Mas não é o ponto crucial, para a redução de alunos, e nem para não haver demanda na escola.</p> <p>E 2 - Sim, o ensino noturno está em crise, no entanto, ela deve ser abordada por vieses diferentes, considerando a existência, na Rede Estadual, de duas modalidades, a saber, o ensino regular, praticado por poucas escolas e restrito ao ensino médio e o Programa de correção de fluxo chamado EJA. O olhar precisa ser diferenciado, pelo menos em alguns aspectos, pois a</p>

natureza das modalidades é diferente, além de ser diferente o corpo discente que utiliza a modalidade do EJA.

Pensando nos aspectos que anunciam a crise do ensino noturno e que se diferenciam do ensino matutino e vespertino, destacamos a inexistência de uma formação específica para o corpo docente. Esse problema perpassa o cotidiano do ensino noturno, principalmente da EJA, visto que o professorado não tem na sua graduação o preparo devido para a natureza dessa modalidade. Outro viés é o do currículo. No caso da EJA ele é disforme, inconcluso e simplificado, trazendo a sensação de que a escola pública não sabe muito bem o que quer com a formação daqueles e daquelas que, não cumprindo os anos escolares no tempo previsto, agonizam na tentativa de terminá-lo usando o aligeiramento da EJA.

E 3 - Sim. Por causa dos Pacotes Educacionais.

E 4 - Veja bem, eu não vejo só no ensino noturno.

E 5 - Profunda. Porque o ensino noturno está em crise.

E 6 - Nós estamos vivendo não só aqui na realidade do Instituto de Educação Rui Barbosa, que é um Curso na Modalidade Normal, mas como também nas outras escolas.

CATEGORIA: Fechamento das escolas do ensino noturno

E 1 - Bem, o fechamento de algumas escolas se deu pelos seguintes fatores: a redução do número de alunos por turma é um deles. Várias escolas oferecendo a mesma modalidade, cada uma com um quantitativo mínimo, de alunos. É outro fator que contribuiu muito para o fechamento de algumas escolas. Quanto ao Alba Moreira, que você perguntou, a gente fez um levantamento do turno noturno da Escola Alba Moreira, bem como do ensino fundamental, Ensino Regular e a EJA do turno noturno, não foi só do ensino do EJA, não, a gente fez do ensino fundamental, Ensino Médio Regular e EJA no noturno. Então tal iniciativa foi motivada pela crescente redução do número de alunos do referido turno, bem como, a manutenção de várias escolas oferecendo a mesma modalidade, a maioria com uma demanda aquém do número estabelecido pela legislação referente o quantitativo de alunos por turma, gerando gasto desnecessário para o Estado, como já foi dito. Então traçamos um sucinto histórico, com dados referentes à matrícula 2010 do turno noturno de cada escola, o número de alunos por turma, o quantitativo de professores, bem como, o número de salas de cada escola, aí a gente tem os quadros demonstrativos em anexo, que você pode anexar em seu trabalho, então a escola Alba Moreira, o turno noturno na época do fechamento contava com um número de 452 alunos e 11 professores. A escola tinha uma

disponibilidade de 9 salas, ocupadas. Todas tinham alunos, mas, com um número reduzido de alunos. E a gente pediu a todas essas escolas que fizessem um levantamento das possíveis causas do número reduzido de alunos, então, baseando em informações colhidas nas escolas. Então eu vou citar para você as possíveis causas da redução dos números de alunos, diagnosticada pela própria escola. Essas escolas disseram que o produto da correção de fluxo, foi um dos fatores, escolas de bairro oferecendo o ensino médio, mudança de trabalho dos alunos, isso aí, reduz muito o número de alunos, o aluno começa na escola depois ele muda de trabalho e aí fica em um local mais distante, é lógico que ele vai transferir-se da escola, para uma escola mais próxima do trabalho dele. Cansaço devido à excessiva jornada de trabalho, objetivo único de conseguir a carteira de passe escolar, meio de comunicação televisão, mais atrativo que a sala de aula, muitas vezes você deixa em casa uma programação boa, às vezes você sai de casa chovendo, você deixa aquele sofá atrativo, quentinho, com aquela programação tão encantadora da rede globo ou de qualquer outra emissora, e você vai para a escola e chega lá fica sentado naquela carteira dura. Entendeu? Vendo o professor falar assuntos que muitas vezes você não está ligando à realidade em que vives. A redução do número de alunos por turma, escolas próximas oferecendo a mesma modalidade de ensino. O que aconteceu com o Atheneu não foi diferente das outras escolas. Os alunos foram deixando, evadindo-se a ponto de ficar insustentável abrir a escola com o número reduzido de alunos, daí o fechamento. A discussão mesmo foi iniciada em 2009, isso através de comprovação estatística, tomando como base o demonstrativo de matrícula inicial, índice de aprovação, reprovação e abandono, encaminhado pelas escolas. Todo esse levantamento assim, ano a ano, 2006, 2007, 2008 e 2009. Tendo feito esse levantamento com dados fornecidos pela própria escola a DEA que percebeu a queda significativa de matrículas. E o serviço do SEJA Educação de Jovens e Adultos, lá na secretaria encabeçou uma discussão, juntamente com o setor de EJA da DEA, o qual vem acompanhando essa movimentação das matrículas, através de mapa de apuração, com número de turmas, matrícula inicial, admitidos evadidos, transferidos, então a gente vem acompanhando através de mapa de apuração instrumental de acompanhamento. O setor também promoveu alguns encontros para discussão envolvendo técnicos, gestores e professores. A redução do número de alunos, muitas escolas próximas uma da outra oferecendo a mesma modalidade. O reordenamento organiza apenas, a redução de matrículas é algo que já vem acontecendo desde 2006. O reordenamento surgiu da necessidade de organizar a matrícula e a oferta. Quando você diz que o reordenamento contribuiu para a redução, não, o reordenamento surgiu por conta dessa redução. E os cursos como Projovem e outros com menos duração e mais

a oferecer. Isso também fez com que a redução do número de alunos nas nossas escolas se intensificasse cada vez mais.

E 2 - A reação do sindicato frente ao fechamento do turno noturno de escolas tradicionais da nossa rede foi fruto da indecisão política estabelecida no governo Marcelo Déda. Verificando a referida indecisão, tateamos entre a denúncia e a mobilização do professorado e comunidade intraescolar, sem uma ação profícua no que tange à política da educação trabalhada pelo governo em tela. A paralisia do governo no campo político maculou a ação sindical que não conseguiu efetivamente impor-se ao governo nessa questão. O discurso fácil da queda da matrícula e dos gastos imperou no governo e não fomos capazes de reverter no interior da secretária da educação as determinações de encerramento das turmas nas referidas escolas. A tentativa de envolver os legisladores nas discussões não resultou efetivamente em avanços para conter o movimento da secretaria e do governo, revelando o desgaste de algumas táticas frente a um governo que nega o diálogo e que não tem uma política especificada para o ensino mesmo quando define a profissionalização do mesmo, mas não engendra ações estruturais para levar a cabo o seu intento. As nossas ações criaram alguma proteção, no entanto não debelaram o objetivo e a efetiva ação do governo para o fechamento deslindado no corpo do questionamento, logo embora construíssemos ações de debate interno, não fomos capazes de envolver a comunidade extraescolar e não conseguimos o intento desejado.

E 3 - Eu acho que o fechamento do ensino noturno no Atheneu foi consequência dos Pacotes Educacionais do governo, porque realmente o ensino regular noturno que era realmente o que a gente oferecia, ele tá decaindo, o pessoal está escolhendo mais EJA, Supletivo, esse tipo de coisa. Então por isso, a evasão era muito grande e o índice de matrícula cada vez mais baixo, por isso, que fechou. Primeiro o Colégio Atheneu não tem uma comunidade própria, o pessoal vem de outros bairros da grande Aracaju. Então, como o governo ampliou essa demanda, oferta de ensino regular e dos pacotes educacionais nos bairros, foi um dos motivos do sucateamento, e o outro é o que eu já falei os pacotes educacionais ninguém queria fazer mais o Ensino Regular, se podia fazer o mesmo curso na metade do tempo. Bem, aí foi complicado, o que a gente fez, primeiro foi informar à DEA da situação da escola que não tinha matrícula e a DEA pediu que aguardássemos para ver se conseguia matrícula, então a gente já informou de última hora aos professores. Alguns, foi ligando, entendeu? E outros, foi mandando o comunicado por telegrama. Mas realmente foi conturbado, porque deveria ter sido feito uma reunião antes e conversado, mas como já estava em cima da bucha e tinha que lotar todo mundo, por causa dessa espera, então ficou conturbado. A gente pensou em fazer chamada pública, entendeu, inclusive foi feito de uma forma geral da

escola. Mas não adiantou. **Reação dos Educadores ao Fechamento:** A pior possível, realmente quando você tem uma herança na escola, em que você trabalha aqui há 20 anos, 5 anos, 10 anos, então de uma hora para outra, acabou, fica complicado em aceitar, Mas infelizmente, foi uma questão administrativa mesmo, não tinha como fazer diferente. Veja, a Secretaria por intermédio da DEA, fez a lotação mais próximo possível da residência. Agora você sabe que sempre há dificuldade, porque não há escola próxima, outras vezes, não há o mesmo turno, então, foi complicado por causa disso. Mas aos poucos tudo se ajustou.

Reação dos educandos com o fechamento: É, foi mínima, porque não chegava nem a 50. Isso já era 50 com a matrícula de fora, era trinta e poucos. Não houve uma grande reação não, porque assim, a gente transferiu todas essas matrículas para o Colégio Tobias Barreto, que é aqui próximo e para o Colégio Dom Luciano, que atualmente também não funciona à noite. Então, isso aí, minimizou para eles, o problema maior foi realmente o corpo docente. **Número de alunos antes do fechamento:** Se eu não me engano foi 54 alunos. Isso com a matrícula que já existia na escola. Os alunos foram distribuídos para o Colégio Dom Luciano, Tobias Barreto e outros que moravam mais afastados ficaram próximos a sua localidade. **Caminhos para impedir o fechamento:** A gente procurou vários, um deles era assim, unificar o colégio Atheneu com o Colégio Alba Moreira, que era aqui perto. Que trabalhava com EJA. Mas aí quando chegou próximo dessa unificação, foi vetado, o colégio Alba continuou mais um ano e a gente acabou fechando.

E 4 - O próprio Estado concorre com ele mesmo, a oferta de outros cursos, quando eu tenho ensino normal e eu lanço o profissionalizante, então, o aluno vai ter uma diversidade de escolha, certo, mas, no entanto, eu estou tirando aluno de outra escola do Estado. O Projovem tem incentivo, o aluno ganha uma bolsa de cem reais. Nós também perdemos muitos alunos, não pela qualidade de ensino, não pela questão do curso, mas, quando os alunos aqui requeriam transferência, eles citavam que iam ganhar cem reais. Então esse era um dos maiores incentivos.

Extinção do Curso Pedagógico: Olhe, com muita tristeza, em primeiro lugar, essa atitude da Secretaria de Educação, foi tomada realmente de cima para baixo, em momento algum na Escola Normal, nem a equipe diretiva foi chamada, nem convidada para uma conversa, porque nós tínhamos público! Pessoas interessadas na matrícula, pais que vinham aqui, que o sonho deles era ter as filhas aqui estudando na Escola Normal. E aí, nós fomos tomados, com surpresa, por uma portaria em que eu estava no dia 6 de janeiro numa reunião de diretores na Diretoria de Educação de Aracaju, a nossa matrícula, rematrícula já é feita em novembro, antes de finalizar o ano, é feita a rematrícula, nós fizemos a rematrícula, nossa matrícula já tinha sido feita pelo menos no turno diurno, e quando a portaria chegou, nos pegou de surpresa, já tínhamos feito algumas matrículas.

É isso nos colocou numa situação muito constrangedora, no sentido de ter que telefonar para pais, chamar os alunos aqui e ter que explicar que era uma determinação do Governo do Estado, não um desejo da gente. Mas nós tínhamos público, tínhamos matrículas. E assim, essa foi a nossa tristeza, não terem considerado os dados estatísticos, em momento nenhum buscaram dados para tomar essa decisão. A portaria, trata especificamente da extinção do Curso Normal, A Portaria trata da matrícula para 2010, as vagas de matrículas para 2010. O artigo 11, diz que a partir daquele ano, as vagas da modalidade normal, estariam gradativamente concluindo suas turmas. **Reação da Comunidade a Extinção:** Com surpresa e também com tristeza. Porque a Escola Normal, é muito respeitada no mercado de trabalho, porque por aqui passaram grandes nomes, grandes historiadores, grandes doutores, a primeira médica mulher formou-se na Escola Normal. Então foi tido como surpresa, porque ninguém entendia o porquê de acabar um curso acreditável e que ainda tinha mercado de trabalho. Precisaria de apoio político, apoio de governo para que esse curso continuasse. Então o que a gente ouvia dos pais, das mães ali, eu tive pais e mães que choravam, porque não iam mais conseguir uma vaga para seus filhos, era como se fosse um sonho para a família estudar na Escola Normal. **Justificativa da SEED para o Fechamento:** A força da LDB 94/96, que já vem lá em um dos seus artigos, prevendo a extinção desse curso. Conforme o instituído 10 anos para adequação, então a secretaria, viu que esse seria o momento da retirada e também a falta da oferta de mercado de trabalho, algumas prefeituras abriram seus editais já sem vaga para a modalidade médio normal, e aí foram estas as justificativas.

E 5 - Tem-se uma política de fechamento do turno noturno. A princípio os professores não percebiam que os alunos iam diminuindo, mas na realidade isso acontecia porque não ofertava mais ou se diminuía o número de turmas para o ensino noturno. Um colégio central em que a sua clientela era de trabalhadores que vinham do comércio, empregadas domésticas, era um colégio muito procurado, mas ao tempo em que o Colégio Atheneu era procurado, os alunos tinham uma angústia muito grande, porque nem todos os alunos queriam se preparar para uma Faculdade, Universidade, é uma cobrança muito grande de um ensino profissionalizante. No governo João Alves, o Colégio Atheneu foi transformado em Centro de Excelência, para se enquadrar aos moldes neoliberais, o ensino noturno não cabia mais na escola. Então houve uma tentativa muito grande, uma grande reação por parte dos professores, mas, aos poucos a escola vai diminuindo, deixando de ofertar e termina o ensino noturno se extinguindo. **Reação dos Docentes:** No Atheneu, nós fizemos várias tentativas de permanecer o ensino noturno, inclusive quando nós professores elaboramos projeto e discutimos com a Secretaria, eu lembro que o professor Manoel Valter, que era o professor de Matemática, mas na área de matemática, física, e também ele

trabalhava no Instituto de Ciências e Tecnologia Local, ele tinha dois vínculos no Estado, um como professor e outro como técnico, de elaborar projeto de nutrição, de proposta do ensino para nutrição, de nós elaborarmos proposta para a área Ambiental, para a área da Agricultura, porque muitos alunos nossos também são da circunvizinhança, então porque não formar um Técnico Agrícola, porque não formar um técnico ligado na área da Veterinária, tudo isso, foi rejeitado. Ofereceram para nós, eu já disse informática, criação de camarão, a cunicultura, nosso aluno não tinha identidade nenhuma com isso. A reação houve, mas quando você trabalha na política, como já disse, na lógica neoliberal, a Excelência não cabia, como nós nos denominávamos pejorativamente de indigência, a Excelência não cabia à indigência, a Excelência precisava de todos os espaços, e o espaço nos foi tomados, mas foi tomado com luta, nós não caímos com os braços cruzados.

E 6, Bem, especificamente nessa unidade de ensino que está voltado para o ensino médio na modalidade normal, o que ocasionou a queda de matrícula foi o término do Curso Normal. Nós só estamos com duas turmas de 3º e 4º ano, no ano de 2013 vai ser o último ano dessa modalidade de ensino aqui no estabelecimento, também na Rede Estadual de Ensino. Então isso foi o que ocasionou a perda de matrículas nessa Unidade, um dos maiores motivos. **Reação dos Docentes:** Bem, a gente como já tem uma determinação para que o professor, tenha um curso superior, isso fez com que a gente tivesse dificuldade para absorver aluno. Agora a posição do Governo do Estado, ao fim do Curso ocorreu de forma assim, não teve diálogo na escola com o professor e o aluno. Inclusive para saber o que ia funcionar no prédio, que a gente tem um prédio histórico e a gente está vendo que está faltando reforma, está praticamente abandonado. Nós estamos com um Projeto para funcionar outros cursos dentro da área da educação. São os cursos da área 21 que são formação de funcionários de escola, mas até aqui, a gente não está vendo uma agilidade por parte do governo para que no próximo ano esse projeto seja implantado aqui no IERB. **Reação da Comunidade:** Olhe, ficaram surpresos tanto os professores como os alunos, com esse final que não foi discutido anteriormente, então os alunos ficaram surpresos e uns até um tanto revoltados e inquietos. Eles também sabem, o que estão terminando, eles ficam na dúvida para que serve esse curso que eles estão terminando agora, como é que eles vão utilizar, embora a gente saiba que o Curso não é só normal, é normal e médio. Então muitos deles estão se apegando à possibilidade de prosseguimento dos estudos. Mas para os alunos foi muito triste como também para toda a comunidade escolar.

CATEGORIA: Evasão

E 1 - A redução no número de alunos, os motivos são: evasão, produto da correção de fluxo, mudança de trabalho, é um fator que contribui para evasão, o cansaço, devido a jornada excessiva de trabalho, ele acaba evadindo, às vezes por não achar a escola tão atrativa, Muitos também fazem a matrícula só para conseguir a carteira de passe escolar, Os meios de comunicação também são mais atrativos, muitas vezes do que a sala de aula, Os cursos como Projovem, que dão aos alunos uma remuneraçõzinha que me parece que é de 100 (cem) reais, eu não sei se ainda continua esse valor. E outros com menos duração, que a gente vê ai, aligeirado, isso acaba atraindo o aluno, que faz a matrícula e depois evade.

Veja o Atheneu foi perdendo alunos e aconteceu por incrível que pareça, a escola que sempre foi uma das mais solicitadas, de nome e renome, mas o que aconteceu com o Atheneu não foi diferente das outras escolas, não. Os alunos foram deixando mesmo, evadindo a ponto de ficar insustentável abrir a escola com um número tão reduzido de alunos, fechou a escola, o ministério público, ainda, solicitou a presença tanto da Secretaria de educação, quanto da DEA e o setor jurídico da educação, juntamente com os professores ver o que poderia ser feito para reativar o ensino noturno, e assim, por solicitação também de professores, é lógico, que quando fecha um turno aqueles professores vão ter a sua lotação comprometida. E o que foi feito lá, foi pensado o Proeja, que é o profissionalizante em EJA, temos três turmas do PROEJA, lá no Atheneu, agora segundo levantamento feito agora em visita feita no dia 20 de dezembro de 2012, certo, visitamos os colégios Médici, Djenal Tavares de Queiroz, Jackson de Figueiredo e o Colégio Atheneu. No colégio Atheneu, havia cinco salas disponíveis, e está trabalhando no ensino noturno com o Curso técnico de informática, ocupando três salas, com os seguintes módulos, 1º modulo trinta alunos, desses trinta alunos, a escola está terminando com dois dos trinta alunos matriculados. O entrevistador perguntou: confirmado? A entrevistada respondeu, confirmado, está terminando com dois. O segundo módulo começando com trinta e cinco, está finalizando com 17 (dezesete). E o terceiro módulo com 15 alunos, está terminando com 12, então mesmo, pensando uma alternativa para o ensino noturno do Atheneu, com o Proeja, a gente percebe que a evasão é grande mesmo assim. Curso é de informática, informática atrai o que é que acontece com esses alunos que eles não se sentem atraídos pela escola. O que é que acontece com esses alunos, porque o curso de informática por si só atrai, por menos que você apresente inovação, o curso por si só já atrai. Porque você está ali buscando, você está crescendo, você está aprendendo o tempo todo, até com o celular a gente aprende, imagine com o computador.

E 2 - Elas são de ordem diversa, mas tem a ver com alguns eixos: o econômico, o alunado visualiza a escola como um meio de obter pequenas vantagens, as mesmas vão desde a obtenção da carteira de passe escolar, pelo acesso ao alimento, entre outras. A satisfação de componentes como esse, provoca a saída, normalmente por abandono. A rotina laboral é outra causa, rotinas estafantes levam ao cansaço físico e à rápida relativização da frequência escolar. Os horários irregulares das atividades laborais geram a ausência e acabam incidindo sobre o desempenho. O desempenho é outro componente que gera a desistência, pois normalmente alunos acostumados ao fracasso escolar, não resistem muito à sequência de fracasso a que está submetido. Esse ponto remete à discussão que o Fórum poderá tratar que é a forma de avaliação para o turno noturno. A mesma não pode reproduzir as formas de ensino para alunos que têm o tempo livre para o estudo. Frequentemente a forma de avaliar marca negativamente o desempenho do educando. As constantes quebras da rotina também provocam o fracasso escolar, não só pela descontinuidade do aprendizado, mas também pela sensação de ineficiência e a forma como a ausência de conteúdo e aula é resolvida pelo poder público. De forma geral, a impossibilidade de cumprir calendário de reposições, considerando o tempo da falta do professor, abre espaços para inconsistentes formas de resolução, principalmente quanto ao aprendizado. A inexistência de um norte pedagógico aprofunda a crise do aprendizado, aumentando a possibilidade da evasão.

E 3 – Com certeza, no ensino noturno. Porque primeiro, o aluno que estuda à noite normalmente trabalha durante o dia, então, é o cansaço da noite, tem que ter força de vontade para ir em frente, muitas vezes eles se matriculam e nos primeiros meses quando começam a apertar eles já desistem.

E 4 - É a questão do enamoramento, as dificuldades, o perfil do meu aluno hoje, eu tenho na idade regular, tiveram que optar pelo curso noturno, outra questão, os alunos que são trabalhadores e não têm tempo de estudar pelo dia, eles só podem estudar à noite, então é outra questão, eles passam o dia trabalhando, muitas vezes no comércio e indústrias é o tipo de trabalho escravo, que trabalham aos sábados e aos domingos. E esse aluno não tem tempo para a leitura, ele não tem tempo de reforçar os seus estudos em casa. Então por isso, chegam ao ponto de repetirem ou vencidos pelo próprio cansaço se evadem da escola.

CATEGORIA: Currículo do ensino noturno

E 1 - O Currículo de EJA diurno e noturno é igual. O que vai diferir, um do outro é, o de EJA com o Médio Convencional. Aí, é diferente.

E 2 - Do ponto de vista pedagógico, os dois currículos não se diferenciam. O problema é que no caso noturno, o currículo é aplicado sem a devida interface com o alunado. Isso significa que a escola precisa no seu Projeto Político Pedagógico definir aonde quer chegar com o alunado. Caso promova a EJA, o problema está posto na alternativa pedagógica estabelecida. O Sindicato, em reuniões do grupo de trabalho, resolveu que o Ensino Noturno não pode ter o caráter profissionalizante e, portanto, deverá construir currículo que aponte para a formação geral, dando ao alunado a chance de buscar a educação superior como limite. Nesse sentido, o currículo, principalmente da EJA que é diferenciado, precisa tomar outro formato e apontar a possibilidade do alunado conseguir um aprendizado que forneça o acesso à arte, ao esporte, à cultura, à tecnologia, às humanidades, à informação. Em outras palavras, a formação geral deve ser favorecida, afastando o aligeiramento e a incompletude atual. A divisão e a diferença criam uma ineficácia assustadora e o anúncio do fechamento de turnos e escolas, trazem à superfície o caos vivido por uma educação sem norte pedagógico e que atende a exames periódicos e inconsistentes, pois não pontuam variáveis fundamentais no processo de ensino e aprendizagem.

Em suma, o grande salto na educação pública sergipana será fugir à hierarquização estabelecida na diferenciação curricular vigente e no entendimento de que o acesso ao ensino superior não é privilégio da classe mais abastada.

E 3 - Não. Primeiro porque é profissionalizante, é totalmente diferencial. Era semelhante. Poucas diferenças. Eu sou contra. Eu acho que o currículo noturno tem que ser trabalhado de forma diferente.

E 4 - Bem, ele, tem quinze dias a mais, porque como eu falei no início, uns horários eles são mais enxutos, eles são mais reduzidos, por exemplo, no diurno, o horário são 50 minutos, entre um horário e outro são 10 minutos de intervalo, e do 2º para o 3º, você tem meia hora, que é o recreio. Isso não acontece no noturno. Como ele é reduzido, para 40 minutos, ele é enxuto em seus intervalos, e aí, há uma consequência, estendem em dias, são mais semanas e mais dias. Por exemplo, no diurno, 200 dias letivos, no noturno são 215 dias letivos.

E 5 - Aí vai depender da modalidade noturna, se ele é EJA, que a maioria do ensino noturno hoje trabalha o EJA, ele tem um currículo um tanto diferenciado, porque ele é por parte, então, o tempo que o aluno do ensino vespertino e do ensino matutino, tem é diferente do tempo do aluno do ensino noturno. Se a modalidade é EJA, ele trabalha com muitos módulos e você tem que dá um ano, e um ano e meio ou dois, num único semestre ou em um único ano. Então, você vai diluindo

os conteúdos, você vai apertando os conteúdos. Então você tem diferenças de um turno para o outro. Então, você tem o currículo diferenciado, não tem como. Ele é diferenciado. O que deveria acontecer do ensino noturno ter mais tempo, mais anos, para que o aluno que saísse do ensino noturno, possuísse o mesmo cabedal, com o mesmo conteúdo que o aluno do ensino diurno sai. Eu sou totalmente contra o currículo ser diferente, porque eu não estou formando seres diferentes, o ser humano, ele é um só, o aluno, porque é que eu vou preparar o aluno do ensino diurno, diferente do ensino noturno.

E 6 - Olhe, o específico daqui da escola, é. O currículo é mesmo. O que muda é só a questão de carga horária. O turno noturno a hora aula é mais curta, a gente tem um número maior de aula durante o ano. Então o turno noturno trabalha duas semanas a mais do que o diurno. Mas o currículo é o mesmo. Eu acho errado, eu acho que deve ter uma adequação, porque o aluno da manhã é um aluno diferenciado do aluno do turno noturno.

CATEGORIA: Dificuldades no Ensino Noturno

E 1 - As dificuldades são mínimas, porque é assim, o que você trabalha no diurno, você trabalha da mesma forma no noturno. A maior dificuldade justamente é a evasão. Em virtude do que já foi dito, o aluno chega cansado, fora de faixa etária, muitos tem muito tempo no estudo. Agora a gente está trabalhando aqui com o profissionalizante, então tá dando um nuance maior o interesse é maior. Ainda tem evasão, mas está tendo um interesse maior. Entendeu! Está melhorando, então eu acho que a saída é por aí. Quando se fala dos pacotes educacionais, não se fala como se esteja prejudicando. Entendeu! Mas sim, como uma das causas da evasão. Agora não que seja ruim. Só que têm que se trabalhar melhor esses pacotes, para que dê uma formação melhor. E não sobre para o aluno só acabar com o ensino médio.

E 2 - É visível a mudança no tipo de discente do ensino noturno, pois cada vez mais adolescentes têm participado da vida noturna da escola, trazendo consigo dilemas da sua idade, inclusive comportamentais. Esse viés é importante, tendo em vista o fato de frequentemente na formação das turmas tem aumentado o cuidado de separar adultos desses jovens. As brincadeiras, as interrupções da aula, a chacota têm incomodado aos adultos que passam a desistir de estudar por motivos de autoestima, mas também pelas interrupções frequentes, causadas pelas brincadeiras ou coisas do gênero. Do ponto de vista do cotidiano, esse não é o único problema do ensino noturno. Pensando na modalidade da EJA, a inexistência de um material didático sistematicamente distribuído contribui para certa inquietação pedagógica dos próprios professores. Esse quesito remonta ao grande problema enfrentado por aqueles que frequentam o ensino noturno, não há um norte pedagógico para o educando. Há uma completa miscelânea

pedagógica. O alunado não recebe uma educação com o caráter da cultura geral, mas também não consegue ter seus estudos relacionados a tipos de ocupações laborais. Essa questão tem contribuído bastante para a evasão, pois tanto o professorado quanto o alunado passa a estabelecer uma rotina sem o aporte pedagógico necessário. As tentativas de projetos limitados ao ano letivo e à temática da realidade, têm sido lançadas na ânsia por uma correspondência entre realidade e estudos, algo que tem se mostrado ineficaz durante os anos que vivenciamos a realidade do ensino noturno.

Tem aspectos de ordem social que passaram a fazer parte da rotina do ensino noturno, muitos dos alunos e das alunas, fazem matrículas visando à obtenção da carteira de passe escolar que garantirá aos mesmos deslocamentos por um menor preço de passagem. Muitos casos de evasão têm, ultimamente sido relacionados a essa realidade.

Ponto que não levantamos no primeiro ponto foi o caso da violência. No ensino noturno essa questão tem se agravado, pois também está relacionada ao entorno da escola e à própria realidade de violência vivenciada pela comunidade.

A violência no interior da escola tem se mostrado principalmente pelo alto grau de deprecação do patrimônio. É uma realidade que o ensino noturno vivencia, mas não é sua exclusividade. Outra forma expressa de violência é o aumento do consumo de entorpecentes no interior e no entorno da escola.

A terceira forma de violência sentida no interior da escola é aquela relacionada às ações humanas. Cada vez mais as relações têm se mostrado belicosas e os motivos são os mais banais. O turno noturno enfrenta o fato agravante de que muitos dos seus alunos já vivenciam uma realidade de fracasso ao longo da sua história escolar e não têm muito claro as noções de limites que o arcabouço legal, mas também as regras de convivência anunciam.

A rotina sofre outro problema, o índice de absentéismo no meio do professorado. Para o aluno do 3º turno, a ausência do professor gera grande revés, pois ele tem a sensação de tempo perdido, considerando inclusive que muitos chegam à escola após dois turnos de trabalho.

Esse índice de absentéismo está relacionado às condições de trabalho do professor, mas, também, aos crescentes problemas de cunho emocionais. Nesse quesito, os estudos sobre doenças no trabalho do professorado têm apontado uma variedade surpreendente de mazelas que contribuem diretamente para o aumento do absentéismo.

Algo que precisa ser considerado no trabalho do professor do turno noturno é o fato da ampla maioria cumprir uma terceira jornada de trabalho, pois além dos vínculos públicos, tem professores que também tem um vínculo privado, trazendo um alto grau de desgaste para o turno

noturno, afetando não só a qualidade, mas o emocional e influenciando na rotina e nas relações subjacentes a ela.

E 3 - As dificuldades são mínimas, porque é assim, o que você trabalha no diurno, você trabalha da mesma forma no noturno. A maior dificuldade justamente é a evasão. Em virtude do que já foi dito, o aluno chega cansado, está fora de faixa etária, muitos têm muito tempo no estudo. Agora a gente está trabalhando aqui com o profissionalizante, então está dando um nuance maior o interesse é maior. Ainda tem evasão, mas tá tendo interesse maior. Entendeu! Está melhorando, então eu acho que a saída é por aí. Quando se fala dos pacotes educacionais, não se fala como se esteja prejudicando. Entendeu! Mas sim, como uma das causas da evasão. Agora não que seja ruim. Só que têm que se trabalhar melhor esses pacotes, para que dê uma formação melhor. E não sobre para o aluno só acabar com o ensino médio.

E 4 - Bem, eu vim ser gestora em uma instituição que a estrutura física está praticamente sucateada, peguei também uma escola cuja administração não recebe verbas federais, por ser devedora na receita federal, resquícios de gestões anteriores que não declaravam imposto de renda, não cumpria as obrigações sociais, e aí a receita federal não gera certidão negativa, portanto um empecilho para que a gente receba verbas federais. Nós vivemos do subsídio de suprimento de fundo ou PROFIN que a nível estadual onde hoje atualmente uma área de construção de 11.000 m² de construção, eu tenho, que desenvolver todo o trabalho, toda a necessidade de todo o prédio, de manutenção, limpeza e apoio pedagógico com oito mil reais, sendo dividido em quatro parcelas de dois mil reais. No final do ano, é que chega o PDDE, geralmente setembro a outubro, o PDDE, é exclusivo para a compra de material pedagógico, voltado para o aluno. Então essas verbas não suprem, não sanam as necessidades anuais da escola durante o período letivo. O que ocorre é o seguinte no próximo ano eu já inicio o ano sem dinheiro, porque o PROFIN, quando chega, é no meio do ano, mais ou menos, de maio a junho. Então se minha aula começa em fevereiro, de fevereiro a maio, eu tenho que sobreviver dos resquícios das verbas do ano anterior e nem sempre isso ocorre. Então é difícil gerir uma empresa desse jeito. Quando assumir aqui em maio de 2009, encontrei a escola, sem papel higiênico, nem tampouco giz. Os professores traziam de casa, porque, justamente por conta desse empecilho da dívida na receita e não tem verba de secretaria que canalize esse pagamento. Hoje, a Receita federal não aceita renegociação e essa dívida está em torno de oito a dez mil reais. Então, não tem como a escola pagar. E aí inviabiliza a elaboração do PDE, que a gente poderia está recebendo muito mais verbas, então a gente fica a mercê do PROFIN e do Suprimento de fundo, quando a Secretaria libera. Esses são um dos grandes entraves que nós vimos aqui. Além do mais, outro entrave foi a questão dos vícios do serviço público,

como a gente considera, na escola normal temos um quadro de professores com 30 anos de casa, 27 anos de casa, então o gestor chegava, não era bem recebido, era criado um Muro de Berlin, entre o relacionamento professor e direção. E isso foi necessário ser quebrado. Para que a nossa gestão pudesse enamorá-los e trazê-los para perto da gente, para que a gente pudesse realmente atingir e tentar sanar os problemas, quanto à ordem pedagógica, porque quando a gente chegou aqui, já existia esse Muro de Berlin, que afastava esse relacionamento entre direção e professores. Mas aos poucos nós fomos quebrando essas arestas e mostrando e dando outra visão do que era ser gestor. Trouxemos uma proposta de gestão participativa, na qual a divisão de responsabilidade e à medida que vai participando, ele também decide. Então tudo que era chegado até então o PROFIM, o PDDE que estava chegando, o que nunca foi feito, eles começavam a participar das reuniões, a analisar, eles eram trazidos para analisar o que realmente era necessário fazer na escola, eles começavam a decidir junto com a gente. E já direcionar o nosso trabalho a partir daí. Ou seja, fazendo também esse professor, sujeito da ação, coparticipador dessa gestão. E aí aos poucos eles foram entendendo, aqueles que eram mais mudos, mais tradicionais, foram se engajando aos poucos, porque aqueles que já estavam engajados e que acreditavam em nosso trabalho, foram vendo resultados desse trabalho, e aí, hoje nós temos já dentro dessa gestão, todos os professores engajados sentindo-se corresponsáveis por esse processo, entendem e assumem todas as responsabilidades que lhe são pertinentes. Hoje eles já trazem ideias para a gestão, e que não ver mais, já mudou esse olhar, três anos, praticamente quatro anos depois eles já têm um olhar diferente em relação à gestão.

E 5- Uma série de dificuldades não só do noturno, mas do professor em geral. Primeiro as condições de trabalho, você não tem muitas das vezes, a gente bate muito, naquele ditado que diz assim: Vamos trabalhar com o que temos. Mas o professor como um profissional, muitas vezes nós tiramos do bolso da gente, para compra de materiais e aí eu vou colocar um bem simples, quando tem quadro branco não tem o pincel do quadro branco, a escola oferece um pincel para o ano todo, então termina a gente comprando com o nosso dinheiro, se eu quero fazer uma pesquisa, com o meu aluno, com a minha aluna e eu preciso de fotos. E a escola não tem a máquina fotográfica, porque hoje é fácil, eu fotografo e só vou revelar a foto se me interessar, porque eu posso colocar no CD. Mas se a escola não tem alguém terá que comprar, nesse caso, muitas vezes o professor faz isso. A condição de trabalho vai desde a estrutura física da escola, que é condição de trabalho, às cadeiras, os birôs, quantas vezes tinha o birô e não tinha a cadeira para a gente sentar, ou tinha a cadeira e a gente rasgava a roupa, o quadro com buraco, o quadro branco de um lado todo desbotado e o antigo quadro, chamado quadro negro, que é verde, esburacado, aí você

vai passar um filme, a televisão não funciona, você leva o laboratório que não é, é uma sala com computadores, e ele não está inserido na rede. Então vai a dificuldade, você quer uma cartolina, a biblioteca da escola, que na sua grande maioria é livro didático, não é livro de pesquisa, o mapa, um atlas, são essas as condições materiais que vai desde a estrutura física da escola, ao material didático que a gente pode utilizar. E depois um grande avanço, foi quando teve o livro didático para o ensino noturno, que nem isso tinha. Nem o livro didático tinha no ensino noturno. Então, essas são as dificuldades que a gente enfrenta no ensino noturno. Além de a gente encontrar os nossos alunos cansados, quantas vezes os professores se reuniam para solicitar que pelo menos a cantina da escola, oferecesse uma sopa popular para que quando o aluno viesse do trabalho pudesse tomar uma sopa ou um lanche, barato na cantina da escola. Isso não tinha aí o aluno, vem cansado de um dia estafante, estressado, muitos trabalhando o dia todo em pé, então tudo isso, dificulta o trabalho noturno.

6 E, Bem, a dificuldade é que nós trabalhamos com aluno trabalhador e esses alunos, eles têm dificuldades de chegar no horário certo, então, geralmente eles chegam atrasados. Principalmente no período do mês de novembro no final de ano, por conta do festejo natalino, que a maioria deles trabalha no comércio e o comércio fecha mais tarde dificultando a vinda desses alunos no horário correto. Outra dificuldade como eles são trabalhadores, eles não têm tempo suficiente para fazer suas tarefas. Então é muito difícil com esse tipo de aluno. Outra questão são os sábados letivos, o professor trabalha em um turno ele não consegue executar, pelo mesmo motivo os alunos que também trabalham aos sábados não podendo vir.

Categoria: A perspectiva para o Ensino Noturno.

E 1- Bem, o que eu espero é que as escolas continuem abertas oferecendo à comunidade escolar, a sociedade e aqueles que não tiverem condições de estudar na idade certa a oportunidade de estudar porque é um direito de todos a educação, e o afeto. Agora, eu também acho, que não havendo um número suficiente de alunos que possa pelo menos acompanhar o que diz a legislação o mínimo possível, a bem, o que escola não tendo turma de jeito nenhum, então eu não vejo por que permanecer com a escola aberta, para garantir a lotação talvez de professor ou a vida particular de cada funcionário da escola porque não tem condições de trabalhar pela manhã, ou pela tarde.

E 2 - Evidentemente não tem uma receita para isso. A primeira coisa a ser feita seria reeditar o Fórum do Ensino Noturno com o caráter formulador de políticas de educação para essa

modalidade. As decisões no interior da rede não podem ser unilaterais, como se alunos, alunas, professores e professoras não fossem importantes peças desse processo. Abrir espaços de discussão com o caráter de formulador de políticas ajudaria a ampliação dos debates e à participação popular seria vital para entender o que pensa a população sobre a educação noturna, além de apontar os seus anseios.

Entendemos que o Ensino Noturno, principalmente a EJA, precisa perder o caráter de correção de fluxo e apontar para a definição pedagógica do conhecimento geral. Não tem como a escola noturna ser organizada para atender aos reclames do mercado, pois o professorado não tem formação técnica, além de que não podemos reduzir uma boa parcela da população a um único tipo de educação, limitando o seu horizonte. Os problemas sociais advindos do Capitalismo não podem ser resolvidos via escola pública somente, principalmente a noturna. A definição pedagógica é vital para sairmos do gargalo atual, favorecendo a prática pedagógica do professorado, pois trilhará por um caminho já pensado por ele. O fórum precisará também definir em que bases o Ensino Noturno precisa ser ministrado. O crescente nível de violência, gerando a insegurança, tem criado uma dificuldade de calendário e de horas de estudo, visto que, cada vez mais, os alunos não permanecem na escola por mais tempo. O último horário tem sido negligenciado por muitos e isso tem provocado uma baixa no tempo de aprendizado que é um quesito importante para a qualidade social do ensino. A academia deverá participar desse fórum para estabelecermos uma formação específica para a EJA, pois a não formação nessa área tem deixado professores e professoras com grande dificuldade de ministrar as aulas nessa modalidade. Deveremos definir parâmetros, arcabouço pedagógico, currículo e propiciar um ambiente onde a relação cultura, formação e informação formem um arcabouço fundamental para o salto de qualidade do aluno do referido turno.

E 3- Justamente a modalidade de ensino, a gente sabia que o ensino regular não estava rendendo, é tanto que das escolas vizinhas que o oferecia, a gente foi o primeiro a fechar e as outras depois foram fechando. Hoje só nos resta o Tobias Barreto, que eu garanto que não vai durar muito tempo, por causa da consequência do que está acontecendo no ensino noturno. Mas, eu acho que tem que se criar novas ofertas, novas coisas que realmente atenda à clientela do ensino noturno de uma forma agradável e que traga o interesse que o aluno venha para a escola, porque é assim, o maior problema das escola do centro da cidade, é como eu já disse antes não tem uma comunidade específica, então o que é ofertado para ele perto da sua casa para que ele vem para o centro?. Então a gente aqui, tem que começar uma nova fase a dos profissionalizantes e outros, não estou só para o nível profissionalizante não. Outros que realmente atraiam e atendam a necessidade.

Agora mesmo no próximo ano, o governo federal está oferecendo o Pronatec nós estamos aqui com um leque de cursos de 20, 105, 160 e 200 horas, para oferecer para a clientela que trabalha nos apartamentos, que trabalha no centro e que possa aperfeiçoar, como Administração, Administração Hospitalar, Técnico do Serviço Público e aí vai. Porque aí sim você pode atrair o aluno para a escola já especificamente para uma coisa que possa dá a ele uma condição melhor de futuro. Já que nós temos aqui o SENAC, o SESC, bem pertinho e eles têm demanda, porque a escola pública não pode ter? Então a gente vai aproveitar do Pronatec para oferecer de forma gratuita à clientela, outros que realmente atraiam e atendam à necessidade. Eu espero que realmente agora cresça de verdade, inclusive o governo federal tem ajudado com essa história do PROMATEC, eu acabei de dizer a você, vai dar um incentivo maior, já que o aluno noturno é aquele que trabalha que você o aperfeiçoe, para o mercado de trabalho. A proposta do Atheneu é essa. Já que a gente engajou no profissionalizante, mas não estou dizendo que o ensino regular não seja necessário, claro que é, para aquele que tem a proposta acadêmica para a vida que quer entrar na universidade. Tem que ser oferecido não só aqui no centro, mas em qualquer lugar, também o ensino regular. Agora que sejam abertas, as portas para todo mundo de forma igual. Tanto aquele do profissionalizante como do regular, dando as mesmas oportunidades e fazendo um currículo que agrada e que o aluno tenha interesse de vir à escola, isso aí, é que vai fazer a diferença.

E 4 - Foi feita uma proposta numa reunião com o próprio Sindicato dos Professores, a Deputada Ana Lúcia, os Professores da casa e a Equipe Diretiva de irmos até o Secretário de Educação e veio a ideia do grupo para fazermos um projeto que ofertava cursos profissionalizantes na área de educação, Secretariado, Alimentos, Mídias e Infraestrutura. Cursos esses que a própria Secretaria do Estado, precisará porque vai ter que implantar a carreira, o Plano de Carreira desses funcionários. Então para isso é necessário a capacitação, então estaríamos capacitando aquilo que também a gente vai necessitar, não só para o Estado, mas também, para as escolas particulares, ter uma mão de obra qualificada, então a escola está sendo transformada, saindo da Modalidade Normal e partindo para a profissionalizante na área da educação. Vou falar da minha escola, é o que a gente vem buscando, gerar as mais atrativas, o que me angustia é justamente inserir este aluno, conquistar esse aluno, fazer com ele enxergue que ele também é sujeito dessa construção. Ou seja, criar metodologias, trazer algo atrativo, que realmente tenha sentido para a vida desse aluno. Que a gente possa está falando de alfabetização, mas dentro da alfabetização, a gente fale coisa que realmente, tenha sido para a vida desse aluno. Que gere traga o cotidiano, a realidade, desse aluno, que a gente possa explorar, por exemplo, pedindo para que esse aluno cite a sua

realidade, trazendo-o para este contexto social. Para que ele também trabalhe essa autoestima, para que ele também fique mais dinâmico em sala de aula. E não apenas um baú que vai reter apenas o conhecimento.

E 5 - Olha, a perspectiva eu acredito que na luta a gente consegue, nós temos tido derrotas, e derrotas muito doloridas, e aí eu vou colocar uma derrota, eu fui aluna da Escola Normal, eu entrei na Escola Normal, quando tinha ainda exame de admissão, na década de 70, fui aluna da Escola Normal, no antigo ginásio que hoje é o ensino fundamental da 5ª a 8ª, fui aluna da Escola Normal, no Curso Normal, e voltei para a Escola Normal, como professora da Escola Normal, já do Estado, para ensinar no ensino noturno, então fui aluna da Escola Normal no ensino diurno, fui aluna da Escola Normal no ensino noturno, voltei para ser professora da Escola Normal, também nos dois turnos. E era uma maravilha, tinha vida, na escola. E hoje restam, três turmas, para acabar um curso que é um curso de preparação para professores das séries iniciais, então é muito dolorido, isso dói muito, então tem perspectiva e a perspectiva está na luta. É na luta dos professores e alunos, e da juventude, da comunidade, da sociedade, para que não acabe o ensino noturno, nem em Sergipe e nem no Brasil. Eu acho que nas minhas falas eu já venho colocando as propostas, tem que ter ensino profissionalizante, O ensino profissionalizante quando a gente fala, é aquele ensino que a gente chama de politecnicidade, que prepara o aluno, prepara homens e mulheres para a vida, eu acho que a grande questão a proposta é essa, você preparar para o trabalho, preparar para uma universidade se o aluno quiser. Que seja uma educação integral, aí vem uma postura de governo, tem que ter uma mudança na postura de governo, uma mudança profunda curricular, uma reorganização da rede Estadual, para que se possa ofertar esse ensino noturno que faça com que o aluno volte para a escola. Porque o governo fechou, sucessivos governos fecharam o turno noturno, o governo atual aprofundou essa crise de fechamento não só de turnos como turmas, turnos inteiros, escolas que não oferecem mais o turno noturno em hipótese alguma. E o nosso jovem está na rua, nós estamos perdendo a juventude por crack, perdendo a juventude para as drogas, porque a escola não está aberta para que o aluno chegue à escola e ele pense que a escola não resolve tudo, mas a escola pode proporcionar à juventude um novo olhar para a vida, para o mundo, uma vez que ela prepara para este mundo.

6 E - Olhe, diante da realidade que está ocorrendo no nosso Estado, eu acho que para que a gente tenha uma situação modificada, a gente tem que cobrar dos governantes, a gente não está vendo por parte do Governo do Estado, por parte da Secretaria de Educação, nenhuma sinalização para a melhoria do ensino noturno. Nós não estamos vendo, então, nós professores temos que nos conscientizar e cobrar das autoridades competentes a mudança, digamos assim, a melhoria desse

turno de ensino. **Proposta:** Bem, primeiro para a gente solucionar a crise, a gente tem que fazer um diagnóstico, o que a gente observar que não tem uma política voltada para o ensino noturno especificamente, a gente também, não tem esse diagnóstico, então primeiro a gente tem que fazer um diagnóstico. Qual é a realidade do ensino noturno? Para partir daí desenvolver uma política de ensino, um projeto em que a gente possa ver dentro desse diagnóstico a demanda, a necessidade de turmas e de escolas especificamente para atender o público que necessita do ensino noturno e desenvolver um projeto de adequação para esse aluno, nos temos que conhecer também qual é o tipo de aluno, qual é a realidade desse aluno, para a partir daí, depois de o diagnóstico feito, criar um projeto voltado para o ensino noturno.

REVISÃO DE LITERATURA				
AUTOR	TÍTULO	UNIVERSIDADE OU REVISTA	ANO	CATEGORIAS
Lucilia Margareth Braga	Ensino Médio Noturno: Cenário de Evasão e de Exclusão.	Universidade Federal do Paraná.	2008	- Escola - Evasão Escolar - Desistência
Elvira Neta Souza Reis	O Ensino Fundamental Noturno: Gestão e funcionamento.	Universidade Católica de Goiás	2009	- Ensino fundamental noturno - Gestão escolar - Cotidiano escolar
Rosângela Aparecida Ribeiro Gondo	Dificuldades Enfrentadas por Professores e	Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.		- Ensino Médio - Ensino Noturno

	Alunos no Ensino Médio Noturno		2009	- Cotidiano Escolar - Escola - Evasão - Repetência
Acacia Zeneida Kuenzer	O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: Superando a Década Perdida?	Universidade Federal do Paraná - (UFPR)	2010	- Ensino médio - Plano Nacional de Educação - Educação básica.

ANEXOS



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

**Estabelece diretrizes para o
funcionamento das Escolas
Públicas Estaduais no ano letivo de
2011.**

O Secretário de Estado da Educação no uso das atribuições legais e regulamentares e em consonância com o disposto no Art. 22 e o inciso XVI do Art. 43 da Lei nº 6.130, de 02 de abril de 2007; em face do que estabelece a Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e,

Considerando a necessidade de definição da oferta do ensino pela Rede Pública Estadual em atendimento ao disposto no artigo 211, §§ 2º e 3º da Constituição Federal e em consonância com o disposto na Lei 11.494/2007 que regulamenta o FUNDEB e nas Leis 12.061/2009; 12.013/2009 e 12.287/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Compõem o quadro de Escolas Públicas Estaduais de Sergipe, as Unidades de Ensino que oferecem o Ensino Fundamental e Médio e modalidades de ensino equivalentes.

Parágrafo único - As ações para a efetivação do processo de atendimento à demanda escolar referida no caput deste artigo, para o ano letivo de 2011, deverão respeitar os procedimentos estabelecidos por esta Portaria.

Art. 2º - A matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental será destinada aos alunos que tenham 06(seis) anos completos ou que vierem a completar até 31 de março de 2011.

Parágrafo Único - Excepcionalmente no ano letivo de 2011, poderão ser matriculadas no 1º ano do Ensino Fundamental, as crianças que completarem 06 (seis) anos, após 31 de março, independente do mês, desde que tenham frequentado até o final do ano de 2010, dois anos ou mais na Pré-Escola, mediante apresentação de documento comprobatório.

Art. 3º - Todas as Unidades de Ensino, integrantes da Rede Pública Estadual, deverão, ao longo do ano letivo, prover meios de informar pai e mãe,



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica.

Art. 4º - Nas turmas do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental serão aplicados os Programa de Alfabetização do Instituto Alfa & Beto.

Parágrafo único – Gradativamente, a partir de 2011, os Programas serão estendidos aos demais anos do Ensino Fundamental.

Art. 5º - O atendimento à correção de fluxo, através dos Programas Se Liga e Acelera Brasil, no que se refere à idade, será destinado aos alunos de 9 a 14 anos, conforme data de nascimento, sendo:

- I. alunos que em 2011 tenham nascido entre 1º de julho de 2002 a 31 de dezembro de 1997, considerando a série de origem;
- II. alunos com distorção de 2(dois) anos e alfabetizados, matriculados nas 2ªs. e 3ªs. séries (3º e 4º ano, respectivamente) deverão ser encaminhados para o Acelera Brasil.
- III. Os alunos com distorção de 2(dois) anos e não alfabetizados, matriculados nas 1ª, 2ª, 3ª. e 4ª séries (2º, 3º, 4º e 5º ano, respectivamente) deverão ser encaminhados para o Se Liga, sendo prioritário o atendimento dos alunos da 3ª e 4ª séries (4º e 5º ano).
- IV. O Programa Se Liga atenderá alunos matriculados nas 3ª e 4ª séries (4º e 5º ano, respectivamente), não alfabetizados, mesmo que não apresentem 2(dois) anos de distorção idade-série.
- V. Os alunos que completarem 15(quinze) anos de idade até 30 de junho deverão ser encaminhados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)

§ 1º - A entrada de alunos de 4ª. série (ou 5º ano) nas turmas do Acelera Brasil deverá ser submetida a autorização do Instituto Ayrton Sena - IAS, exceto quando oriundos do Se Liga.

§ 2º - Na primeira semana de aula será aplicado teste diagnóstico para aferição da aprendizagem do aluno destinado ao programa de correção de fluxo.

Art. 6º - As turmas dos Programas de Correção de Fluxo e do Programa de Alfabetização deverão ser constituídas por, no máximo, 25(vinte e cinco) alunos.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

Art. 7º - O aluno oriundo dos Programas de Correção de Fluxo que não logrou aprovação e que, portanto, não desenvolveu as competências e habilidades esperadas, não poderá ser matriculado no mesmo Programa.

Parágrafo único – O aluno a que se refere o caput desse artigo deverá ser encaminhado para turma do Ensino Fundamental regular.

Art. 8º - É condição indispensável à implantação/ampliação do ensino em qualquer Nível ou Modalidade, o cumprimento aos prazos estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação, para instrução e protocolização dos respectivos processos.

Parágrafo único - A ampliação do atendimento prevista no caput deste Artigo, com vistas ao cumprimento dos preceitos legais, fica condicionada à análise prévia pelos Departamentos de Educação e Inspeção Escolar.

Art. 9º – A matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais deve ocorrer a partir dos 06 (seis) anos de idade, observando-se também os seguintes parâmetros:

- I. Número máximo de 02 (dois) alunos por turma, apresentando, preferencialmente a mesma deficiência;
- II. Oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos, no turno contrário ao ensino regular;

§ 1º - A oferta e organização do Atendimento Educacional Especializado - AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, atenderá às Diretrizes Operacionais constantes na Resolução CNE/CEB Nº 04/2009.

§ 2º - O Atendimento Educacional Especializado - AEE só será ofertado aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEES) matriculados no ensino regular, devendo ser realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncional (SRM) da própria escola, podendo ainda, ser ofertado em outra escola ou em instituições filantrópicas sem fins lucrativos, não sendo substitutivo às classes regulares.

§ 3º - O Atendimento Educacional Especializado - AEE poderá ser oferecido a alunos matriculados em outras escolas da rede pública federal, estadual, municipal ou instituições filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com a Secretaria de Estado da Educação, sendo estas matrículas, financiadas no âmbito do FUNDEB, conforme o Decreto nº 6.571/2008.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

Art. 10 - A matrícula e en turmação dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais - NEES, deverá lev ar em consideração as espe cificidades de cada um, obedecendo aos seguintes critérios:

- I. Aluno com Necessidades Educacionais Especiais - NEES, se m defasagem idade/série, deve ser matriculado no ensino regular.
- II. Aluno com Necessidad es Educacionais Especiais - NEES, que apresentam defasagem idade/série (acim a de 15 a nos), deverão ser m atriculados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- III. Nos casos de alunos co m surdez, será permitido o número máximo de 5 (cinco) alunos por turm a inclusiva a partir da 5ª série/6º ano do E nsino Fundamental, com a presença de um intérprete em sala de aula.
- IV. Alunos com dificuldades locomotoras deverão ser matriculados em Unidades de Ensino próximas às suas residências, salvo nos casos em que a escola m ais próxima, não atender suas especificidades.

§ 1º - Para os casos de alunos com comprometimentos severos, a Escola deverá, antes de realizar a m atrícula, entrar em contato com o Setor de Educação Especial da Direto ria de Educação à qual es tá circunscrita, para viab ilizar a m elhor forma de atendimento.

§ 2º - Compete às Unidades de Ensino zel ar pela fidedignidade na coleta e registro de documentos e informações, referentes aos tipos de Deficiência, Transtorno Global do Desenvolvim ento e Altas Habilidades/Superdotação, a fim de se evitar registros incompletos ou errados.

Art. 11 – A partir de 2011, a oferta do Ensino Médio na Modalidade Normal, fica restrita à conclusão das tu rmas já inic iadas, as qua is encerrar-se-ão, gradativamente, conforme demanda de alunos que já iniciaram o curso, sem prejuízo de terminalidade.

Art. 12 - O processo de matrícula nas Escolas Públicas Estaduais deverá observar, dentre outros critérios:

- I. documentação necessária: documento de Transferência ou Declaração (validade de 30 dias); Registro Civil ou Cédula de Identidade;
- II. quantidade de alunos por turm a, observando as especificidades de cada nível/modalidade de ensino;
- III. compatibilidade do currículo, com relação a alunos transferidos, observ ando a necessidade de adaptação;
- IV. cômputo da média proporcional ao número de avaliações feitas para os casos de alunos transferidos no decorrer do semestre/ano letivo.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO

PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010

Art. 13 - O início do ano letivo de 2011 nas Escolas Públicas Estaduais, nos diferentes Níveis e Modalidades de Ensino, observará as propostas de Calendário Letivo constantes dos **Anexos I, II e III** desta Portaria.

§ 1º - Após definição do Calendário, fica a Direção da Unidade de Ensino incumbida de cadastrá-lo no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica, até o primeiro dia de aula, bem como de afixá-lo em local de fácil visibilidade para acompanhamento de seu cumprimento, sempre que necessário.

§ 2º - É facultado à Unidade Escolar propor calendário diferenciado do calendário padrão para atendimento às peculiaridades decorrentes de falta de professor, reforma e/ou ampliação, preservando-se o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas, ou conforme definido para as diferentes modalidades de ensino.

§ 3º - Considerando o período definido para o Processo Seletivo para ingresso na Educação Superior, as Unidades de Ensino que oferecem o Ensino Médio deverão, dentro das suas possibilidades locais e observando as diretrizes gerais de oferta, emvidar esforços necessários para a sua conclusão até o mês de novembro de 2011.

§ 4º - Para cumprimento dos 200 dias, quando utilizados sábados com o dias letivos, nos mesmos deverão ser desenvolvidas atividades curriculares diversificadas com participação efetiva dos alunos, integradas ao Projeto Pedagógico da Escola, ao Plano Anual e respectivos programas de ensino.

§ 5º - Será admitida jornada escolar diferenciada no curso noturno e em outras formas alternativas autorizadas pela Lei 9.394/96, tendo em vista a sua peculiaridade, observada a respectiva carga horária mínima.

§ 6º - Somente serão permitidas quatro horas de aulas diárias no ensino noturno, quando o horário de início e término possibilitar aos alunos a frequência às aulas.

Art. 14 - A matrícula nas Escolas Públicas Estaduais no ano letivo de 2011, dar-se-á de forma informatizada através do SIGA, obedecendo as etapas previstas para os casos de Matrícula Confirmada, Matrícula de Egressos e Matrícula de Candidatos à Rede, sendo:

- I. Matrícula Confirmada – realizada no período de 03 a 14 de janeiro de 2011 e destinada ao aluno que cursou, em 2010, no mesmo estabelecimento de ensino.
- II. Matrícula de Egressos – realizada no período de 17 a 21 de janeiro de 2011 e destinada ao aluno que cursou, no ano de 2010, em outro Estabelecimento de Ensino da Rede Pública Estadual e que tenha solicitado transferência.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

- III. Matrícula de Candidatos à Rede – realizada no período de 24 a 28 de janeiro de 2011, e destinada ao aluno que ingressa na Rede Estadual de Ensino, transferido de outras Redes ou que estejam retornando à Rede Pública Estadual quando se enquadrar nos casos de “matrícula renovada”.

Parágrafo único – As escolas que concluíram o ano letivo de 2010 em data posterior aos períodos definidos nos incisos I, II e III deste Artigo, deverão estabelecer calendário de matrícula específico e comunicar à respectiva Diretoria de Educação à qual está circunscrita.

Art. 15 - Para efetivação da matrícula no ano letivo de 2011, conforme encerramento do ano letivo de 2010, as Unidades de Ensino deverão informar no SIGA a situação final de cada aluno, no que se refere a sua aprovação ou reprovação e a quantidade de turmas e vagas disponíveis, por turno e nível/modalidade de ensino (oferta de vagas).

Parágrafo único - A partir do encerramento do ano letivo de 2010, será tornada pública, através do site da SEED, a relação dos alunos concluintes do Ensino Médio ou modalidade de ensino equivalente, a cada ano ou semestre conclusivo.

Art. 16 – Os prazos para alimentação do SIGA ao longo do ano letivo de 2011 deverão atender ao que dispõe a Portaria Nº 5.512/2009/GS.

Art. 17 - A partir do ano letivo de 2011, constituirão Instrumentais da Rede Pública Estadual, nos diferentes níveis e modalidades:

- I. Diário de Classe;
- II. Guia de Transferência;
- III. Certificado de Conclusão;
- IV. Diploma.

§ 1º - No processo de matrícula as Unidades de Ensino deverão, após efetuar o cadastro dos alunos no Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA, imprimir o formulário gerado, para fins de comprovação, o qual substituirá a Ficha de Matrícula tradicional.

§ 2º - As Unidades de Ensino deverão, ao longo do ano letivo, cadastrar o desempenho dos alunos no Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA, em cada unidade de estudo, num total de 04 (quatro), para fins de acompanhamento do desempenho dos alunos, sendo desnecessária a utilização da Ficha Individual tradicional.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO**

**PORTARIA Nº 8907 / 2010
De 29 de dezembro de 2010**

§ 3º - Ao término do ano letivo, após encerramento das turmas deverá ser impresso o relatório final gerado pelo Sistema de Gestão Acadêmica - SIGA, o qual substituirá a Ata de Resultados Finais.

§ 4º - Excepcionalmente no ano de 2011, as Escolas Rurais poderão fazer uso da Ficha de Matrícula/Individual tradicional, para fins de cadastro das informações dos alunos.

Art. 18 - Os Certificados dos alunos que concluíram o Ensino Médio ou Modalidade equivalente, quando encaminhados ao Departamento de Inspeção Escolar, a partir da conclusão do ano letivo de 2010, terão atestado de veracidade mediante afixação do “Selo de Autenticidade” instituído pela SEED.

Art. 19 - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário.

Aracaju, 29 de dezembro de 2010

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Secretário de Estado da Educação



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA Nº 7.731/2012
De 29 de Novembro de 2012**

Parágrafo Único – A nucleação consistirá na escolha de uma (01) ou duas (02) unidades escolares, em cada uma das localidades para que nelas se concentre, a partir do ano letivo de 2013, a oferta do ensino noturno em suas variadas modalidades, considerando, para tanto, a vocação institucional de cada uma das escolas selecionadas.

Art. 2º – O trabalho-piloto de nucleação do ensino noturno na DEA ocorrerá nos seguintes bairros/conjunto:

- I. Centro;
- II. Siqueira Campos e Getúlio Vargas;
- III. Conjunto Assis Chateaubriand (Bugio);
- IV. Ponto Novo;
- V. Farolândia;
- VI. Grageru.

Art. 3º – Para a escolha da(s) unidade(s) escolar(es) na(s) qual(is) se concentrará a oferta do ensino noturno, em cada bairro/conjunto, foram considerados os seguintes critérios:

- I. Melhor estrutura física;
- II. Maior número de matrículas;
- III. Melhores índices educacionais;
- IV. Quadro de professores e de pessoal de apoio apropriado para possibilitar a ampliação da matrícula, considerando, quando for o caso, a oferta de variados níveis e modalidades de ensino;
- V. Melhor acesso.

Art. 4º – Considerando o grupo dos bairros/conjunto citado no art. 2º, fica estabelecido que, no ano letivo de 2013, a oferta do ensino noturno nessas localidades se dará, somente, nas seguintes unidades polos:

- I. Colégio Estadual Atheneu Sergipense;
- II. Centro de Referência de E.J.A. Prof. Severino Uchôa;
- III. Colégio Estadual Presidente Costa e Silva;
- IV. Colégio Estadual Secretário Francisco Rosa Santos;
- V. Escola Estadual Jornalista Paulo Costa;
- VI. Escola Estadual 8 de julho;
- VII. Escola Estadual Professora Ofenísia S. Freire;
- VIII. Colégio Estadual Prof. Gonçalo Rollemberg Leite.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA Nº 7.731/2012
De 29 de Novembro de 2012**

Estabelece procedimentos para a organização da Oferta de Matrículas no Ensino Noturno nas Unidades Escolares da Rede Pública Estadual circunscritas à Diretoria de Educação de Aracaju-DEA/SEED.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e, em consonância com o disposto no Art. 22 e inciso XVI do Art. 43 da Lei nº 6.130, de 02 de abril de 2007, em face do que estabelecem os incisos VI e VII, do art. 4º, da Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), de 20 de dezembro de 1996, e

Considerando que é dever do Estado ofertar a educação regular assegurando, para os jovens e adultos, o acesso e a permanência na escola;

Considerando que a educação de qualidade é fundamental para o exercício da cidadania e que a Secretaria de Estado da Educação está empenhada em melhorar a qualidade do ensino na rede estadual, possibilitando ao jovem e ao adulto desenvolverem seus potenciais para que possam alcançar maior igualdade no espaço social;

Considerando a redução observada, historicamente, no número de matrículas em diversas unidades escolares da DEA;

Considerando que se faz necessária a otimização dos recursos educacionais, observando seus limites, prioridades e objetivos estabelecidos na política educacional;

Considerando a necessidade de adequação entre o número de professores e demais servidores em relação à matrícula, de forma a contemplar as diretrizes dispostas na Portaria nº 213/MEC, de 2 de março de 2011, e na Resolução nº 5 da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, de 22 de fevereiro de 2011;

RESOLVE:

Art. 1º – Promover a reorganização da oferta da matrícula em seis bairros/conjunto circunscritos à Diretoria de Educação de Aracaju – DEA, de forma a nuclear o ensino noturno nessas localidades.



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA Nº 7.731/2012
De 29 de Novembro de 2012**

Parágrafo 1º – A nucleação do ensino noturno observará, para efeito de transferência de matrícula para as unidades polos, o período de término do calendário letivo de 2012 e o respectivo início do ano letivo de 2013.

Parágrafo 2º – As demais unidades de ensino circunscritas às localidades já mencionadas não mais ofertarão matrícula para o ensino noturno.

Art. 5º – O Secretário de Estado da Educação, atendendo à solicitação da DEA, na forma da Lei, efetuará, quando for o caso, o remanejamento de professores e demais servidores das unidades de ensino que deixarão de ofertar o ensino noturno.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência.

Cumpra-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Educação, em Aracaju, 29 de Novembro de 2012.

BELIVALDO CHAGAS SILVA
Secretário de Estado da Educação





GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE ARACAJU - DEA
COLÉGIO ESTADUAL ATHENEU SERGIPENSE
CENTRO DE EXCELÊNCIA DO ENSINO MÉDIO

QUADRO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO
A PARTIR DE 2006 - NOTURNO

PARTES DO CURRÍCULO	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA					
			1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE	
			S	A	S	A	S	A
BASE NACIONAL COMUM	LINGUAGEM, CÓDIGO E SUAS TECNOLOGIAS	PORTUGUÊS E LITERATURA	04	160	04	160	03	120
		LÍNGUA ESTRANGEIRA	02	80	02	80	02	80
		ARTES	01	40	-	-	-	-
		EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80
		HISTÓRIA	02	80	02	80	03	120
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	FÍSICA	02	80	03	120	03	120
		QUÍMICA	02	80	03	120	03	120
		BIOLOGIA	02	80	03	120	03	120
		MATEMÁTICA	03	120	03	120	04	160
PARTE DIVERSIFICADA	CULT. SERGIPANA	02	80	-	-	-	-	
	REDAÇÃO	01	40	01	40	02	80	
	SOCIOLOGIA	-	-	02	80	-	-	
	FILOSOFIA	02	80	-	-	-	-	
TOTAL DE MÓDULOS/AULA			27	1080	27	1080	27	1080
TOTAL DE HORAS			20h15 min	810h	20h15 min	810h	20h15 min	810h

- Duração do ano letivo: 40 semanas x 5 dias = 200 dias.
- Duração do Módulo/aula: 45 minutos.
- Horário de funcionamento normal: 19h às 22h45min.
- Educação Física será oferecida em turno contrário.

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO DE ARACAJU
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RUI BARBOSA

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE NORMAL - NOTURNO
A PARTIR DE 2010

PARTES DO CURRÍCULO	ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	DISTRIBUIÇÃO DAS AULAS								TOTAL DE AULAS	
			1ª SÉRIE		2ª SÉRIE		3ª SÉRIE		4ª SÉRIE			
			Sem	Anual	Sem	Anual	Sem	Anual	Sem	Anual		
BASE NACIONAL COMUM	Linguagem Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa ✓	03	129	03	129	03	129	05	215	602	
		Educação Física ✓	02	86	-	-	02	86	-	-	172	
		Artes	-	-	-	-	-	-	02	86	86	
	Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Química	02	86	02	86	-	-	-	-	172	
		Física	02	86	02	86	-	-	-	-	172	
		Biologia	02	86	03	129	-	-	-	-	215	
		Matemática	02	86	02	86	02	86	02	86	344	
	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Filosofia	01	43	01	43	-	-	-	-	86	
		Sociologia	01	43	01	43	-	-	-	-	86	
		História	02	86	03	129	-	-	-	-	215	
		Geografia	02	86	03	129	-	-	-	-	215	
	PARTE DIVERSIFICADA	Fundamentos de Educação	História da Educação	02	86	-	-	-	-	-	-	86
			Organização do Trabalho Escolar	-	-	02	86	-	-	-	-	86
			Fund. do Processo de Alfabetização	-	-	02	86	-	-	-	-	86
Psicologia da Educação ✓			-	-	01	43	02	86	-	-	129	
Didática			-	-	-	-	02	86	-	-	86	
Fund. e Mét. da Matemática			-	-	-	-	02	86	-	-	86	
Fund. e Mét. das Ciências Naturais			-	-	-	-	02	86	-	-	86	
Fund. e Mét. das Ciências Humanas			-	-	-	-	02	86	-	-	86	
Fund. e Mét. da Linguagem			-	-	-	-	02	86	-	-	86	
Educação Infantil			-	-	-	-	01	43	02	86	120	
Filosofia da Educação			-	-	-	-	01	43	01	43	86	
Sociologia da Educação			-	-	-	-	01	43	01	43	86	
Avaliação Educacional			-	-	-	-	-	-	02	86	86	
Educação de Jovens e Adultos			-	-	-	-	-	-	01	43	43	
Educação Inclusiva		-	-	-	-	-	-	01	43	43		
Práticas Educacionais		Estágio Supervisionado I	-	-	-	-	01	43	-	-	43	
		Estágio Supervisionado II	-	-	-	-	-	-	04	172	172	
		Docência	-	-	-	-	-	-	03	172	172	
Instrumental		Iniciação à Pesquisa	02	86	-	-	-	-	-	-	86	
Linguagem Códigos e suas Tecnologias		Língua Estrangeira (Inglês)	01	43	-	-	01	43	-	-	86	
	Língua Estrangeira (Espanhol) - Opcativa	01	43	-	-	01	43	-	-	86		
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	-	-	-	-	-	-	01	43	43		
TOTAL DE HORAS AULAS			25	1075	25	1075	25	1075	25	1075	4300	
TOTAL DE HORAS			19h 45'	806h 15'	19h 45'	806h 15'	19h 45'	806h 15'	19h 45'	806h 15'	3225h	

OBSERVAÇÕES:

- O ano letivo será considerado de 210 dias.
- Distribuído em 43 semanas.
- A hora/aula será de 45 minutos.
- O horário de funcionamento no turno noturno será das 19:00 às 22:50h.
- Os conteúdos referentes à Diversidade Étnico-Cultural permearão toda a Matriz Curricular. (Leis Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08).
- Os conteúdos de Redação, Literatura e Literatura Infantil estão incluídos em Língua Portuguesa.
- O componente curricular Língua Estrangeira Espanhol será de oferta obrigatória e matrícula facultativa para o aluno. O aluno que optar por não cursar o Espanhol, terá acréscimo de uma aula na Língua Estrangeira Inglês obrigatória para a escola.
- O ensino de Música será contemplado na disciplina Arte e demais componentes, conforme plano de curso.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
APROVADA(S) PELA RESOLUÇÃO Nº 12/2010 CEE
EM 23/02/2010

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

ROTEIRO DE PERGUNTAS

O ENSINO NOTURNO EM CRISE: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE ARACAJU

DATA DA ENTREGA DO FOMULÁRIO DE PERGUNTAS: __/__/2012

HORÁRIO: _____

I - DADOS PESSOAIS :

Nome do Entrevistado (a): _____

Idade: _____ Estado Civil: _____

Naturalidade: _____ Série: _____

II - ECONÔMICO

a) Qual a renda da família?

- () menos de 1 salário mínimo;
- () 1 a 2 salários mínimos;
- () 3 a 5 salários mínimos;
- () 5 a 7 salários mínimos;
- () mais de 7 salários mínimos.

b) Tipo de habitação:

- () própria;
- () alugada;
- () cedida;
- () outro.

c) Quantas pessoas moram em sua casa?

- () mora sozinho(a)
- () 1- 3;
- () 4-6;
- () mais de 7.

d) Quantas pessoas da família recebem salário?

- () 1-2;
- () 3-4;
- () mais de 5.

III – TRABALHO

- a) Você trabalha? () Sim () Não
- b) Com que idade você começou a trabalhar? _____
- c) Em que atividade? _____

d) O que levou você buscar um trabalho?

- ajudar em casa;
- ter dinheiro para comprar o que gosta;
- não ficar na dependência dos pais;
- ter uma experiência de trabalho.

e) Você trabalha com carteira assinada? _____

f) Ao investir nos estudos você recebe algum benefício do seu patrão para estudar, como sair mais cedo do trabalho, ter ajuda de custo para comprar os materiais da escola, etc...

- sim não.

g) Você faz ou já fez parte de algum desses programas sociais do governo:

- nunca.
- Bolsa família;
- Salário educação;
- Pró-jovem;
- Primeiro emprego;
- outro qual ? _____;

h) Você acredita que a educação pode modificar sua vida profissional, social e também permitir maior possibilidade de adentrar no mercado de trabalho.

- Não tenho opinião formada sobre isso.
- Discordo totalmente
- discordo em parte,
- concordo em parte,
- concordo totalmente.

IV – ESCOLA

a) O que levou você estudar no ensino noturno ?

- A idade não permitia ficar mais no turno diurno;
- Você passou para a noite porque não tinha mais interesse de estudar de dia;
- Passou para a noite porque é mais fácil;
- Passou para a noite para trabalhar;
- Por outro motivo. Qual? _____.

b) Você entra na aula em que horário?

- geralmente no horário normal (19:00 até 19:15);
- na primeira aula, geralmente com atraso;
- às vezes entro na segunda aula;
- geralmente entro na segunda aula;
- outro. Qual _____ ?

c) Em relação a sua frequências às aulas, você se considera?

- assíduo (não falta a escola)
- falta de vez em quando
- sempre falta
- só falta quando está cansado do trabalho

d) Se você já parou de estudar, foi principalmente por qual motivo?

- nunca interrompi os estudos;
- horário do trabalho;
- acúmulo de atividades;
- não gosta de estudar;
- desinteresse pelos estudos;
- gravidez
- problemas familiares;
- problemas de saúde;
- mudanças de residência;
- frequentes falta dos professores;
- ausência de professores nas escolas.

Outro motivo qual? _____.

d) Já foi reprovado alguma vez?

- nunca fui reprovado;
- 1;
- 2;
- 3;
- mais de 3.vezes.

e) Em sua opinião qual o principal motivo que levou você a reprovação?

- dificuldades de aprendizado;
- notas baixas;
- faltas às aulas;
- desinteresse pelos estudos;
- outro. Qual _____ ?

f) Está estudando principalmente para?

- melhorar as condições de vida;
- obter mais conhecimentos;
- melhorar condições de trabalho;
- outro. Qual _____ ?

g) Os conteúdos ensinados na escola estão sendo útil na sua vida ?

- (1) Em parte (3) Indiferente;
- (2) Totalmente, (4) Nunca.

i) Em qual dessas categorias você relaciona a importância da escola:

- para o futuro profissional
- para entender a realidade
- para coisas que faz no dia-a-dia
- para fazer amigos
- para conseguir trabalho.